

# HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA

Regionalidades,  
saberes e  
ensino

**Ana Elizabete Moreira de Farias**  
**Wanderson Alberto da Silva**  
(Organizadores)



**AMPLLA**  
EDITORA

# **HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA**

Regionalidades,  
saberes e  
ensino

**Ana Elizabete Moreira de Farias  
Wanderson Alberto da Silva**  
(Organizadores)



**AMPLLA**  
EDITORA



**2026 - Ampla Editora**

**Copyright da Edição** © Ampla Editora

**Copyright do Texto** © Os autores

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Wanderson Alberto da Silva

**Diagramação:** Ampla Editora

**Revisão:** Os autores

**História e cultura histórica: regionalidades, saberes e ensino** está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

**ISBN:** 978-65-5381-348-9

**DOI:** 10.51859/ampla.hch489.1126-0

**Ampla Editora**

Campina Grande – PB – Brasil

[contato@amplaeditora.com.br](mailto:contato@amplaeditora.com.br)

[www.amplaeditora.com.br](http://www.amplaeditora.com.br)



2026

# Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antonieile Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia

Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba

Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba

Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará

Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz

Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará

Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande

Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso

Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Universidade Regional do Cariri

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia

Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande

Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrasio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí

Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas

Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Michele Antunes – Universidade Feevale

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International

Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autónoma do Estado do México

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras

Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí

Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco

Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



2026 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Wanderson Alberto da Silva

Diagramação: Ampla Editora

Revisão: Os autores

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

H673

História e cultura histórica: regionalidades, saberes e ensino / Organização de Ana Elizabete Moreira de Farias, Wanderson Alberto da Silva; Prefácio de Elio Flores; Apresentação de Guilherme Queiroz de Souza, Surya Aaronovich Pombo de Barros. – Campina Grande/PB: Ampla, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-348-9

DOI 10.51859/ampla.hch489.1126-0

1. História. 2. Ensino. 3. Cultura. I. Farias, Ana Elizabete Moreira de (Organizadora). II. Silva, Wanderson Alberto da (Organizador). III. Flores, Elio (Prefácio). IV. Souza, Guilherme Queiroz de (Apresentação). V. Barros, Surya Aaronovich Pombo de (Apresentação). VI. Título.

CDD 901

Índice para catálogo sistemático

I. História

**Ampla Editora**  
Campina Grande – PB – Brasil  
contato@amplaeditora.com.br  
www.amplaeditora.com.br



2026

# Prefácio

## DOUTORADO, DOUTORANDA(O)S E HISTORIOGRAFIA EM LIVRO

Cabe a ele [o profissional da história], sobretudo, o questionamento da sociedade em que se vive. Por que ela é tal qual é? A que e a quem serve ela? Quais seus rumos? O historiador, como Percival, deve saber pôr a questão. Diferentemente de Édipo, que deve dar a boa resposta.

O ideal seria que à pergunta certa de Percival: “a quem serve o Graal?”, a resposta adequada fosse a de Édipo: “ao Homem”.

(...)

Assim o historiador, comprometido com a educação será aquele que, perguntado sobre o que ensinou, mostrará o que fez.

**Escritos de Joana Neves**, Capítulo 4, O compromisso do historiador com a educação, 2025, p. 62.

Bem diz o historiador E. P. Thompson quando, no ano de 1968, ao proferir palestra na industrial e operária Leeds, no norte da Inglaterra, observou que os professores universitários “nem sempre se destacam por sua humildade”. O objetivo de Thompson era tensionar a cultura letrada dos românticos e a cultura da classe operária com o avanço do “igualitarismo cultural” na Inglaterra industrial. Ninguém duvida que Thompson tenha admirado alguns de seus professores, mas parece que se distanciou criticamente das apologias da cultura docente, por ele mesmo nomeadas: a modernização dos costumes, as necessidades tecnológicas e a igualdade de oportunidades. Isso nos leva para as motivações desse prefácio – doutorado, pesquisa, ensino de história e historiografia.

E a palestra de Thompson, “Educação e experiência”, continua a ser um norte para a nossa rápida argumentação. Vai Thompson, me ajuda a desvendar as tais apologias universitárias: “Não é preciso trabalhar muito tempo dentro de uma universidade para se descobrir que até mesmo os membros mais humanos dos corpos docente e discente acham difícil não equiparar o progresso educacional a uma avaliação do mérito humano”. Na pós-graduação isso é ainda mais evidente, pois quem tentou e não chegou ao doutorado carrega experiência traumática: não

conseguiu provar a si mesmo a igualdade de oportunidade e a diferença se atravessou como fracasso acadêmico. Isso se bem interpreto a argumentação thompsoniana.

A bem da verdade Thompson não glamouriza o ofício do docente universitário, esse “merceeiro intelectual”, que pesa e avalia currículos, corre atrás de novos livros, seleciona temas para ensaios e pesquisas, participa da gestão institucional e estimula “determinado treinamento profissional” (PIBICs, TCCs, mestrados, doutorados). Então, esse dionisíaco fardo de profissionalizar uma pessoa a partir da graduação, passando pelo mestrado e concluir um doutorado, implica na complexa dimensão da docência historiadora, isto é, nada menos do que o ofício de Clio e daquilo que mais prezamos: o conhecimento histórico e a inovação historiográfica. Muito já disse sobre a verdade inconsútil de que “não há estrada real para a ciência” nem a visibilidade dos atalhos é garantia de porto seguro. Aliás, a metáfora do porto seguro, é bom lembrar, constitui no melhor dos casos uma mitografia náutica. Nada disso impede que louvemos as trajetórias que permitem a realização do doutorado, a contemporânea finalização da pós-graduação universitária. Sim, porque o pós-doutorado é alguma coisa de “formação continuada” para a docência universitária, não é título acadêmico. Olha aí o prefixo “pós” a complicar tudo: fora de uma temporalidade exemplar, pode-se falar à mancheia de pós-verdade, pós-industrial, pós-moderno, pós-colonial, pós-história? Francamente, dona historiografia!

Enquanto E. P. Thompson aprecia o seu *Afternoon Tea*, acomodado na minha biblioteca e conversando com C. L. R. James, olhemos de soslaio a pós-graduação, tal qual chegou até a turma de doutoranda(o)s do PPGH/UFPB, que produziu essa historiografia em livro. Lembremos que C. L. R. James é aquele notável historiador marxista, afro-caribenho, de uma obra visceral, *Os jacobinos negros* [1938]. Logo a seguir, é importante trazer doutorados de historiadoras brasileiras com dimensão de pioneirismo historiográfico.

No caso brasileiro, a pós-graduação (mestrado e doutorado) no sentido acadêmico vai completar um século na próxima década. O Estatuto das Universidades Brasileiras (Reforma Francisco Campos, Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931) previa o doutoramento “de *tipo europeu*, com defesa de tese, atendidas outras exigências regulamentares”. A Universidade do Brasil, no Rio de

Janeiro, passa a ser pensada com os desígnios dessa reforma (e a de 1937) e se constituiu numa espécie de “catedral dos catedráticos”, se é que me entendem. A cátedra, como se sabe, era a cereja do bolo da nascente universidade pública brasileira e tinha qualquer coisa da exclusividade de “um domínio privado”. Maria Yedda Linhares que foi convidada para ser professora assistente, em 1946, na cátedra de história moderna e contemporânea, assim testemunhou o processo: “não havia concurso de entrada, era a velha universidade e os cargos eram de confiança; o assistente era assistente do catedrático, não da cadeira, nem da faculdade”.

Mas foi a jovem Universidade de São Paulo que, no início da década de 1940, regulamentou a pós-graduação como um marco do século XX. Segundo Newton Sucupira – o nome da Plataforma CAPES é homenagem ao seu legado –, o doutorado da Faculdade de Filosofia da USP (Regimento de 1941) “constava de uma defesa de tese de *notável valor*, (...) sob a orientação de professor catedrático da disciplina sobre a qual versassem os trabalhos”. Muitos pormenores do regimento foram sendo adaptados ou superados pelo avanço dos campos científicos uspianos. A instituição Cátedra perdeu a condição do professor “titular vitalício” e “grão-senhor” com as reformas modernizadoras e as departamentalizações das ciências, em 1968. Entretanto, até a fase final da ditadura civil-militar (1978-1984), o “costume catedrático” persistia e o(a) doutorando(a) realizava sua tese “mediante estudos e pesquisas individuais”, sob a orientação de um professor titular com “experiência catedrática” no tema da pesquisa. Tal foi (será ainda?) a força da instituição originária.

Por outro lado, podemos ver as primeiras historiadoras e doutoras no decorrer da década de 1940 e anos iniciais da década seguinte, disputando espaço docente e descobrindo o imperativo cultural da cátedra: ela vestia, monocraticamente, terno e gravata, era assunto de intelectuais que começavam a se tornar “intérpretes do Brasil”.

Em São Paulo, pesquisas indicam que Alice Piffer Canabrava (1911-2003) foi a primeira mulher a defender tese de historiografia – a história pesquisada – na USP, em 1942, com o título “O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640”. Quatro anos depois, em 1946, Alice defendeu outra tese, desta vez a livre-docência, “A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas, 1697-1755”. Ela fez concurso para a cátedra de história da civilização americana, foi aprovada

com as melhores notas, mas a banca examinadora indicou o segundo colocado, isto é, o terno e a gravata. Conforme estudos e depoimentos, a segunda doutora em história foi Olga Pantaleão (1917-2001) que concluiu seu doutorado em 1944, na USP, cuja tese tinha por título “A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola, de 1713 a 1783”. Tanto Alice quanto Olga se graduaram no curso de Geografia e História (USP), em 1938, e foram alunas do jovem professor francês Fernand Braudel. Portanto, historiadoras e doutoras, se tornaram genialidades da historiografia – e sim, também intérpretes do Brasil – em oposição ao que se esperava delas na década de 1940, “excelentes datilógrafas”, segundo a fina ironia de Alice Canabrava, que também lembrou do “círculo de hostilidade subterrânea”.

Entendo como necessárias essas digressões historiográficas para que se possa valorizar a obra, em forma de coletânea, *História e Cultura Histórica: regionalidades, saberes e ensino* (2025), organizada e assinada por historiadoras e historiadores da primeira turma de doutorado do PPGH/UFPB, com dez autorias (olha aí o gênero de novo: sete masculinas e três femininas). Fica a torcida para que, nas próximas turmas, novas Alices e Olgas tenham êxito no Programa e inscrevam seus nomes na historiografia.

Não querendo me repetir, mas já sugerindo releituras, uma empreitada análoga a essa de 2025, foi a publicação do livro *Pesquisa em História: temas e abordagens* (2009), organizado e escrito pela primeira turma do mestrado em história do mesmo Programa, aprovado pela CAPES em 2004. Os organizadores apresentaram a obra como tendo duas partes: “temas de história regional” e “abordagens com saberes históricos”. Também tive o honroso convite para escrever o “prefácio” da coletânea e lá eu tasquei – como se tasca a ponta do charuto – no título, “A cultura histórica entre as regionalidades e os saberes históricos”. Anos depois, a partir de 2015, o PPGH/UFPB buscou atualizar as suas linhas de pesquisa, onde foi redefinida a linha “história e região” para “história e regionalidades”, recentemente incorporada como linha de pesquisa também no doutorado. Essa singular e inefável mudança conceitual está sendo laboratório teórico para as primeiras turmas do esperado doutorado em história da UFPB, aprovado pela CAPES em 2023, cuja primeira turma se lança aos afazeres de Clio, na dimensão da pesquisa avançada.

Em boa medida os capítulos expressam alguma parte da dissertação de mestrado, experiência docente inscrita na sala de aula e pegadas na areia que levam à tese. Assim, isso é um indicativo que o mestrado – mestrados terminados entre 2006 e 2023 – ainda se atravessa na escrita do próprio doutorado. Esse caminho, sair do mestrado e se possível ir, de mala e cuia, para o doutorado é difícil e complexo e se faz como um fardo necessário. Mais ainda, mestrado, prática docente e doutorado constituem uma carreira profissional que não se exaure nas instituições de educação. Olhem lá Joana Neves, na epígrafe, “a quem serve o Graal?” A situação de doutoranda(o) implica a dupla face de Janus (está discente, é docente), e, acima dessa cabeça, paira a nuvem – a IA diz que não é de gafanhotos – de arquivos digitais e de historiografias em profusão.

Isso não é tudo. Mas tudo é por demais babilônico.

Parece ser aquela situação da “tensão essencial”, de Thomas Kuhn, expressão pensada lá, no ano de 1959. Pode-se defender a tese de que doutorados são patamares de “ciências maduras” – sem descartar nossas ilusões coletivas – e que, por isso, existem para mudar a tradição, no nosso caso a historiografia existente. Bem, deixo para o cientista que “abandonou” a física e revolucionou a historiografia da ciência dizer essas coisas, muito caras ao nosso ofício: “Nas ciências maduras, o prelúdio a muitas descobertas e a toda teoria original não é a ignorância, mas o reconhecimento de que alguma coisa deu errado no conhecimento e nas crenças existentes”.

Essa tensão essencial é positivada na coletânea. Dos dez capítulos que, a rigor, constituiriam o lastro da área de concentração do programa, História e cultura histórica, as linhas de pesquisa comparecem assim:

1) Ensino de história e saberes históricos: quatro capítulos cujas autorias são de Alexandre Araújo da Silva, Felipe Gonçalves do Nascimento, Manuela Aguiar Damião de Araújo e Wanderson Alberto da Silva. Se observarmos escalas de análise pode-se ver biofuturo e literatura na dimensão de uma “história planetária” (história cultural); a “invenção” da cultura política num momento específico da República (história do Brasil); o relato de experiência de uma “prática de ensino de história” em história antiga oriental, numa universidade do Nordeste (ensino de história/saberes históricos); e, por fim, a “presença da ausência” – o paradoxo é de

Lilia Schwarcz – dos trabalhadores do Egito antigo no livro didático brasileiro contemporâneo (historiografia didática/ensino de história).

As expressões entre parênteses, para cada capítulo, são por minha conta e risco, mas aqui o meu exercício analítico é apontar para os desafios da linha de pesquisa. Minhas indagações (im)pertinentes: essas autorias conversam entre si naquele sentido do pertencimento historiográfico, a “nossa linha de pesquisa”? Nalgum momento as temáticas – temas de pesquisa – se aconchegam no abrigo da cultura histórica? Como olham para a “mana”, História e regionalidades? As historiografias manejadas constituem um corpus para a consolidação do programa doutoral?

2) História e regionalidades: seis capítulos com autorias de Alexandro dos Santos, Gutierre Farias Alves, Thiago Brandão da Silva, Paula Tamyres Veríssimo da Silva, Pedro de Farias Leite e Silva e Ana Elizabete Moreira de Farias. Como nessa linha a escala já está implícita no próprio recorte (regionalidades) o registro observado precisa ser de outra monta e, aleatoriamente, mencionemos elementos importantes da própria definição da linha: que as regionalidades são construções históricas que se articulam – para além das escalas cartográficas – e são impactadas por “processos locais, nacionais, transnacionais ou globais”. Perfeito, abertura para histórias conectadas, transnacionais e diaspóricas.

Os capítulos vislumbram os seguintes cenários: a trajetória intelectual de um ativo bispo católico, no contexto político-religioso da Paraíba na primeira república (o estadual como regionalidade?); interpretar os dois primeiros governos lulistas para se compreender a “história recente” a partir de críticos contemporâneos (história do tempo presente sem regionalidade?); “veredar” pela cultura histórica a partir do protagonismo e trajetória de um artista afro-paraibano no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX (o “carioca” não é expressão de regionalidade num “homem nordestino”?); a memória traumática de “sindicalistas paraibanos” sobre a ditadura civil-militar e sua repressão ao “mundo do trabalho” (a história social do trabalho não é atravessada pela regionalidade?); os invisibilizados trabalhadores da carneação de baleias (baleação) na cidade de Lucena, litoral norte da Paraíba, e o discurso político da “economia baleeira” e de ambientalistas (a economia baleeira de capital japonês não se situa numa certa regionalidade asiática?); a “imprensa sobralense” na primeira república e a “conformação da cultura histórica” que visava

a “construção das identidades políticas regionais” (dado que nesse regime de historicidade o “regionalismo nordestino” encontra-se em transe, haveria “regionalidade local”, algo como a regionalidade por subtração?).

Aqui eu encetei as minhas indagações – na verdade são presunções de inocência – não no sentido de problematizar os capítulos em separado, mas a própria coletânea. Com efeito, as mesmas e invertidas questões visadas para a linha Ensino de história e saberes históricos podem ser mediadas e indagadoras para História e regionalidades e vice-versa, pois a articulação sobe o grau máximo do fazer – sim, o *Making* thompsoniano, desculpem a inglesia – historiográfico, a área de concentração do programa: Cultura histórica.

Estimulemos a nossa imaginação e os nossos propósitos. Capítulos feitos e ordenados; obra estruturada e revisada; arte da capa e miolo exuberantes e vai para o prelo. Ao mesmo tempo, pelas redes e mídias sociais, bombardeia-se a cristandade que a coletânea da primeira turma de doutoranda(o)s do PPGH/UFPB – historiografia em livro – será lançada em tal espaço e horário definido. Exemplares vendidos, doados ou trocados e o tempo de leitura – é o tempo benjaminiano – retornará para os seus autores e autoras e, quiçá, seja assim lido: este é um livro de Cultura histórica e ele fica em pé pela força de seus dois pilares: Ensino de história e saberes históricos e História e regionalidades.

Para a turma, as autorias, devo dizer que o doutorado está em curso e pode ser achado no título, numa página, num parágrafo, até mesmo numa nota de rodapé de cada capítulo que forma o livro. Agora que E. P. Thompson e C. L. R. James já se despediram, depois de longa conversa sobre “formas de lutas anti-imperialistas”, releio “Educação e experiência” e me deparo com a ideia que permite a imersão dialética na profissão que nos acolhe e que, também, escolhemos: “uma porta de saída para o conhecimento e as competências, uma porta de entrada para a experiência e a crítica”.

Praia Formosa/Cabedelo/PB  
Novembro de 2025.

Elio Flores, professor titular aposentado da UFPB  
Pesquisador associado do NEABI/CCHLA/UFPB

## REFERÊNCIAS

---

BORDA, Erik W. B. & CHAVES, Wanderson S. (Transcrição, tradução e apresentação). Falando com um historiador: entrevista com C. L. R. James por E. P. Thompson [1983]. *REVISTA ANGELUS NOVUS*. USP – Ano X, n. 15, 2019, p. 167-190.

*Escritos de Joana Neves*. Organização e apresentação de Margarida Maria D. de Oliveira, Itamar Freitas, Rafael F. Quinzani. Ananindeua-PA: Editora Cabana, 2025.

KUHN, Thomas. A tensão essencial: tradição e inovação na pesquisa científica [1959]. *A tensão essencial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 241-255.

LIBLIK, Carmen Silvia da Fonseca. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Curitiba: UFPR/PPGH, [Tese de Doutorado em História], 2017. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/48871>

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; COSTA, Robson Xavier da. (Orgs.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária/PPGH-UFPB, 2009.

SUCUPIRA, Newton. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. *Fórum educação*, 4, Rio de Janeiro, out/dez, 1980, p. 3-18.

THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. (Organização e prefácio de Dorothy Thompson, 1997). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

# Apresentação

O presente livro é o resultado das reflexões de dez estudantes, doutorandos e doutorandas que compõem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Trata-se de uma produção pioneira e oportuna, que materializa o trabalho coletivo da primeira turma de doutorado do programa. Fundado em 2005, o PPGH-UFPB funcionou em nível de Mestrado durante quase duas décadas, situação alterada em 2023, com a aprovação pela CAPES do APCN para o Doutorado e, em agosto de 2024, com a matrícula da primeira turma. Nesse percurso *por mares nunca antes navegados*, que envolveu a superação de muitos desafios para a construção de um ambiente acadêmico saudável e dinâmico, frutíferas parcerias foram criadas, resultando na composição da obra em questão.

No primeiro capítulo, intitulado “Biofuturo, a história entre a vida e a morte”, **Alexandre Araújo da Silva** revisita sua dissertação de mestrado, defendida no próprio PPGH-UFPB. Ele mobiliza teorias biopolíticas e análise literária para compreender a trilogia distópica da escritora canadense Margaret Atwood. No segundo capítulo, “‘Prepara o caminho seguro’: a trajetória de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques como reformador social - Paraíba (1894-1935)”, **Alexandro dos Santos** problematiza a trajetória de Dom Adauto, que atuou como bispo na Paraíba entre os anos de 1894 e 1935, destacando-se como intelectual que propunha um projeto de “reconstrução social” daquele estado.

O terceiro capítulo, “Como o mote do meu orientador me inspirou a transgredir a escrita acadêmica”, foi escrito por **Manuela Aguiar Damião de Araújo**, que apresenta um relato de experiência a partir do tema “prática do ensino de história”. Ela realiza um balanço de suas vivências como docente e discente, refletindo sobre ensino, educação e história. No quarto capítulo, “O Governo Lula (2003-2010) em questão: interpretações sobre a experiência lulista no governo federal”, **Gutierre Farias Alves** focaliza os dois primeiros governos do presidente Lula, com o propósito de compreender as mudanças e permanências dos aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil do início do século XXI. O quinto capítulo,

“Veredas da cultura histórica: protagonismo negro, sociabilidade, imagem, arte e representação no Brasil entre 1930 e 1950”, assinado por **Thiago Brandão da Silva**, analisa a trajetória de Tomás Santa Rosa (1909-1956), intelectual e artista afro-brasileiro. Mais exatamente, investiga a atuação deste intelectual nos circuitos culturais e nas redes de sociabilidade, sobretudo no Rio de Janeiro. Essa participação, muitas vezes silenciada, evidencia a relevância dos protagonistas negros na elaboração da cultura artística brasileira.

Em “O nome e a coisa: cultura política entre o conceito e personagem”, **Luís Felipe Gonçalves do Nascimento** apresenta o sexto capítulo da obra, no qual discute a cultura política durante o Estado Novo Vargas. O sétimo capítulo, “Narrando o trauma: o Golpe de 64 na memória de sindicalistas paraibanos”, de **Paula Tamyres Veríssimo da Silva**, dedica-se a analisar as memórias narradas em livros autobiográficos por paraibanos perseguidos e presos no contexto do golpe civil-militar instaurado no Brasil em 1964. No oitavo texto do livro, “A invisibilização dos trabalhadores da baleação em Lucena-PB: uma proposta de reinterpretação no discurso político da COPESBRA e dos ambientalistas (1970-1980)”, **Pedro de Farias Leite e Silva** lança um instigante olhar sobre a prática da caça às baleias na Paraíba, explora relações entre cultura política, capitalismo e questões ambientais nas décadas de 1970 e 1980.

**Ana Elizabete Moreira de Farias** é a autora do nono capítulo, intitulado “Regimes de historicidade e cultura histórica na imprensa sobralense: *A Lucta, O Correio da Semana e A Ordem em perspectiva*”. Nele, a autora investiga uma série de jornais publicados no Ceará nas primeiras décadas do século XX, discutindo como essa imprensa atuou como mediadora da cultura histórica e política do município de Sobral. Por fim, o último texto da coletânea, “O apagamento dos trabalhadores do Antigo Egito: Ensino de História a partir do livro didático”, de **Wanderson Alberto da Silva**, se debruça sobre o ensino de história, a fim de averiguar a presença/ausência de trabalhadores egípcios da Antiguidade em textos e imagens de livros didáticos do ensino fundamental e médio, denunciando o apagamento desses agentes e propondo um novo modelo de livros didáticos que supere o eurocêntrico em vigor.

Este livro traz investigações e análises de estudantes das duas linhas de pesquisa que compõem o PPGH-UFPB: *Ensino de História & Saberes Históricos e*

*História & Regionalidades.* A amplitude de temas, de recortes temporais, a abrangência das fontes e das perspectivas teórico-metodológicas expostas nos textos expressam a riqueza e diversidade presentes no programa. Para nós, é uma grande alegria e emoção ver a obra materializada a partir da iniciativa e esforço desses e dessas estudantes da primeira turma de doutorado do PPGH-UFPB. Que sirva de exemplo para as próximas turmas, e que as pesquisas circulem como merecem, inscrevendo nos debates historiográficos brasileiros as contribuições feitas desde a Paraíba!

Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza  
*Coordenador do PPGH-UFPB (2024-2026)*

Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros  
*Coordenadora do PPGH-UFPB (2022-2024)*

# Sumário

<b>CAPÍTULO I. BIOFUTURO, A HISTÓRIA ENTRE A VIDA E A MORTE.....</b>	19
<i>Alexandre Araújo da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO II. “PREPARA O CAMINHO SEGURO”: A TRAJETÓRIA DE DOM ADAUTO AURÉLIO DE MIRANDA HENRIQUES COMO REFORMADOR SOCIAL – PARAÍBA (1894-1935).....</b>	32
<i>Alexandro dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO III. COMO O MOTE DO MEU ORIENTADOR ME INSPIROU A TRANSGREDIR NA ESCRITA ACADÊMICA.....</b>	48
<i>Manuela Aguiar Damião de Araújo</i>	
<b>CAPÍTULO IV. O GOVERNO LULA (2003-2010) EM QUESTÃO: INTERPRETAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA LULISTA NO GOVERNO FEDERAL.....</b>	62
<i>Gutierre Farias Alves</i>	
<b>CAPÍTULO V. VEREDAS DA CULTURA HISTÓRICA: PROTAGONISMO NEGRO, ARTE E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO (1930-1950).....</b>	77
<i>Thiago Brandão da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO VI. O NOME E A COISA: CULTURA POLÍTICA ENTRE CONCEITO E PERSONAGEM.....</b>	91
<i>Luís Felipe Gonçalves do Nascimento</i>	
<b>CAPÍTULO VII. NARRANDO O TRAUMA: O GOLPE DE 1964 NA MEMÓRIA DE SINDICALISTAS PARAIBANOS.....</b>	102
<i>Paula Tamyres Veríssimo da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO VIII. A INVISIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA BALEAÇÃO EM LUCENA – PB: UMA PROPOSTA DE REINTERPRETAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO DA COPESBRA E DOS AMBIENTALISTAS (1970-1980).....</b>	114
<i>Pedro de Farias Leite e Silva</i>	
<b>CAPÍTULO IX. REGIMES DE HISTORICIDADE E CULTURA HISTÓRICA NA IMPRENSA SOBRALENSE: A LUCTA, O CORREIO DA SEMANA E A ORDEM EM PERSPECTIVA.....</b>	126
<i>Ana Elizabete Moreira de Farias</i>	
<b>CAPÍTULO X. O APAGAMENTO DOS TRABALHADORES DO ANTIGO EGITO: ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO.....</b>	143
<i>Wanderson Alberto da Silva</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	158

# Capítulo I

## BIOFUTURO, A HISTÓRIA ENTRE A VIDA E A MORTE

### BIOFUTURE, THE HISTORY BETWEEN LIFE AND DEATH

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-1

Alexandre Araújo da Silva

#### RESUMO

A temática deste artigo fez parte da minha dissertação de mestrado e surgiu como resposta a uma tentativa de compreender qual o futuro estamos buscando para nós enquanto sujeitos. Tendo em vista que existem agenciamentos do tempo em nossa experiência-vida, buscou-se discutir, utilizando-se de teorias biopolíticas e análise literária, a percepção das multiplicidades individuais e coletivas na construção de vontades de futuros mais dignos. Partindo de um debate ensaístico sobre o tema, a proposta principal aqui é construir o biofuturo como um conceito de pertencimento e que carregue em si a compreensão do vivido e de desejos (im)possíveis nos corpos-vida. Utilizando-se da trilogia literatura distópica de Margaret Atwood, intitulada MaddAddão, compreendemos que os seres vivos são desejosos de mundos porvir, porém, esses mundos são paralelos às próprias construções sociais. Assim, analisando a narrativa literária, visualizamos a história cultural como fio condutor na construção de curtos-circuitos de níveis planetários.

**Palavras-chave:** Biofuturo; Vida; História.

#### ABSTRACT

The subject of this article was part of my master's dissertation and it emerged as a response to an attempt to understand what future we are seeking for ourselves as subjects. Given that there are agencies of time in our life-experience, we sought to discuss, using biopolitical theories and literary analysis, the perception of individual and collective multiplicities in the construction of desires for more dignified futures. Starting from an essayistic debate on the subject, the main proposal here is to construct the biofuture as a concept of belonging that carries within itself the understanding of the lived experience and of (im)possible desires in the living bodies. Using Margaret Atwood's dystopian literature trilogy, entitled MaddAddão, we sought to understand that living beings are desirous of the world to come, however, these worlds are parallel to the social constructions themselves. Thus, by analyzing the literary narrative, we visualize cultural history as a guiding thread in the construction of short-circuits at planetary levels.

**Keywords:** Biofuture; Life; History.

## 1. INTRODUÇÃO

---

O futuro nos reserva grandes acontecimentos ruins em termos de catástrofes climáticas, de fome, de seca [...]

(Eduardo Viveiros de Castro. *In*: Brum, 2014, n/p).

A visão de futuro, de Viveiros de Castro, em epígrafe, ganha força no horizonte dos estudos sobre as ações humanas e seus reflexos no espaço planetário no qual vivemos. Estamos, enquanto civilização, nos encaminhando para problemas ambientais que se mostram irreversíveis. Os estudos estatísticos ressaltam a urgência na luta contra a fome e a seca, uma vez que a humanidade se encaminha para chegar a 10 bilhões, até 2050.

O escrito que se segue narra os espaços construídos entre os agenciamentos do futuro e a pulsão pelo viver. Nesse entremeado de vida e morte, constroem-se as mudanças e permanências, em que sujeitos se tornam desejantes e o viver se potencializa. Nessa quebra de paredes institucionalizadas e enraizadas no humano, desalinham-se os fios, entrelaçando com vidas outras e causando curtos-circuitos.

Utilizando de literatura distópica, que coloca o futuro em um espaço de caos resultado das ações humanas, buscamos compreender que a narrativa literária dá à historiografia uma perspectiva ampla sobre a experiência humana, pois, ao falar de desejos, sonhos e medos, possíveis e impossíveis, a escrita literária nos mostra caminhos para além dos fatos vividos. Este artigo é parte de minha dissertação, defendida em 2021, intitulada *Biopolítica de uns, biopotência de outros e biofuturo em MaddAddão, de Margaret Atwood* (Silva, 2021).

A trilogia literária de Margaret Atwood se torna, então, importante para pensarmos os lugares sociais de sujeitos outros, e seus olhares sobre os acontecimentos. Ampliando as possibilidades teóricas e metodológicas para nós historiadores, a literatura nos ensina sobre os horizontes no porvir, indiciando práticas e desejos de outros tempos-espacos. Na narrativa atwoodiana, encontramos-nos em um universo em que a vida humana é valorizada apenas pelo fator econômico, relegando aos sujeitos marginalizados os espaços de miséria, fome e destruição.

Ao longo da leitura, defrontamos um universo humano não tão distante deste em que vivemos, assim, Atwood nos mostra seu olhar sobre os mundos possíveis em um sistema impositor e predador. Debruçando-nos nos personagens apresentados pela autora, questionamos quanto há de verossimilhança em nosso entorno. Unindo narrativa distópica, necropolítica e biopolítica, este ensaio demarca um olhar de nossa cultura histórica sobre a necessidade de construir uma vida digna de ser vivida.

## 2. ENTREMEANDO BIOS E NECRO

---

Em 2019, Paul B. Preciado lançou *Um apartamento em Urano: crônicas de travessia*. Nesse livro, o filósofo espanhol traz um compilado de crônicas, entre elas, “Ne(©r)oliberalismo”, escrito em 11 de abril de 2015. A crônica é inteira feita de conceitos iniciados em necro, como “necroeconomia”, “necrohistória”, “necroimagem”, “necroindústria”, “necrotu”, “necronós”. Preciado, ao compreender que a sociedade está “necro” em todos os âmbitos da vida, identifica para nós que há em todas as áreas um agenciamento para a morte, financiado, planejado, elaborado e implantado pelo liberalismo.

No título de seu texto, podemos perceber um jogo de palavras que faz significar o neoliberalismo como uma política para morte, ou melhor, como necropolítica. Entendendo nestes necroconceitos críticas ao sistema econômico atual, o capitalismo, Preciado nos questiona se “pode o capitalismo financeiro produzir alguma outra coisa? Estamos vivos? Desejamos agir?” (Preciado, 2019, p. 150. Tradução nossa). Entre essa mistura de formas de morte, encontra-se o necrofuturo.

Ao me defrontar com esse conceito, confirmamos o futuro também como um dispositivo utilizado para manipulação de corpos e subjetividades, com foco na manutenção e elaboração de vidas ou depredação e encaminhamento para morte. A partir dessa percepção, Margaret Atwood e Paul Preciado parecem seguir um mesmo horizonte: ao criticar as políticas de morte, o capitalismo e o liberalismo, estão lutando pela libertação dos corpos aprisionados por essas instâncias. Por isso, para pensar contrário à lógica do necro (morte), pensamos em bios/zoé (vida). O biofuturo contra o necrofuturo.

Depois de conhecermos tantos necro(tério)s, faz-se importante explicar a necropolítica, tendo em vista que ela constrói essas lógicas e resultados, ou necroresultados se utilizando de paráfrase de Preciado. Segundo as historiadoras Telma Dias Fernandes e Elisa Nóbrega: “Necropolítica significa submeter a vida à morte. São dinâmicas que se estabelecem como meta das políticas públicas e se espraiam para além do controle estatal produzindo a morte e a morte em vida, o que Mbembe chama de mortos-vivos” (Fernandes; Nóbrega, 2020, p. 13).

É partindo dessa morto-vivência que é importante nos perguntar constantemente: como chegamos até aqui? Não em sentido evolucionista, mas enquanto necrosociedade. Não em sentido de negação, mas em sentido de incredulidade. Sabemos que, historicamente, a vida humana se fez com um grupo dominando outro, construindo para si civilizações, impérios, governos, relações de sociabilidade e poder, mas a lógica orwelliana de que se busca o poder para conquistar mais poder é sempre impactante, por vezes, revoltante. Mesmo sendo capazes

de compreender a evolução da dominação, da colonialidade do poder, talvez seja importante nos manter questionando como, enquanto sociedade, nós fomos levados a chegar nesse necropresente? E: como podemos desarmar o necrofuturo, já presente, para não termos uma vida necrosada?

Todas essas perguntas são construídas a partir do medo. Medo de, no horizonte, só visualizarmos necroses, corpos virulentos, pútridos, em larva. Como mostra Atwood, com seu personagem Jimmy/Homem das Neves, na narrativa de *Oryx e Crake* (2003), quando ele anda pela terra destruída por um vírus fabricado pelo humano. Ao buscar alimento, Jimmy vê corpos ao chão, sendo devorados por animais quase mortos, lobocães raivosos sendo comidos por porções, e ossos, que antes eram vida, agora não servindo para nada. Não há capitalismo, não há humanos. Parece ser tarde demais.

É nesta perspectiva de crítica ao (necro)liberalismo e ao capitalismo que relaciono a literatura atwoodiana à história e aos estudos biopolíticos. Ela faz história ao afrontar essa necroexistência, ao se indignar com as possibilidades de morte construídas politicamente. Como resultado, cria possibilidades e caminhos para adiar o fim da vida. Para Albuquerque Jr., “A história deve ser um ato de indignação com a morte, com as forças que espalham a morte lenta da miséria, da injustiça, do preconceito” (Albuquerque Jr., 2007c, p. 214-215).

Ao enxergar através desse olhar-vida, seja pela indignação, pela escrita ou pela política – ou seja, por atos vivificantes –, refletimos sobre a morte e suas causas para construir espaços de vida (bio/potência): lembrando, narrando, gritando, ou seja, resistindo contra os monturos do tempo. Para Fernandes e Nóbrega (2020, p. 10-11):

A bio, toda ela vida (TUM, TUM, TUm, Tum, tum, tu, t...), participa da historiografia imprimindo às questões políticas a perspectiva de outras problematizações, indiciada pela ampliação dos atores, das temáticas e das fontes históricas, reconhecendo-as como legítimas ao fazer histórico.

*Bio* se entrelaça aqui com os tempos cronológicos e não cronológicos, pois a vida e o futuro comungam de um mesmo lugar. Quando unimos a vida ao tempo porvir, o biofuturo se delineia. Conceito no singular que pensa as pluralidades, os diversos desejos e subjetividades, coisas que o biopoder tenta a todo instante capturar. Por isso, acredito que o futuro que vale a pena ser pensado são futuros-vida, ou seja, as vidas vivas no futuro próximo e distante, como também no presente, que já deságua em amanhã. Biofuturo: aonde só poderemos chegar compreendendo que cada vida, animal ou vegetal, tem importância e significância/significado.

## 2.1. Os estudos biopolíticos e o biofuturo

Os estudos biopolíticos, ou o estudo da racionalidade biopolítica, têm como premissa observar, criticar e problematizar as intenções do biopoder, ou melhor, as formas usadas para manipular e moldar as vidas. Autores como Bazzicalupo (2017), Esposito (2004) e Foucault (2008) significam a biopolítica como uso dos mecanismos/estratégias para manutenção das relações de dominação e poder. Atingem/modulam/manipulam as diversas esferas da sociedade, como a sexualidade, a economia, a subjetividade, a política, os desejos, os corpos e a própria vida com o intuito de permanência dos privilégios e das relações hierárquicas. Dessa forma, compreendo que o futuro é projetado repleto de tradicionalismos e generalizações do passado, utilizando-se dos desenvolvimentos econômicos e dos progressos tecnológicos a seu favor.

Se levarmos a vida e suas ligações com o que está por vir às últimas consequências, talvez possamos compreender que o futuro sempre esteve, de alguma maneira, interligado a nós – e quando digo nós, falo em todo o universo, toda a vida. Se pensarmos, por exemplo, no ciclo da natureza, que busca na terra alimentar a semente que germina e cresce, florescendo, entendemos que esse ciclo precisa do tempo que ainda não veio: da noite quando se é dia, do dia quando noite; da chuva, do sol, mas tudo em um tempo não dito.

Ainda seguindo essa lógica, acredito que também consigamos ir longe ao pensar a cronologia animal, que, na pressa da fome – ou no medo de ter fome e não ter o que comer – se fez nômade e pelo mesmo motivo sedentário, buscando saciar seus desejos em um tempo não cronometrado, ao menos não até a formação das civilizações. Dos tempos primevos do ser humano aos dias atuais, o futuro parece ser vida, buscar por ela, ser biofuturo. No futuro se encontra a vida que deixará a barriga da mãe, assim como também a morte de outrem, que carregou em si muitas histórias. Assim como a morte, essa coisa que está estritamente ligada à vida e só age hoje quando efetivada, até lá a morte está sempre no futuro.

O psiquiatra Robert Jay Lifton se aproxima do biofuturo quando põe a busca pela vida em primeiro plano. Ao analisar as tragédias nucleares, reconhece diversos caminhos que possibilitam a destruição da vida, muitos destes vinculados ao terror psicológico de armas de nível nuclear. Em *Futuro da imortalidade* (1989), ele compila ensaios que militam para um mundo antinuclear e busca aprender com as tragédias formas de não as repetir. Ao notar as possibilidades de hecatombes, ele clama por amor e esperança: “sem dúvida alguma, estamos vivendo em uma época em que é necessário explorar e cultivar o amor pelo nosso mundo e uma esperança em seu futuro” (Lifton, 1989, p. 18). Lifton não quer que desistamos da vida.

Curioso imaginar os tempos como existentes em si mesmos, antes até de sua nomeação pelos humanos. Esses tempos-em-si acabam por ficar abstratos ao não tomarmos conhecimento deles de fato, o que implica compreender suas delimitações e nomenclaturas. Dessa forma, os tempos, como passado-presente-futuro, são construídos social e culturalmente, mas ganham força com a disciplina institucional e com o capitalismo, que demarcam nestes tempos regras, limites. Tendo isso em mente, o futuro que se imagina hoje é engendrado em padrões estabelecidos por outros que não nós, no passado, resultando hoje em buscas desenfreadas por algo – seja em crenças religiosas e salvadoras ou em vontades de fuga pelos medos impostos pelo cansaço – que provavelmente nem temos ideia do que é.

Em *Vigiar e punir* (1987), Foucault expressa seu conhecimento sobre as formas de governar, dividindo-as em soberania, coerção e disciplina. A soberania é entendida como o poder do corpo monárquico, que reclama para si a decisão de quem vive e quem morre, fazendo morrer ou deixando viver. O corpo político-social passa a ser o próprio soberano, pois “O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a força da lei é a força do príncipe” (Foucault, 1987, p. 41), sendo assim, o poder soberano impõe e dita aos sujeitos a forma “correta” de vivência, vigiando os corpos-súditos.

Pois bem, com o advento da Modernidade, esses métodos que controlam os corpos e impingem ao corpo a relação “docilidade-utilidade” passam a se chamar “disciplinas” (Foucault, 1987, p. 118). A disciplina é institucionalizada, agindo diretamente sobre os corpos e mentes, docilizando e agenciando-os para o trabalho. Em *Vigiar e Punir*, Foucault nos mostra que o liberalismo age sobre o corpo diretamente, utilizando o exemplo da prisão que os molda, pela pedagogia coercitiva, que, ao mudar o sujeito preguiçoso, “recolocá-lo-á por força num sistema de interesses em que o trabalho será mais vantajoso que a preguiça, formará em torno dele uma pequena sociedade reduzida, simplificada e coercitiva [...]: quem quer viver tem que trabalhar” (Foucault, 1987, p. 100). Dessa maneira:

A prisão se pareceria demais com uma fábrica deixando-se os detentos trabalhar em comum. As razões positivas em seguida: o isolamento constitui ‘um choque terrível’, a partir do qual o condenado, escapando às más influências, pode fazer meia-volta e redescobrir no fundo de sua consciência o bem; o trabalho solitário se tornará então tanto um exercício de conversão quanto de aprendizado; não reformará simplesmente o jogo de interesses próprios ao *homo economicus*, mas também os imperativos do indivíduo moral (Foucault, 1987, p. 101).

Essa técnica de correção/coerção pelas instituições e pelos poderes se torna “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho de coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (Foucault, 1987, p. 173), e talvez seja nessa percepção em que encontremos o futuro como biopolítica, ao

entender essas coerções como uma estruturação para essa sociedade “por vir”, como disse Foucault. Nesse planejamento, encontramos “O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata. O corpo que é supliciado, a alma cujas representações são manipuladas, o corpo que é treinado” (Foucault, 1987, p. 108). O que se procura corrigir/moldar nessas práticas coercitivas é a obediência, dessa forma, fechando os futuros possíveis e deixando todas as possibilidades amarradas em planificações já organizadas e arquitetadas meticulosamente.

O futuro na trilogia *MaddAddão* parece não existir no primeiro livro, *Oryx e Crake* (2004), nele não existe o tempo do relógio, os dias do calendário, as convenções sociais que impunham regras cotidianas, não há mais a ideia de humanidade, compreendida como a relação entre sujeitos. E, então, pensamos o tempo colonizado, capitalizado, cronológico, este é o tempo do trabalho, do eterno agora que disciplina para domesticar. Para Jimmy, agora Homem das Neves, o que existia era o não-tempo.

Em *O ano do dilúvio* (2011), vemos as confluências de subjetividades, os poderes se entrelaçando, os desejos sendo vividos e as esperanças impostas. O passado da narrativa é o mesmo passado que Jimmy viveu, nele há sequestros para prostituição, roubos por interesses privados e também individuais, a religião é usada como moeda de troca e para conformar erros inconformáveis, o positivo e o negativo não existem como dualidade, apenas a vida em suas brutalidades e urgências, o futuro inexistente na pressa pela sobrevivência, ele resiste na escrita, na vontade de permanência dos sujeitos.

*MaddAddão* (2019), último livro que dá nome à trilogia, nos faz refletir sobre as possibilidades que o hoje nos garante no futuro. Mas, mais do que isso, mostra que, enquanto existir uma semente germinável, será possível fazer nascer novas vidas, enquanto existir desejo de vida, a própria existência será continuada, independentemente do resultado das escolhas feitas no passado. Até o último instante da narrativa, vemos desgraças, disputas, tentativas de consolidação de uma verdade única, ao mesmo tempo em que vemos vontades de viver que não interferem nas vidas outras, e, quando pensando em deixar resquícios de si para a posteridade, o que a personagem principal do último livro diz é: conforme fomos lendo suas memórias, que continuemos sua escrita, adicionando em suas lembranças as nossas, e que não sejamos enganados ou manipulados por quem molda a história para resultados próprios. Afinal, compreendemos em Atwood – com ajuda de Jimmy, Crake, Toby, Amanda, Oryx e todos os outros e outras – que se deixamos o passado de lado e o esquecemos, de alguma forma, ele vem nos inundar e nos afoga.

Por isso e para isso um biofuturo, conceito que entende todas as coisas-vida como dignas de viver. Descolonizar as práticas e os discursos é desconstruir o imposto, reafirmar as subjetividades, as diferenças e as identidades, refazer os espaços, desterritorializar os corpos, problematizar os fins e criar novos começos: futurantes, desejanter, respeitosos, reconhecendo que há falhas a serem revistas, que os tempos são múltiplos e resistem/existem interna e externamente nos sujeitos, que pensar o futuro é libertá-lo de planificações modernistas. O biofuturo leva em conta que todas as naturezas precisam ser cuidadas, alimentadas, cultivadas, florescidas. O biofuturo constrói novas formas de poder, resistindo de forma tática aos projetos hegemônicos, criando vidas e deixando viver.

Byung-Chul Han, ao estruturar o poder em seu livro *O que é o poder?* (2019), nos leva a compreender que a ideia foucaultiana de poder é focada apenas naquilo que pode se fazer de coercitivo e “negativo” com a governamentalidade, porém, Han amplia a discussão para o campo simbólico, quando afirma que “contém mais mediação aquele poder que atua não *contra* o projeto de ação do outro, mas *a partir dele*. Um poder maior é, assim, o que forma o futuro do outro, e não o que o bloqueia” (Han, 2019, p. 13). Ao afirmar isso, pode-se fazer a leitura de que o futuro é uma construção relacional, que envolve poder e planejamentos, mas construídos a partir do outro. Esse estudo do outro é algo que os sistemas atuais fazem proficuamente, remasterizando o pão e circo, assim, somos responsáveis por dar ao outro o que ele acredita precisar para saciar uma vontade momentânea. E, então, individualizamos a necessidade levando esses sujeitos a retribuírem ao mercado que produz suas vontades, afinal, o poder também deixa viver: “o poder pressupõe um espaço de tempo que seja mais do que o *ainda não* de uma porta para a morte. [...] o poder simplesmente não apenas mata, mas, sobretudo, *deixa viver*” (Han, 2019, p. 48).

Compreender o poder é importante para se entender a biopolítica, pois é ele o centro dessa forma de governar. Para Byung-Chul Han, “O poder [...] não produz apenas corpos submetidos, dóceis, obedientes, mas sustenta relações com a produção de discursos” (Han, 2019, p. 76). Foucault, em *O nascimento da biopolítica* (2008), “entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (Foucault, 2008, p. 431). A biopolítica disciplina, domestica e dociliza os corpos e suas subjetividades, produzindo relações e discursos que reafirmam essas ideias.

Esses discursos produzem sujeitos controláveis, que se autorregulam, presentes na narrativa atwoodiana. A própria Oryx produz um discurso de aceitação após os abusos que

sofreu, como se aceitasse tudo que passou, pois aquilo fez ela ser mais forte. Quando, em verdade, percebemos que Atwood está fazendo uma crítica às instituições, compreendendo que as pessoas não conseguem enxergar as dominações marcadas em seus corpos.

Dessa forma, quando se alcança o estágio final da disciplina, o corpo pode ser classificado como dócil, ou melhor, docilizado. Agamben (2004) contribui bastante para essa discussão, ampliando o conceito de disciplina para além das concepções relacionadas com a Modernidade. Os corpos disciplinados, para Agamben (2004), também não são os mesmos, pois perpassam esses corpos uma gama de controles, repressões e um contexto social em que a disciplina e o processo de “docilização” ganharam inúmeros meios de efetivação e novas instituições. É justamente compreendendo esse viés que ele também nos direciona a refletir sobre a soberania e sobre o que ele chama de “sociedade do controle”, conceito-chave para compreender que os corpos, além de disciplinados, estão imersos em uma busca incessante por tecnologias eletrônicas. Essas tecnologias são utilizadas para capturar as subjetividades, monitorar a qualidade e a força de trabalho, vigiar, moldar as mentes e dessensibilizar os corpos.

Na perspectiva de Agamben, o poder soberano ainda se faz presente, partindo da biopolítica e produzindo vidas nuas, vidas matáveis, vidas transformadas em indignas e colocadas em estado de exceção (Agamben, 2004; 2010). A relação temporal nessas questões se faz importante, pois o tempo – que não é mais tempo de vida – precisa ser utilizado para uma política social que capitaliza, comercializa e temporaliza a vida e, principalmente, quais vidas terão mais tempo. As vidas marginais sobrevivem até o dia que o Estado decidir.

É diante disso que, ao pensarmos o tempo a partir de uma rede rizomática de ligações e (des)continuidades infinitas, compreendemos que a soberania, a disciplina e o controle se fazem cada vez mais presentes nas novas técnicas de vigilância e manipulação dos sujeitos. Um bom exemplo são as mídias sociais, as quais fizeram da exposição pessoal e do controle do tempo e da rotina uma forma de capitalizar esses corpos, vender como eles são e o que eles usam. O sucesso desse sistema depende de quão socialmente disposto está o indivíduo a ser controlado pelos panópticos virtuais, que julgam, condenam e vitimam. Busca-se, desse modo, selecionar e ditar os grupos hábeis a permanecerem vivos, o que está presente em toda a trilogia *MaddAddão*, de Margaret Atwood, em que denuncia as opressões, dominações e marginalizações de sujeitos diversos. Algo que Atwood parece sempre preocupada em construir em suas narrativas, como formas de resistir em sistemas e sociedades que parecem inescapáveis ou doloridas demais para que algo seja feito.

Os caminhos da morte são pensados como resultados de medidas pré-concebidas por aqueles que controlam as escolhas dos corpos políticos, aliás, daqueles que acreditam controlar.

Dessa maneira, as vidas são postas em jogo como moedas de troca. Como crítica a esses modos de manipulação das vidas e das políticas de vida, os estudos da racionalidade biopolítica trazem o questionamento: afinal, qual a vida que é digna de ser vivida? E eu completo perguntando: quem garante o significado de vida e o de dignidade?

Levando em consideração essas postulações, e lembrando que o viver é repleto de vontade de vida, imbuída de desejos, sentimentos e afetos, compreendo que o futuro se faz como produção da vida, da vontade de viver e do desejo por liberdades. Perguntei-me por longos dias: qual o futuro que vale a pena ser pensado? Qual o futuro que levaria em conta uma reflexão sobre dignidade para a vida sem decidir por UMA vida única? A resposta é difícil, mas se faz quando compreendido que TODA vida é digna de ser vivida. É seguindo esse caminho que o biofuturo se faz possível.

Margaret Atwood, ao produzir discursos anti-soberania, relaciona-se com o conceito que defendo neste capítulo, o biofuturo. Entendo a soberania conjuntamente com Mbembe (2018, p. 41), ao dizer que “A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”, dessa maneira, tanto o biofuturo quanto Atwood discursam contra o ato de definir e a favor do fato de compreender e reconhecer toda vida como vivível. Não existem vidas descartáveis, mas existem, isto sim, vidas plurais, múltiplas e sedentas por vida.

É importante frisar que o termo “biofuturo” já existe, sendo um projeto lançado no ano de 2016, na 22ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP22), na cidade de Marraquexe, no Marrocos, que diz ter como missão “acelerar a transição para uma sustentável, pouco carbônica e global bioeconomia”. A proposta foi criada pelo Brasil e foi bem acolhida pelos outros países, que já estavam familiarizados com o lema proposto na Conferência, em Marraquexe, que dizia: “nada pode parar a ação climática global”.

Sabemos que o interesse das Nações Unidas está no prolongamento da vida “útil” da economia e na reformulação para uma bioeconomia, baseada em biocombustíveis advindos de biomassas considerados mais “naturais”, menos tóxicas ao oxigênio e menos poluentes, garantindo um prolongamento da vida humana, tendo em vista o interesse relacional e político que tem como meta o retorno financeiro e produtivo.

O intento aqui é mostrar que o termo existe e já é empregado à vida/política, mas difere do termo que formulo neste estudo, pois dou a ele um olhar descolonizante, que visa entender os futuros enquanto pautas de discussão para a história e para a compreensão da multiplicidade das vidas, na contramão do terror e da morte que paralisam a ideia de liberdade. Segundo Mbembe (2018, p. 69-70), “o que liga o terror, a morte e a liberdade é uma noção ‘extática’ da

temporalidade e da política. O futuro, aqui, pode ser autenticamente antecipado, mas não no presente. O presente em si é apenas um momento de visão – visão da liberdade que ainda não chegou”. Dessa forma, é importante provocar curtos-circuitos que desestruturem as instituições, como Negri afirma ao entrevistar Deleuze: “Há curtos-circuitos que abrem o presente para o futuro. E que modificam, portanto, as próprias instituições” (Negri *apud* Deleuze, 1992, p. 210), então, quais os curtos-circuitos que podemos provocar?

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O futuro percebido neste estudo é múltiplo. Levando em consideração que cada sujeito é desejante de algo além do imposto, assim, falamos de futuros, no plural, que nascem a partir de desejos e vontades de vida. Biofuturo. Cada pessoa é, em si mesma, uma multidão de desejos, sentidos, olhares. Hardt e Negri (2005) afirmam que a *multidão* é subjetiva, singular, múltipla, é econômica, social, política, imanente, pulsante. Cada sujeito é uma multidão e, enquanto sujeito-multidão, somos uma multiplicidade de sentir, agir, pensar, viver, estar. É também diante disso que afirmo estarmos ligados ao(s) futuro(s), em eterna mudança e fluidez. Vida e futuro, biofuturo.

Talvez possamos afirmar que, desde a descoberta do fogo, estamos em constante busca de novas tecnologias que facilitem a vida. O que se aprofunda com o advento da política, mas, mais extremamente, do capitalismo. O progresso tecnológico se tornou um fetiche e junto com ele surgiu uma vontade de conquistar o desconhecido. O filósofo italiano Franco Berardi, em seu livro *Depois do futuro* (2009), nos contextualiza sobre esta ponte entre a conquista dos espaços geográficos para a dominação dos espaços da mente, afirmando que depois de conquistadas as Terras, o poder – que é incessante – busca outras terras e estas estão presentes nos corpos das pessoas. Assim, complemento dizendo que está também no futuro. Planos são criados em um tempo presente tendo como meta algo que ainda não aconteceu, terras que ainda não foram conquistadas e corpos que não foram totalmente dominados. Planos para o futuro.

Ailton Krenak (2019; 2020) nos dá algumas ideias para adiar o fim do mundo, garantindo-nos que essa lógica mercadológica de que tudo se conserta, de que tudo é fabricável e de que o dinheiro a tudo resolve se desmancha pelo ar quando se compreende que o amanhã não está à venda. Lógica construída como plano no passado e que hoje, no futuro desse passado, se faz intensa e introjetada em nossas mentes.

Compreendemos então que os planos de futuro falam mais sobre os grupos que os almejam do que sobre o próprio futuro. Os capitalistas moldam os discursos para permanências

futuras, já os não-capitalistas tentam criar rotas de fuga em que o futuro seja totalmente diferente do que vivemos hoje. Os conservadores utilizam de seus discursos tradicionalistas e saudosos como forma de manipulação daqueles com as mentes ainda inseguras de seus desejos. As feministas buscam equilíbrio entre os gêneros para um futuro em que não precisem mais buscá-lo; as pessoas LGBTQIAP+ lutam por reconhecimento de direitos; os negros por oportunidades iguais para todas as peles, independente de suas cores. Mesmo sendo bastante generalista aqui, acreditamos que as pessoas e seus grupos buscam o futuro que acreditam ser o melhor para si e para os seus, uns por vontade de manter privilégios, outras(os) pela necessidade de lutar e garantir vida para seus iguais.

Independente de em qual lado esses grupos se encontram, ao produzirem planificações de futuro, estão se decidindo e agindo politicamente, lidando com vida e tempo, corpos e desejos, permanências e fins. Quais deles se aproximam mais da compreensão de futuro no plural? Acredito que é sobre estes que falo quando postulo o biofuturo. Aqueles e aquelas que tentam desestruturar o engessamento do tempo porvir, transformando em fluído, dinâmico, voraz e histórico. Ser humano é produzir história, sendo história. O biofuturo se encontra na história, no humano e para além do humano.

## REFERÊNCIAS

---

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a via nua I**. Tradução de Henrique Rodrigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007a.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007b, p. 85-100.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Íntimas histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007c, p. 211-218.

ATWOOD, Margaret. **O ano do dilúvio**. Tradução Márcia Frazão. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

ATWOOD, Margaret. **Oryx e Crake**. Tradução Léa Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica: um mapa conceitual**. Tradução Luísa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

BRUM, Eliane. Diálogos sobre o fim do mundo. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski. **El País Brasil**. 29 set. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283\\_365191.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html). Acesso em: 30 set. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Prefácio de Alexandre Franco de Sá. Portugal: Edições Einaudi, 2004.

FERNANDES, Telma Dias; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros. A nova história (bio)política: sobre as capturas e resistências. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, v. 25, n. 43, p. 9-20, jul./dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Tradução Grabiél Salvi Phillipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LIFTON, Robert Jay. **O futuro da imortalidade**: ensaios para um era nuclear. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 17. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

PRECIADO, Paul B. **Un apartamento en Urano**: crônicas delcruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019, p. 148-150.

SILVA, Alexandre Araújo da. **Biopolítica de uns, biopotência de outros e biofuturo em MaddAddão, de Margaret Atwood**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB/CCHLA). João Pessoa, 2021.

# Capítulo II

## “PREPARA O CAMINHO SEGURO”: A TRAJETÓRIA DE DOM ADAUTO AURÉLIO DE MIRANDA HENRIQUES COMO REFORMADOR SOCIAL – PARAÍBA (1894-1935)

“PREPARE THE SAFE PATH”: THE TRAJECTORY OF DOM ADAUTO AURÉLIO DE MIRANDA HENRIQUES AS A SOCIAL REFORMER – PARAÍBA (1894-1935)

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-2

Alexandro dos Santos

### RESUMO

O presente artigo problematiza a trajetória de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques como intelectual dedicado ao projeto de “reconstrução social da Paraíba” entre os anos de 1894 e 1935, período em que atuou como Bispo do estado. Nesse sentido, faço uso de um vasto conjunto de fontes que circularam na época estudada: *Jornal A Imprensa*, *Cartas Pastorais*, *Anuário Eclesiástico da Paraíba* e *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. Como suporte teórico-metodológico, faço uso das contribuições de Sirinelli (2003), sobre o conceito de intelectual e de Bourdieu sobre o conceito de trajetória. A partir disto, cheguei à conclusão de que, durante o longo período em que exerceu a função de Bispo, Dom Adauto empreendeu inúmeras reformas: no campo administrativo, promoveu a criação de dioceses e seminários e nomeou clérigos; na esfera educacional, fundou e manteve colégios para os gêneros masculino e feminino; no âmbito religioso, organizou a estrutura eclesiástica com a implantação de dioceses e arquidioceses; e, no campo intelectual, colaborou na fundação de jornais e revistas, além de divulgar seus escritos por meio das Cartas Pastorais.

**Palavras-chave:** Dom Adauto; Reconstrução Social; Paraíba; Trajetória; Intelectual.

### ABSTRACT

This article problematizes the trajectory of Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques as an intellectual dedicated to the project of “social reconstruction of Paraíba” between 1894 and 1935, a period in which he served as Bishop of the state. In this sense, I use a vast set of sources that circulated at the time studied: *Jornal A Imprensa*, *Cartas Pastorais*, *Anuário Eclesiástico da Paraíba* and *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. As theoretical-methodological support, I use the contributions of Sirinelli (2003), on the concept of intellectual and Bourdieu on the concept of trajectory. From this, I came to the conclusion that, during the long period in which he served as Bishop, Dom Adauto undertook numerous reforms: in the administrative field, he promoted the creation of dioceses and seminaries and appointed clergy; In the educational sphere, he founded and maintained schools for both men and women; in the religious sphere, he organized the ecclesiastical structure with the establishment of dioceses and archdioceses; and, in the intellectual field, he collaborated in the founding of newspapers and magazines, in addition to disseminating his writings through Pastoral Letters.

**Keywords:** Dom Adauto; Social Reconstruction; Paraíba; Trajectory; Intellectual.

## 1. INTRODUÇÃO

---

O interesse em escrever o presente artigo surgiu durante o período em que realizei a pesquisa de minha tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa: História da Educação. Na tese, intitulada “‘A Deus pela ciência; à ciência por Deus’: os discursos religiosos e científicos do *Colégio Diocesano Pio X* – Paraíba (1910-1954)”, analisei os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* que se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável.

A referida instituição de ensino foi criada por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, no ano de 1894, como parte de seu audacioso projeto de “reconstrução social da Paraíba”. Durante a pesquisa nos principais arquivos localizados nas cidades de Campina Grande e de João Pessoa<sup>1</sup>, percebi a forte influência que Dom Adauto exerceu perante a sociedade paraibana. Ao mesmo tempo, percebi também a ausência de trabalhos de cunho acadêmico substanciais sobre esse importante personagem da história local. Foi devido a esses dois fatores que resolvi me aventurar em mais um projeto de doutorado, dessa vez, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

Atualmente, realizo uma pesquisa documental, bibliográfica e biográfica a respeito de Dom Adauto, buscando estudá-lo e problematizá-lo como um reformador social. Defendo o argumento de que ele, durante o período em que atuou como Bispo na Paraíba, entre os anos de 1894 e 1935, desenvolveu e colocou em prática inúmeros projetos pessoais e sociais com o objetivo de “reconstruir socialmente a Paraíba”. Foi nesse sentido que ele fundou o jornal católico *A Imprensa*; escreveu e publicou suas *Cartas Pastorais*; participou da criação de dioceses e arquidioceses no estado; indicou e nomeou clérigos para assumirem paróquias em vários municípios paraibanos; criou colégios destinados à educação dos gêneros femininos e masculinos; participou da criação e publicação da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, que circulou no estado entre os anos de 1910 a 1954; também não economizou tinta e papel ao fazer críticas publicamente à Constituição de 1891, primeira do período republicano e que teve como um de seus destaques a instauração do Estado laico.

---

<sup>1</sup> Até 1930, a capital do estado respondia pelo nome de Parahyba, e o estado pelo de Parahyba do Norte. Após a morte do então presidente do estado João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, a capital passou a ser chamada de João Pessoa, em sua homenagem. Já o estado, desde então, passou a responder pelo nome de Paraíba.

Partindo desse ponto de vista, o presente texto tem, como objetivo, abordar a trajetória de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques como um intelectual dedicado a colocar em prática o seu projeto de “reconstrução social da Paraíba” entre o período de 1894 e 1935, momento em que exerceu o cargo de Bispo<sup>2</sup>. Portanto, defendo o argumento de que Dom Adauto atuou como um reformador social. Nesse texto, destaco como esse personagem, ao longo de sua trajetória como Bispo, trouxe importantes contribuições para a produção de conhecimentos na área de História da Educação.

Nesse sentido, gostaria de destacar que, durante as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, ocorreu uma significativa renovação na produção no campo de pesquisa da história da educação, a partir da interlocução com a história cultural. A historiadora Marta de Carvalho defende o argumento de que esse foi o momento de consolidação da história da educação como disciplina acadêmica e como campo de pesquisa histórica. É o contexto em que a história cultural passa a impactar de maneira significativa a historiografia educacional brasileira.

Segundo a autora, essa nova historiografia educacional que estava emergindo no país

contrapôs-se ao padrão de produção historiográfica sobre educação, até então dominante, que começou a se configurar a partir de um pequeno, mas significativo, conjunto de trabalhos produzidos nas décadas de 1950 e 1960, consolidando-se a partir da década de 1970, quando se institucionalizaram no sistema universitário do país os primeiros Programas de Pós-Graduação em Educação (Carvalho, 2004, p. 375).

Nas décadas de 1980 e 1990, ampliou-se o domínio historiográfica da história cultural, reforçando, dessa maneira, a materialidade dos processos de produção, circulação, apropriação dos objetos culturais postos em circulação (livros, jornais e revistas) e a redefinição e ampliação da noção de documento educacional que produzem esses objetos ou que deles se apropriam (Araújo, 2019).

No aporte teórico-metodológico, lanço mão das contribuições da Nova História Cultural. Um primeiro conceito utilizado na presente narrativa foi o de *intelectual* formulado por Sirinelli. Escrever sobre Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques é buscar reconstruir sua trajetória, abordando-o como um personagem intelectual. Nesse sentido, as formulações teóricas de Sirinelli (2003) oferecem uma compreensão a respeito do termo intelectual. No texto clássico “*Os intelectuais*”, o autor apresenta o caráter polissêmico e o aspecto polimorfo do meio intelectual, apresentando, com isso, duas acepções do termo intelectual: primeiro, um de caráter mais amplo e sociocultural, abarca os criadores, todos os que “participam na criação

---

<sup>2</sup> Esse é o argumento de tese que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, na Linha I – História e Regionalidades, sob a orientação do professor Dr. Paulo Giovanni. Defendo que Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques atuou na Paraíba entre os anos de 1894 e 1935 como um reformador social ao colocar em prática seu projeto de “reconstrução social”.

artística e literária, ou no progresso do saber” (Sirinelli, 2003, p. 261); o segundo, de caráter mais restrito, refere-se à noção de engajamento durante a vida como autor, por meio da participação em questões sociais, políticas, econômicas, educativas e religiosas.

Com isso, penso Dom Adauto como um intelectual interligado a essas duas concepções anteriormente citadas. Em relação à primeira, Dom Adauto pode ser definido como um criador se levarmos em consideração a notoriedade e reconhecimento que ele adquiriu perante a sociedade paraibana durante o período que exerceu o cargo de bispo. Sobre a segunda, Dom Adauto, também pode ser compreendido com um mediador cultural, uma vez que, enquanto religioso, esteve preocupado com questões políticas, principalmente relacionadas à causa republicana, à laicidade do Estado brasileiro e à propagação de outras religiões críticas aos dogmas do catolicismo, defendendo um modelo de educação alicerçado nos princípios religiosos e o pioneirismo na divulgação de modernas práticas e ideias pedagógicas e científicas.

Outra contribuição teórica importante é o arcabouço conceitual do sociólogo francês Pierre Bourdieu, por meio do conceito de *trajetória*. O autor defende que essa ideia está diretamente ligada à objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes em um dado campo. Diferente das biografias comuns, descreve as posições ocupadas pelo mesmo intelectual. O campo está em constante transformação. Os significados atribuídos pelos agentes, ou por um determinado grupo social, só ganham sentido quando relacionados aos diferentes estados pelos quais a estrutura do campo passou, considerando-o como um espaço de relações estabelecidas entre os agentes em cada momento histórico.

Nesse sentido, toda e qualquer trajetória social precisa ser compreendida como uma forma singular de percorrer e ocupar o espaço social, momento em que se exprimem as disposições do *habitus* e se reconstitui a série das posições ocupadas pelo agente ou por um grupo de agentes em espaços sucessivos (Bourdieu, 1996). Assim, a biografia, para Bourdieu, “independe do indivíduo, está ligada ao conceito de agente operando em um campo de forças, muitas vezes sem atinar para o sentido real de sua ação, em um conjunto mais vasto de caminhos possíveis à sua geração” (Bourdieu *apud* Montagner, 2007, p. 255).

O espaço social configura-se como um ambiente de lutas entre os agentes na busca incessante pelo poder. No espaço social de atuação intelectual, as lutas dizem respeito à possibilidade de incorporação dos recursos intelectuais objetivados. No contexto do final do século XIX e início do século XX, na Paraíba, os movimentos empreendidos por Dom Adauto buscavam o reconhecimento na forma de prestígio intelectual, daí surge a importância da noção de trajetória, que, para Bourdieu (1996, p. 189), diz respeito a “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele

próprio em devir, estando sujeito a incessantes transformações”. É por meio da tomada de posição e ocupação de espaços que os agentes vão, aos poucos, construindo suas trajetórias e obtendo mais prestígio e reconhecimento.

A partir desse referencial teórico, as fontes analisadas no decorrer da pesquisa foram as seguintes: a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*; o jornal *A Imprensa*, *O Anuário Eclesiástico da Paraíba* e as *Cartas Pastorais*, de autoria do próprio Dom Adauto. Essas fontes juntas possibilitam um melhor entendimento sobre o projeto de “reconstrução social da Paraíba”, idealizado e posto em prática pelo Bispo durante os anos de 1894 e 1935, período de sua atuação no estado. É importante esclarecer que as fontes constituem condições de limites e de possibilidades na produção do conhecimento histórico. Elas não são “inocentes”, sua produção e sua circulação não são “neutras”. Todo documento histórico, seja ele de qualquer tipo, traz consigo uma certa carga de subjetividades de quem os produziu (Barros, 2012).

Desse modo, as fontes históricas estão perpassadas pelas diversas relações de poder e interesses da sociedade que as produziram. Atualmente,

o historiador não espera mais dos materiais e evidências que lhes chegam do passado, apenas ou necessariamente uma ‘prova’, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou redes de práticas e representações a serem compreendidas (Barros, 2012, p. 132).

Nesse sentido, ao produzir uma narrativa sobre o projeto de “reconstrução social da Paraíba” de Dom Adauto fazendo uso da educação e da religião católica, estou problematizando as subjetividades, os objetivos, as relações de poder implicadas na produção das fontes históricas que fiz uso na presente pesquisa.

De acordo com Karnal e Tatsch (2011, p. 12), “todo documento histórico é uma construção permanente”. Os seus lugares de produção e de recepção vão sofrendo redefinições com o passar dos anos. Uma fonte histórica não expressa o “real” tal qual aconteceu, mas também não é um simples “invento” historiográfico: toda análise historiográfica encontra-se intermediada por um lado pela interpretação do historiador, e por outro, lado pelo próprio conteúdo da fonte.

## **2. A TRAJETÓRIA DE DOM ADAUTO AURÉLIO DE MIRANDA HENRIQUES COMO REFORMADOR SOCIAL**

---

Nesse tópico, pretendo escrever uma narrativa possível a respeito desse importante intelectual paraibano. Vou em busca das rupturas, discontinuidades e representações que a imprensa em circulação, à época, na Paraíba, produziu sobre ele. Dom Adauto Aurélio de

Miranda Henriques nasceu em 30 de agosto de 1855, na cidade de Areia, Paraíba. Era filho do Cel. Idelfonso Climaco de Miranda Henriques e Laurinda Esmeraldina de Sá de Miranda Henriques (Veloso, 2013). Como era costume na época, recebeu os primeiros estudos em casa sob a supervisão e orientação de sua mãe.

Por volta de 1867, saiu de Areia e foi para Pernambuco estudar no *Seminário de Olinda*, onde fez o *Curso Menor* (humanidades). Quando completou 20 anos, viajou para a França para realizar os estudos superiores de Filosofia no *Seminário Supliciano de Issy*, Paris (1875-1877), depois, Teologia, na *Universidade Gregoriana de Roma*, ordenando-se em 1880. Nessa mesma universidade, realizou o doutorado em Direito Canônico, em 1882 (Barreto, 2009). Em seguida, voltou ao Brasil. A nomeação como bispo ocorreu em 02 de janeiro de 1894, e a sua ordenação em 7 de janeiro do mesmo ano, na capela do *Cardeal Lucio Maria Parochi*, bispo de Albano.

Entre os anos de 1882 e 1894, Dom Adauto exerceu em Pernambuco as funções de professor e de Diretor Espiritual do *Seminário de Olinda*. Foi Capelão do *Orfanato de Santa Tereza* e Conego Efetivo da Sé, consagrando-se como um ardo defensor do ultramontanismo. Seguiu as ideias de Dom Vidal. No Seminário, seus colegas de profissão eram os padres Antônio Fabrício de Araújo Pereira (Frances), Luiz Francisco de Araújo (Latim), Júlio Maria do Rego Barros (Geografia e História), Manuel João Gomes (Dogma), Francisco do Rego Maia (Moral), Antônio Arcoverde (Instituições Canônicas), Joaquim Arcoverde (Filosofia) e o leigo José Diniz Barreto (Português).

Em 2 de janeiro de 1894, Dom Adauto recusou a nomeação para assumir o bispado de Curitiba. Logo em seguida, foi escolhido para assumir a direção da primeira *Diocese da Paraíba*, que havia sido criada em 27 de abril de 1892 pela *Bula Ad Universas Orbis Ecclesias*. Em 4 de março, chegou à Paraíba, possuindo, como primeira missão, efetivar os fundamentos e dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, que eram: combater a laicidade do estado, o avanço de ideias comunistas, anarquistas, os críticos da Igreja Católica, as religiões populares e o protestantismo. A *Diocese da Paraíba*, à época, era composta por 73 paróquias, sendo que 43 se encontravam em território paraibano e 30 no Rio Grande do Norte. Os princípios seguidos por Dom Adauto eram de “formar o padre idôneo” e “doutrinar os fiéis” (Barreto, 2009, p. 72).

Ele tinha como lema: *Iter Para Tutum (Prepara o caminho seguro)*. Sua ordenação episcopal representou para a Igreja Católica paraibana um marco importante, pois, pela primeira vez, o estado tinha ao seu dispor seu próprio bispo. Segundo Ricardo Grisi Veloso (2013, p. 83): “Foi elevado a Arcebispo em 14 julho de 1914”. Antes de exercer o episcopado, atuou nas seguintes atividades: foi professor do *Seminário de Olinda* (Filosofia, Frances e Direito Canônico); Cônego e Capelão de Santa Tereza – PE. Cônego do Cabido Diocesano; Diretor

Espiritual do *Seminário de Olinda* e Capelão do *Orfanato de Santa Tereza – PE*. Faleceu no dia 15 de agosto de 1935, na capital paraibana, e encontra-se sepultado na *Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves*.

Dom Aduino de Aurélio de Miranda Henriques participou ativamente do que chamo *intelligentsia* paraibana. No decorrer do período em que esteve à frente da direção da arquidiocese do estado, desenvolveu vários projetos em defesa da religião e da educação local. Fez uso intenso do jornal católico *A Imprensa* para fazer circular em meio ao público local o seu pensamento por meio da publicação de *Cartas Pastorais*<sup>3</sup>. O conteúdo dessas cartas versava quase que exclusivamente sobre assuntos de caráter educacional e religioso. É inegável que Dom Aduino compôs o seleto grupo de intelectuais que teve vida ativa na Paraíba. Para Carlos Eduardo Vieira (2015), a *História Intelectual* possui uma multiplicidade de possibilidades, que vai desde os estudos de pensadores clássicos da política, da filosofia e da ciência até homens e mulheres simples que viveram às margens do campo intelectual.

Na opinião de Sirinelli (2003), para se compreender o significado de um intelectual, é preciso ficar a par das transformações da sociedade. Assim:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho prodígio: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer taboa rasa (Sirinelli, 2003, p. 242-243).

Dom Aduino revelou-se, com o passar dos anos, como um intelectual “incisivo e decisivo” na Paraíba ao mediar os processos de transmissão e assimilação cultural. Teve ativa participação na sociedade. Dessa maneira, é possível deduzir que uma das características que mais marca os intelectuais é o papel que ele desempenha junto com a sociedade. O estudo dos intelectuais passou a ser melhor problematizado com a emergência da nova historiografia francesa. Esses sujeitos passaram a ser estudados a partir de suas contribuições nas áreas da política, economia, cultura e sociedade. Segundo Francisco Falcon (1997, p. 94),

a história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não articuladas, opiniões amorfas, suposições não ditas, além, é claro, das ideias formalizadas, além do mais, a história intelectual preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas – ‘como a vida do povo que é o seu portador’. Uma consequência interessante é assim a tendência da história intelectual de romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto das práticas sociais.

---

<sup>3</sup> A respeito das *Cartas Pastorais* escritas por Dom Aduino, consultar a tese de doutorado de José Pereira de Sousa Júnior (2015).

A partir da emergência da *Escola dos Annales*, na França, em 1929, a história dos intelectuais passou por um período de contestação. Um dos pontos fortes dos *Annales* foi a crítica mordaz à *Escola Metódica*. Os historiadores pertencentes ao grupo dos *Annales* saíram em defesa de uma história-problema e da interdisciplinaridade como meios para a ampliação dos horizontes da história. Para tanto, voltaram-se com todas as forças contra o modelo de narrativa histórica que valorizasse a tradicional história narrativa de valorização dos grandes homens e grandes feitos.

Na década de 1970, a história dos intelectuais ganhou uma nova página. Novos paradigmas são inventados, tornando-se um campo histórico autônomo, aberto, situando-se nos entremeios da história política, social e cultural (Sirinelli, 2003, p. 232). Essa reviravolta da história dos intelectuais só foi possível graças ao esforço conjunto de historiadores políticos e culturais. Reinventada, a história intelectual saiu em busca de novos problemas e instrumentos teórico-metodológicos (Sirinelli, 2003, p. 234-241). Foi a partir dessas reflexões teórico-metodológicas permitidas pelo campo de atuação da história intelectual que pude perceber a influência exercida por Dom Adauto, na Paraíba.

Esse personagem teve papel ativo no estado durante o período em que esteve no controle administrativo da arquidiocese. Momento, aliás, de grandes transformações sociais. As áreas da economia, política, educação, social, cidades e cultura visualizaram mudanças substanciais. Foi em meio a esse cenário de mudanças que estava inserido Dom Adauto, e seu desejo de mudança parecia ser muito maior do que a sociedade paraibana podia suportar. O trabalho desenvolvido à frente da arquidiocese da Paraíba foi incansável. O Bispo fundou colégios, seminários, publicou textos na imprensa, combateu os críticos da Igreja Católica e fez alianças políticas para defender seus interesses e os da Igreja. Na acepção de José Pereira de Sousa Júnior (2015, p. 170),

Ao longo de seu bispado e arcebispado, Dom Adauto procurou atuar em várias frentes tanto política como religiosa, sempre buscando através de várias ações aproximar-se do povo por meio de missões evangelizadoras como também da instrução educacional, abrindo escolas e incentivando os estudos através do ensino de cunho católico até mesmo nas escolas públicas, mesmo sabendo que estas tinham adotado uma postura de ensino laico.

Dom Adauto fez uso de várias cartas pastorais para chamar atenção da população sobre vários assuntos, como educação, ensino, política, conduta moral, o trabalho do paroquiado, festas jubilares, o papel da imprensa, etc.

Um dos principais focos do trabalho realizado por Dom Adauto estava na defesa das “temáticas do *métier ultramontano*, na interpretação da instrução como fator catalisador da moral cristã” (Silva, 2017, p. 34). Para ele, a Igreja era uma escola. À época, estimulou e colocou

em prática uma série de campanhas no sentido de questionar e combater a laicidade do Estado, principalmente dentro do espaço escolar. O ensino religioso, as escolas católicas como o *Colégio Diocesano Pio X* (destinada ao público masculino) e a *Escola Nossa Senhora das Neves* (direcionada ao público feminino) eram considerados verdadeiros espaços de uma sociedade cívica e republicana.

Como se pode ver, os campos da educação e da religião foram os que receberam uma atenção maior por parte da Dom Adauto para colocar em prática seu projeto de “reconstrução social da Paraíba”. No livro: *D. Adauto: subsídios Biográficos*, o Conego Francisco Lima publicou uma imagem retratando Dom Adauto, em companhia de sua “genitora, D. Laurinda, e sua irmã, D. Olivia”. A imagem é marcada pela seriedade e pelo respeito dos personagens da cena para com os dogmas cristãos.

Em 05 de fevereiro de 1919, o jornal católico *A Imprensa* publicou em suas páginas uma representação do Bispo. Na imagem, Dom Adauto é fotografado com os trajes episcopais segurando a Bíblia, conforme mostra a Figura 1. Sua imagem transparece a firmeza de quem acabara de assumir a responsabilidade de administrar e controlar a arquidiocese do estado. Tinha em mãos a responsabilidade de buscar recuperar parte do prestígio que a Igreja Católica tinha perdido com a emergência do regime republicano e a instauração da laicidade do estado. A tarefa não era fácil. Muitas disputas estavam em jogo. A sociedade vinha passando por mudanças sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais. A Paraíba não era mais a mesma. As demandas eram outras. E tudo isso estava em jogo.

**Figura 1** - Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques



**Fonte:** *A Imprensa*, 1919.

A imagem de Dom Adauto publicada nas páginas do jornal *A Imprensa* tinha como objetivo recuperar parte do prestígio dos padres brasileiros. Os novos bispos escolhidos pela Igreja para comandar as dioceses eram padres novos, competentes e de origem de famílias reputadas. Deveriam prezar pelo distanciamento de disputas partidárias e se subordinar aos dogmas da Igreja Católica, como estava determinado na *Encíclica Immortale Dei*, do ano de 1885. Foi nesse sentido que Dom Adauto buscou se destacar. Por isso, foi fotografado segurando em suas mãos um exemplar da Bíblia, elegantemente trajado com as vestes episcopais, batina preta (que representa a morte para o mundo), colarinho branco (o branco representa a pureza). Filetes violáceos e a faixa violácea. Mitra, paramento litúrgico utilizado pelos bispos. Ínfulas – tiras pendentes da parte posterior da mitra. Solidéu. Gremial. Cruz peitoral – uma insígnia utilizada pelos bispos na altura do peito. Anel episcopal – um símbolo da aliança espiritual que une o bispo com a Igreja.

Ao assumir o cargo de arcebispo metropolitano da Paraíba, uma das primeiras iniciativas tomadas por Dom Adauto foi a criação do *Seminário Episcopal* e do *Colégio Diocesano*, ambos em 04 de março de 1894. “Depois de instalado e funcionando de forma precária na residência do Bispo, logo foi transferido para o convento de Santo Antônio, até então ocupado pela Companhia de Aprendizes Marinheiros” (Sousa Júnior, 2015, p. 160). Segundo o Cônego Francisco Lima (2007, p. 165), o *Convento de Santo Antônio*, que pertencia aos franciscanos, vinha sendo ocupado pelos marinheiros desde a época imperial. Fazendo uso da influência política que desfrutava à época, Dom Adauto conseguiu, junto ao *Provincial da Ordem*, sua utilização para abrigar o Seminário. Com isso, contou com a contribuição do presidente da província, Álvaro Machado<sup>4</sup>, para conseguir a liberação do edifício. A *Igreja de São Francisco*<sup>5</sup>, no momento, é um dos pontos turísticos mais visitados de João Pessoa, capital paraibana.

O Seminário ofertava o curso inferior (humanidades), e o curso superior, com duas habilidades: (Filosofia e Teologia). Com o passar dos anos, esses dois cursos foram transformados em seminário menor e seminário maior (este último dedicado à formação de sacerdotes). A parte administrativa e o corpo docente do *Seminário Episcopal* ficaram a cargo

---

<sup>4</sup> Álvaro Lopes Machado nasceu em Areias (PB) no dia 5 de março de 1857, filho de João Lopes Machado e de Avelina Amália da Fonseca. Seu irmão, João Lopes Machado, foi presidente da Paraíba de 1908 a 1912. Ingressou no Exército em janeiro de 1876 e tornou-se alferes aluno em janeiro de 1879. Para maiores informações sobre ele, consultar o seguinte site: <https://cpdoc.fgv.br>.

<sup>5</sup> A *Igreja de São Francisco* funcionou como *Convento Santo Antônio*. Começou a ser construído em 1589 e foi concluído em 1788. Os Franciscanos viveram no convento até a data de 1885. De 1885 a 1894 esteve ocupado pelo Império que instalou a *Escola de Aprendiz de Marinheiro* e o *Hospital Militar*. Na sequência, com a criação da Diocese da Parahyba, o bispo Dom Adauto conseguiu sua posse com o objetivo de instalar o *Seminário* e o *Colégio Diocesano Pio X*.

dos próprios padres da *Diocese*. Do corpo docente, também faziam parte “alguns professores leigos e alunos do próprio Seminário – Curso Superior – que lecionavam no curso inferior” (Sousa Júnior, 2015, p. 162).

Dando continuidade a seu projeto de remodelação eclesial da Paraíba, Dom Adauto criou a *Diocese da Paraíba*. Com esse novo ato: “transferiu para a Paraíba um modelo de formação para o clero elaborada na Europa, modificou a prática da religião por meio da acentuação do caráter clerical da Igreja” (Sousa Júnior, 2015, p. 166). Dessa forma, centralizou a “ação clerical” no poder do clero local, tornando-se “intransigente” com aqueles que se mostrassem críticos à Igreja Católica, como a imprensa não católica, os protestantes, os maçons, os espíritas, as irmandades, entre outros. Com a criação da *Diocese da Paraíba*, ocorreu uma transformação na maneira de se controlar os seus fiéis e críticos.

Durante seu trabalho à frente da Diocese da Paraíba, Dom Adauto fundou doze colégios, vinte e duas novas paróquias e realizou cerca de duzentas visitas pastorais. Na atual cidade de João Pessoa, fundou o *Seminário Arquidiocesano*, o *Colégio Diocesano Pio X*, o jornal *A Imprensa* e o *Palácio do Bispo*, sede da arquidiocese. “Ordenou dezenas de padres, criou novas dioceses, abriu e reformou seminários, fundou colégios e orientou as irmandades no que se refere as manifestações da religiosidade popular, visando maior ortodoxia eclesial” (Sousa Júnior, 2015, p. 166).

Em 1906, Francisco Severiano publicou, no *Anuário da Diocese da Parahyba do Norte*, informações sobre os colégios criados por Dom Adauto. Segundo Severiano, esses colégios são fruto do audacioso plano do “exmo. e revmo. Sr. Bispo diocesano, que tudo há promovido no sentido de difundir a educação moral e o ensino literário entre o seu abençoado e estremecido rebanho” (Severiano, 1906, p. 152-156). Para isso, contou com a ajuda preciosa de “padres seculares” que dirigiram os colégios reservados ao gênero masculino na preparação dos alunos para a admissão em cursos superiores. Os colégios femininos ficaram a cargo da “direção de Senhoras religiosas”.

O *Colégio Diocesano Pio X* foi o primeiro estabelecimento de ensino criado por Dom Adauto. Sua inauguração data do dia 26 de abril de 1894. Em seguida, veio o *Colégio Nossa Senhora das Neves*, inaugurado em 14 de março de 1895, em prédio próprio. “É destinado ao sexo feminino e está sob a direção das Irmãs da Sagrada Família. Abre suas aulas no dia 1º de fevereiro e encerra na 2ª quinzena de novembro de cada anno” (Severiano, 1906, p. 152-156). O plano de ensino contava com noções de trabalhos manuais, religião, leitura e escrituração, língua nacional, francesa, inglesa, italiana, aritmética, história geral, história do Brasil, noções elementares de ciências naturais, cosmografia, geografia, música, piano e desenho.

O *Colégio de S. Luzia* foi o terceiro, instalado em 02 de março de 1901, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Importante contribuição trouxe para o “desenvolvimento material, moral e intelectual. É próprio e bem confortável o prédio em que funciona”. A escolha desse colégio foi estratégica tendo em vista que a cidade de Mossoró, era uma das mais importantes do estado na época. “Para ahi afluente annualmente grande número de alumnos do interior dos dois estados, a fim de se prepararem para os cursos superiores da república” (Severiano, 1906, p. 152-156).

Em março de 1902, foi inaugurado, na cidade de Natal-RN, o *Colégio da Imaculada Conceição*, ficando a direção a cargo das Irmãs Dorothéa. Era destinado ao gênero feminino e funcionava em prédio próprio. O currículo contava com as noções de: leitura, caligrafia, aritmética, geometria, história sagrada e do Brasil, cosmografia, geografia, línguas italiana, francesa, inglesa e trabalhos manuais. O ano letivo tinha início no dia primeiro de fevereiro, e o encerramento em nove de dezembro (Severiano, 1906).

Em 02 de março de 1903, também na cidade de Natal, foi inaugurado o *Colégio S. Antônio*. O início do ano letivo ocorria em primeiro de fevereiro, e o fim em trinta de novembro. O programa de ensino abrangia “todas as matérias da instrução primaria e secundaria conforme os programas do Gymnasio Nacional, tendo por fim preparar alumnos para a matrícula em qualquer das academias do paiz, inclusive o curso superior do Seminário Diocesano” (Severiano, 1906, p. 152-156). O cônego João Irineu Joffily assumiu a direção e o padre João Baptista Milanez, a vice direção.

O *Colégio Diocesano Padre Rolim*, localizado na cidade de Cajazeiras, sertão paraibano, foi completamente restaurado “sob a protecção do S. Coração de Jesus, aos 22 de abril de 1903”. O diretor era o padre Marcelino Vieira da Silva Sobrinho. As frequentes secas que quase todos os anos atingem o sertão do estado fizeram diminuir a matrícula e frequência de alunos no colégio. “Suas aulas começam cada ano no dia 1º de fevereiro e findam-se a 20 de novembro” (Severiano, 1906, p. 152-156).

Já a fundação do *Colégio S. José* foi efetivada em 01 de fevereiro de 1905, nas dependências do antigo *Convento do Carmo*. “É um externato destinado a “proporcionar aos filhos mais pobres do povo o conhecimento dos deveres do home para com Deus, para consigo e para com os outros homens” (Severiano, 1906, p. 152-156). Entre as matérias de ensino, os alunos tinham aula de doutrina cristã,

cujo estudo é obrigatório, as mesmas do ensino primário com noções elementares sobre artes e agronomia, inculcando no espírito dos alumnos o conhecimento da necessidade do amor ao trabalho e do desejo ardente e sincero de serem uteis a si, às famílias e à sociedade (Severiano, 1906, p. 152-156).

Para a manutenção do colégio, o “tesouro estadual” contribuía com a aquantia mensal de 100\$000. As aulas ocorriam no período noturno e a matrícula era gratuita. O foco principal do Colégio São José era os filhos da população mais carente financeiramente. É possível perceber que tanto o trabalho educativo quanto o trabalho de evangelização de Dom Adauto não ficaram restritos apenas à Paraíba e à sua capital. Estendeu-se por cidades do interior do estado e, até mesmo, por outros estados, como foi o caso do Rio Grande do Norte.

As duas primeiras décadas do século XX foram de muito trabalho para Dom Adauto. O empenho dedicado na construção de colégios e paróquias, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, consumiu parte de seu tempo. Ao todo, foram cerca de 12 colégios e 22 paróquias criadas. Esse trabalho não teria tido o mesmo sucesso se não fosse o prestígio político que Dom Adauto desfrutava com algumas elites paraibanas da Primeira República. “Um de seus aliados políticos foi monsenhor Walfredo Leal e dos irmãos Machado, que ocuparam o poder entre 1894 e 1912 na forma de revezamento político” (Sousa Júnior, 2015, p. 167)<sup>6</sup>.

Ainda como parte do projeto de “reconstrução social da Paraíba”, Dom Adauto criou o jornal católico *A Imprensa* em 27 de maio de 1897. Esse periódico teve a estratégia de fazer a circulação do trabalho da *Diocese* nas áreas da educação, abertura de colégios, visitas pastorais e combate a outras religiões, como o espiritismo, protestantismo, maçonaria, entre outras. “O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Era um meio de comunicação com a sociedade” (Veloso, 2013, p. 83). A decisão de criá-lo foi tomada numa época de fortes transformações da sociedade brasileira. A República estava sendo gestada, o processo de separação entre Igreja e Estado estava sendo concretizado, a *Romanização da Igreja Católica no Brasil* vinha sendo acompanhado da expansão eclesiástica, junto com a formação de novas Dioceses. No início,

[...] o jornal *A Imprensa* foi instalado no prédio de número 131, da rua Direita (atual Duque de Caxias), onde permaneceu até 18 de agosto de 1901. Desse local, suas oficinas foram transportadas para o Mosteiro de São Bento, localizado na Rua Nova (atual General Osório), onde funcionaram até o mês de novembro de 1903, quando fecharam por falta de recursos para a sua manutenção.

Durante o período de fechamento, o Sr. Arcebispo fez publicar, a partir de maio de 1906, o *Boletim Eclesiástico* para a divulgação dos atos diocesanos, o que circulou mensalmente (Veloso, 2013, p. 83).

Uma entre muitas tarefas de Dom Adauto, estava a de fortalecer a crença na fé Católica entre os fiéis. Para isso, contou com discursos em prol da causa missão evangelizadora do

---

<sup>6</sup> Essa prática de revezamento político entre algumas famílias locais era uma prática muito usual. Era uma das muitas formas encontradas de perpetuação no poder.

catolicismo. Nesse sentido, o jornal *A Imprensa* foi de fundamental importância para o Bispo. Foi em suas páginas que seus discursos circularam e foram lidos em meio à população paraibana. Afinal, como bem lembra Sirinelli (2003, p. 249), “uma revista, é, ante de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”.

Enquanto espaço de fermentação intelectual, o jornal *A Imprensa* dedicou-se à defesa do catolicismo. “Seus discursos eram povoados de proibições e excomunhões às seitas e religiões outras, eram verdadeiros atos de louvor em favor do catolicismo” (Barreto, 2009, p. 78). Além disso, Dom Aduino lançou mão de inúmeros outros dispositivos para defender o catolicismo, como formação de padres idôneos e evangelização dos fiéis. Também se dedicou à escrita e à publicação de suas *Cartas Pastorais* e defendeu a importância da formação de novos sacerdotes, do incentivo à formação de retiros espirituais e da criação de associações de leigos.

O jornal *A Imprensa* reapareceu em 1912. Produzido mensalmente, publicava “todos os atos diocesanos” (Severino, 1919, p. 535). A redação e impressão funcionavam no *Palácio do Carmo*, sendo, em seguida, transferido para uma sede própria, na Confederação Católica, localizada na Praça do Carmo, número 34 (Praça Conselheiro Henrique, hoje Praça Dom Aduino). Envolvidos em querelas políticas, *A Imprensa* acabou sendo fechado, em 01 de junho de 1942. O Interventor do momento, Ruy Carneiro, resolveu ordenar o fechamento do jornal que foi reaberto depois de dois dias. Com o fim do Estado Novo, o jornal foi reaberto funcionando em pequenos intervalos até o ano de 1968. Atualmente, parte dos exemplares do jornal *A Imprensa* compõe o *Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba*, localizado no *Mosteiro de São Francisco*, no centro de João Pessoa. Foi um dos jornais mais significativos que circulou no estado à época. Em suas páginas, eram publicados assuntos diversos: noções de educação, posicionamentos políticos, defesa das ideias dos dogmas católicos, críticas a práticas religiosas populares, importância da educação física e do ensino de higiene, dentre outros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Como conclusão, destaco que Dom Aduino de Aurélio de Miranda Henriques foi um dos intelectuais mais conhecidos e respeitados na Paraíba, na passagem do século XIX para o XX. Foi o primeiro paraibano a assumir a missão de administrar a arquidiocese do estado. Crítico ferrenho da Constituição de 1891 e da laicidade do Estado, fez uso de seu cargo como bispo e do prestígio que desfrutava perante a sociedade e das autoridades políticas e religiosas locais para realizar um audacioso projeto de “reconstrução social”. Buscava, com isso, recuperar o

poder e a influência da Igreja Católica. Foi incisivo, sério e persistente em seus objetivos. Não economizou esforços. Aliou-se a políticos.

Buscou apoio de grandes empresários e agricultores. Fez com que suas ideias circulassem e fossem lidas apropriadas pela elite local. Criou colégios; seminários; dioceses; nomeou clérigos; fundou jornais e revistas; escreveu cartas; defendeu suas ideias e combateu seus críticos. Tudo em nome da “reconstrução da Paraíba”. Foi, acima de tudo, um reformador social. Por fim, gostaria de deixar claro que a presente pesquisa que venho realizando sobre Dom Adauto ainda se encontra em fase inicial. Os pesquisadores que pretendem investigar e escrever sobre esse intelectual podem abordar diferentes perspectivas ou seguir outros caminhos. Além do Dom Adauto religioso, existe também o educador e o político.

## REFERÊNCIAS

---

ARAÚJO, Marta Maria de. As cidadelas das pesquisas de história da educação no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e085, 20 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e085>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. 2009. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2009.

BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion – Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**, n. 12, maio – ago. 2012, p. 129 – 159. Disponível em <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em 03 jan. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 5 ed. São Paulo: Vozes, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Revisitando a historiografia educacional brasileira. *In.*: MENEZES, Maria Cristina. **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FALCON, Francisco. História das ideias. *In.*: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e História – A memória evanescente. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 09 – 27.

LIMA, Conego Francisco. **D. Adauto**: subsídios Biográficos. 1915-1935. 2º v., 2º ed. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007.

LIMA, Conego Francisco. **D. Adauto**: subsídios Biográficos. 1º v., 2 ed. 1855-1915. Editora UNIPÊ. – João Pessoa – PB, 2007.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

SEVERIANO, Cônego Francisco. **Anuário Eclesiástico 1894 – 1908**. AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Chancelaria. Serie – Documentação dos Bispos. Subsérie. Livros e Anuários.

SILVA, Ramsés Nunes e. Protagonismos, militâncias e querelas instrucionais na trincheira religiosa: combates pela escola católica na Parahyba do Norte (1894-1922). **SÆCULUM - REVISTADE HISTÓRIA** [36]; João Pessoa, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/28247/19631>. Acesso em: 14/01/2025.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In.*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.231-269.

SIRINELLI, Jean François. A geração. *In.*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coord.) **Usos e abusos da História oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana**: relações políticas e religiosas (1890–1930). 2015. 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2015.

VELÔSO, Ricardo Grisi. Histórico da Arquidiocese da Paraíba. *In.*: SANTOS, Ednaldo Araújo dos. (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1914-2014)**: História e Memória. – João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 1, janeiro-abril, 2008, Sociedade Brasileira de História da Educação, Maringá, Brasil.

# Capítulo III

## COMO O MOTE DO MEU ORIENTADOR ME INSPIROU A TRANSGREDIR NA ESCRITA ACADÊMICA

### HOW MY ADVISOR'S MOTTO INSPIRED ME TO TRANSGRESS IN ACADEMIC WRITING

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-3

Manuela Aguiar Damião de Araújo

#### RESUMO

O artigo que se apresenta aqui é um relato de experiência a partir do tema “prática do ensino de história” em um componente curricular intitulado Prática como componente curricular II, que ministrei no semestre de 2023.2 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Apresento o resultado do planejamento para a confecção de um livro didático sobre a história antiga oriental e faço a conexão com a bibliografia obrigatória da disciplina Tópicos Especiais em História e Ensino de História II, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além destes, diálogo com autores e autoras que me inspiraram e me inspiram a escrever sobre ensino, educação e história. Dessa forma, faço uma análise sobre minha trajetória para orientações, pesquisas e apresentações dos resultados daquele componente, diante dos desafios da avaliação e da formação docente na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Formação docente, ensino de história, prática como componente curricular, avaliação.

#### ABSTRACT

The article presented here is an experience report based on the theme “practice of teaching history” in a curricular component entitled Practice as a Curricular Component II, which I taught in the semester of 2023.2 at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). I present the result of the planning to produce a textbook on ancient Eastern history and make the connection with the mandatory bibliography of the discipline Special Topics in History and Teaching History II, offered by the Graduate Program in History (PPGH) at the Federal University of Paraíba (UFPB). In addition to these, I dialogue with authors who inspired me and continue to inspire me to write about teaching, education, and history. In this way, I analyze my trajectory for guidance, research, and presentations of the results of that component, in view of the challenges of evaluation and teacher training in contemporary times.

**Keywords:** Teacher training, history teaching, practice as a curricular component.

## 1. INTRODUÇÃO: O MOTE ENQUANTO TRANSGRESSÃO ACADÊMICA

---

*Ensinar é um ato teatral*  
(Bell Hooks, 2013)

Inicialmente, ressalto que meu professor foi minha inspiração para escrever este artigo. Por isso, apresento um relato conversando com alguns autores que me marcaram na disciplina ministrada por ele no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Minha narrativa está situada, especificamente, em novembro de 2024 ao encerrarmos o componente curricular intitulado Tópicos Especiais em História e Ensino de História II. A epígrafe que abre esta introdução é uma das inspirações para o principal objetivo deste artigo: a contribuição da autora na minha atuação enquanto docente que atua na formação de historiadores há 20 anos.

Bell hooks foi uma das primeiras autoras a me fazer perceber como o ato de ensinar pode ser conceituado e, ao mesmo tempo, foi minha inspiração para que eu conseguisse produzir uma escrita que me afetasse e que esse afeto chegasse até o leitor deste texto, para debatermos o que mais me tem instigado cotidianamente: o ensino de história.

Nas inúmeras viagens de Campina Grande (PB) para Recife (PE) pude refletir sobre o que a linguagem é capaz de fazer com nossos sentimentos, nossas angústias e nossos desejos. Como sempre vi meu professor inspirado para escrever a partir de um mote, fiz minha escolha por uma escrita que me desafiasse. Desta forma, eu trouxe bell hooks como um mote para este debate, já que vi e li tantas vezes produções de escritas do meu professor, iniciando não só de um desafio, mas do que sente, vê e escuta.

Quando ele escolhia um mote ou era desafiado por alguém, sempre me fez lembrar como a literatura, a música e a história podem caminhar juntas, a partir de personagens tão cheio de poesias e melodias. Meu mote neste texto, com a epígrafe de hooks, é um pedido de licença acadêmica para que eu possa trazer um pouco de poesia, ritmo e contações de histórias que me perpassam, quanto à importância da narrativa e experiências em sala de aula.

A autora nos convida a pensar o ensino como um ato teatral enquanto uma ação que proporciona mudanças, ou seja, quando interagimos com a plateia/estudantes lidamos com a espontaneidade, curiosidades e alterações que atuam como agentes de transformações e evidenciam aspectos particulares de cada turma. Essas particularidades estiveram presentes na sala 503 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir do momento que foram compartilhadas experiências de ensino nas

quartas-feiras à noite. Assim, quando a espontaneidade deu início ao ato teatral, nos remetemos à reciprocidade, à cumplicidade e à parceria com falas e silêncios que foram fundamentais para identificarmos como fazer do ensino um campo de pesquisa.

Por isso, a minha segunda justificativa para a produção deste texto está em conexão com o desafio lançado por hooks (2013), quando afirmou que os aspectos únicos de cada turma começam a aparecer quando começamos a falar ou nos expor de uma forma que conclame o engajamento. A partir disto, exponho minha experiência na Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN) ao ministrar o componente intitulado Prática como Componente Curricular II, em diálogo com as referências bibliográficas do componente do Programa de Pós-Graduação em História na UFPB.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E OS QUESTIONAMENTOS NA SALA DE AULA EM BUSCA DE OUTRAS FONTES HISTÓRICAS

---

Para que eu pudesse debater com o leitor do meu texto, escolhi uma narrativa em primeira pessoa em diálogo que o mote permite. Assim, caminho juntamente com Moraes e Castro (2018, p.03) quando me inspiraram sobre existir a

necessidade da elaboração da escrita de textos acadêmicos que vislumbre uma configuração estética mais atrativa, arejada e poética, com o intuito de que esse tipo de texto possa gerar nos leitores maior envolvimento, seduzindo-o aos caminhos da aprendizagem instigante e significativa.

Por isso, escrevo aqui outra narrativa que faz mudar a minha voz, como bem disse hooks (2013, p. 21). E para mudar minha voz, encontrei o mote enquanto “uma pergunta que desencadeia o pensamento reflexivo” (Martinni, 2012, p. 227). Assim, a epígrafe me levou a pensar: como os estudantes de história, em sala de aula, lançam desafios pedagógicos aos educadores com suas percepções e vivências diante das inúmeras transformações tecnológicas e informacionais da contemporaneidade?

Quando bell hooks definiu o ensinar como um ato teatral visualizei, inicialmente, o engajamento com a plateia que ela tanto ressaltou. Uma plateia que é fundamental para a ação do educador, quando traz a reciprocidade e cumplicidade para uma conexão viva e visceral do ensino. Segundo a autora, nossa ação enquanto educadores se modifica porque existem particularidades que devem ser levadas em consideração como, por exemplo, a nossa comunicação dentro da sala de aula.

Partindo desse pressuposto, “a voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo lá fora” (hooks, 2013, p. 22). Um mundo

que nos conecta com outros conceitos, outros valores, espaços e histórias. Por isso, neste primeiro ato, coloco no palco os meus estudantes e sua vontade de aprender história diante de tantas experiências que os perpassam, como já dizia Larrosa. (2002).

A sala de aula sempre foi, para mim, um ambiente de intimidade, de partilha de experiências que, diante da reciprocidade, o ensino foi planejado. Reciprocidade no acolhimento das perguntas e angústias que surgiam e me colocavam diante de desafios importantes para a concretização de planos de curso. Como já dizia Tardif e Lessard (2005, p. 277), a sala de aula marca nossas vidas, pois esse espaço “é mais que simplesmente penetrar num espaço neutro (...) é fazer e refazer pessoalmente essa experiência”. Uma experiência que me toma há mais de 20 anos na formação de professores e que é repleto de histórias que podem e devem ser contadas.

Por isso, neste tópico, para a primeira reflexão diante do mote construído é o fazer e refazer minha ação educadora em sala de aula para enfrentar os desafios metodológicos tanto em sala de aula como na produção historiográfica: a busca de outras fontes para a narrativa histórica. Essa busca se iniciou a partir do momento em que os estudantes tiveram acesso a pesquisas mais recentes sobre temas que os interessavam, levando-os a perguntas e hipóteses diante da história antiga oriental. Ou seja, iniciaram questionamentos e novos caminhos metodológicos diante de fontes históricas que não tiveram acesso no ensino médio e passaram a realizar o que hooks (2013, p. 27) destacou sobre os estudantes terem “vidas e experiências complexas, e não meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento”.

A partir disso, o que realizamos em sala de aula foi um conjunto de ações voltadas para apresentações e divulgações de fontes até então não estudadas no período definido de antiguidade oriental. Numa preocupação com o cotidiano escolar, a relação dos estudantes com as fontes escolhidas girou em torno de como poderiam planejar intervenções históricas e didáticas. Destaco, nesse momento, Thaís Nivia de Lima e Fonseca (2006) que foi uma leitura muito importante na disciplina ministrada do PPGH. Ela contribuiu para que eu relacionasse essa ação com a preocupação dos historiadores com o cotidiano escolar, isto é,

Mais recentemente, as preocupações dos historiadores do ensino têm se voltado para as práticas que o envolvem historicamente, atentando para sua inserção no cotidiano escolar, suas relações com o imaginário, suas múltiplas formas de apropriação na escola e suas relações com outras instâncias de circulação e difusão de saberes, como os meios de comunicação de massa e as artes, por exemplo (Fonseca, 2006, p. 08)

Ao ler essa citação em um de nossos encontros nas quartas-feiras, na UFPB, fui levada para a sala de aula no ano de 2023, mais especificamente para a UFRN, quando lecionei Prática como Componente Curricular II (PCCII). Este componente faz referência à produção didática

diante dos conteúdos ministrados sobre a antiguidade. À luz das inúmeras ferramentas contemporâneas para a formação docente. A escolha pela antiguidade oriental, em detrimento da ocidental, foi determinada pelas experiências que perpassaram meus estudantes. Ou seja, pela falta que sentiam o oriente em seu ensino médio e no ensino universitário.

Foi por isso que Thaís me levou até eles. Ela me lembrou como eu organizei o componente de acordo com o cotidiano escolar dos meus estudantes, mas, também da preocupação deles em divulgar e difundir saberes para seus pares, ou seja, os jovens que, como eles, se interessavam pela história antiga do oriente. Uma das primeiras preocupações foi entender de que forma a divulgação seria realizada para que outras fontes históricas fossem possíveis nesse espaço de fronteira entre a universidade e a escola básica. Partimos, então, para a confecção de um livro didático que os estudantes desejariam ter em mãos. Essa escolha foi feita após vários debates sobre como essa ferramenta, que sempre acompanha o docente e seu estudante, poderia representar sobre outros sujeitos históricos. Levando em consideração esses debates, meu maior desafio foi orientá-los na busca de fontes assim como a diagramação do referido livro.

Como sabemos, o livro didático é uma das ferramentas mais estudadas no campo educacional, e os inúmeros debates que realizamos sobre ele, teve como mote inicial o porquê da exclusão de alguns sujeitos históricos antes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com essa reflexão, uma dupla elaborou a diagramação do seu livro a partir de duas personagens femininas: Inana e Enheduana, personagens divina e humana, respectivamente. A justificativa da dupla girou em torno da importância das sacerdotisas e como elas foram apagadas do livro didático ao estudarem sobre o oriente.

Uma das fontes que a dupla elencou como leitura complementar na sua pesquisa foi o livro, lançado em 2022, intitulado *Inana: Antes da palavra ser poesia era mulher*, com tradução de Guilherme Gontijo Flores, Adriano Scandolara e com prefácio de Katia Pozzer. Foi neste prefácio que pude fazer uma ponte tanto com o mote inicial como com a ressalva de Thais Nivia (2006) ao mencionar as preocupações dos historiadores do ensino com as apropriações com outras instâncias de saberes como meios de comunicação, o imaginário etc.

O envolvimento com esta fonte repercutiu tanto na importância de estudo sobre o feminino como na composição da narrativa histórica. Assim, conhecer as personagens da obra foi fundamental para que pudéssemos situar a produção do livro didático em PCCII, assim como analisa o hino intitulado “exaltação de Inana” e composto por Enheduana. Como bem mencionou Katia Pozzer no prefácio da obra,

Enheduana foi, sem dúvida, a mais proeminente sacerdotisa do deus Nana (o deus da lua, divindade masculina) em Ur, durante o reinado do seu pai, o poderoso Sargão de Acade (2332-2279 AEC). Ela é conhecida por suas composições literárias e vários objetos contendo inscrições cuneiformes, incluindo um disco de alabastro, atualmente conservado no Museu da Universidade de Philadelphia (Pozzer, 2022, p. 02)

Foi a partir das composições que um dos tradutores da obra destacou que foi a “primeira pessoa (...) que escreveu o que chamamos de literatura e deixou sua marca para a posteridade” (Scandolara, 2022, p. 08). Um pioneirismo que fez com que a dupla justificasse como trabalharia com a produção da sacerdotisa no ensino básico e, mais especificamente, no livro didático. Partindo dessas premissas, a dupla se preocupou, primeiramente, em apresentar como as fontes históricas trouxeram outro debate tanto para seus estudos como para a sala de aula. E, posteriormente, produziram um texto propondo possibilidades de trabalhar com a educação básica com hipóteses diante da antiguidade oriental.

Ao divulgar um trecho da composição da sacerdotisa, a dupla disponibilizou um estudo tanto dos templos como da relação do feminino com os deuses patronos de cada cidade na antiga Suméria. O hino composto por Enheduanna, ocupou boa parte da narrativa e levou para a plateia/estudantes a relação da poesia com a história antiga oriental. Ou seja, a sacerdotisa/poetisa, nos trouxe o que Scandolara (2022, p. 26). ressaltou: “uma experiência acessível a todos os leitores e leitoras com interesse nessa poesia vital”. Acompanhado ao som de liras e flautas, o hino fazia parte de um ritual vivido dentro dos templos a fim de apresentar Inana como independente, poderosa e, assim, desatrelada a uma sociedade patriarcal. A dupla, então, elaborou a seguinte diagramação de livro didático:

Esta produção está vinculada ao estudo de Thais Nívia (2006) e de bell hooks (2013), no sentido de apresentarem outras problematizações para envolver a plateia com as possíveis práticas de ensino na contemporaneidade. Ou seja, a partir do momento que Enheduanna aparece no palco/livro, a dupla faz referência ao feminino e as estudantes em sala de aula se encantam, e ressignificando seu lugar na historiografia, em uma ação política diante do livro didático.

Ao publicizar, aqui, um trechinho da produção de um capítulo de livro sonhado e desejado por essa dupla, considero um dos maiores desejos dos estudantes desse componente: serem construtores de uma narrativa a partir de pesquisas que pudessem realizar. Mediar esse desejo e fazê-lo acontecer, para que o público em sala pudesse se encantar, foi um desafio tanto para os estudantes como para mim. Por isso que, quando li o texto de Helenice Rocha (2013), me peguei pensando sobre as bagagens que cada estudante trouxe para a sala de aula,

movimentando e dando vida ao ensino que tem como principal característica a interação e a troca de experiência na pesquisa.

Figura 1: A sacerdotisa Enheduanna



Fonte: Trecho do livro didático confeccionado em Prática como Componente Curricular II, UFRN, 2023.

Helenice Rocha (2013, p.166). menciona poeticamente essa bagagem ao escrever que os estudantes "têm bagagem (...) que é o fio disponível a se unir com o que temos a oferecer-lhes. Caso contrário, a história soará como o silêncio". Assim, a dupla nos disponibilizou um fio que nos puxou tanto para outros caminhos historiográficos quanto para outras sonoridades. Imaginar o hino, juntamente com liras e flautas, nos possibilitou imaginar outras histórias femininas na antiguidade oriental. Ao produzirem uma narrativa com outras fontes históricas, realizamos mudanças sobre o que é o ensino do antigo oriente e (re)começamos outras trilhas observando que ensinar é, também, desaprender.

Desaprendemos para que fosse possível a conexão com esta outra fonte, outra narrativa e, conseqüentemente, uma nova ferramenta de estudo. No desaprender, algo novo surgiu e a "ideia seria então, não apenas somar saberes, mas subtraí-los para que coisas novas pudessem ficar claras e houvesse então, o real aprendizado para todos os envolvidos" (Davi, 2017, p. 05).

Desaprendemos para que a plateia conhecesse a história de sacerdotisas que foram fundamentais na antiguidade e não foram destaques nos livros didáticos. Que administraram e centralizaram cada vez mais rituais para seus reis. Por isso, quando li Suter (2008, p. 05), ela disse: “os templos não eram apenas locais de culto, mas também empresas econômicas”. Assim, a fonte escolhida pela dupla para relacionar essa administração com a participação feminina, foi o hino, a fim de que a dinastia acadiana fosse analisada na apresentação como uma simbologia de uma proposta política.

Como eram consideradas mulheres de negócios, a pesquisa realizada para a produção da narrativa, girou em torno de estudos que ressaltassem essa participação. A dupla fez pesquisa em alguns trabalhos acadêmicos como, por exemplo, a de Daniela Camilo (2023), que teve como foco principal a Enheduanna e sua supervisão em todos os cultos a Nana. Esta supervisão funcionava como uma atuação política junto ao pai, Sargão, para fiscalização de seus súditos. Nana, deusa da fertilidade e da guerra, foi a inspiração para as produções Enheduanna e, assim, a dupla focou na escrita produzida por ela já, que foi “uma pessoa de destaque e relevância na sociedade de época independentemente do fato de ser mulher” (Camilo, 2023, p. 12).

Diante disso, o ser mulher ocupou vários debates em sala de aula no que se refere a como pesquisar, onde pesquisar e dar visibilidade a essas histórias. A partir do debate caloroso e eufórico realizado em sala tanto sobre o feminino como outros temas, me encaminho para segundo tópico com outro mote: Eu, docente, numa escolha de papel a ser encenado para orientações na pesquisa e avaliação.

## **2.1. O PAPEL QUE ESCOLHI ENCENAR PARA A HISTÓRIA ANTIGA ORIENTAL**

Debates e questionamentos em sala de aula sobre Enheduanna nos trouxeram novamente a outras perguntas e novas fontes históricas. Por isso, neste tópico, resalto a finalização das produções dos estudantes para a Prática como Componente Curricular II, pois foi um dos desafios diante do papel que escolhi encenar para a história antiga oriental. Levo em consideração, aqui, o convite de Cipriano Carlos Luckesi (2012) e o estudo de Maurice Tardif (2002). Ambos ressaltaram a importância da experiência cotidiana em sala de aula, a fim de que possamos trazer à tona tanto as representações sociais nesse campo, como o saber-ensinar atrelado à história do educador.

Mas, primeiramente, vamos ler juntos o que cada um ressalta. Luckesi (2002, p. 88) disse: “investigue sua experiência cotidiana de avaliação da aprendizagem, identifique e

compreenda outros elementos que se expressam como representações sociais nesse campo de entendimento e de prática pedagógica”. Tardif (2002, p. 78) destacou:

quando os professores atribuem o seu saber-ensinar à sua própria personalidade ou à sua arte, parecem estar se esquecendo justamente de que essa personalidade não é forçosamente ‘natural’ ou ‘inata’, mas é, ao contrário, modelada ao longo do tempo por sua própria história de vida e sua socialização

Para essa minha experiência em PCCII, os dois autores foram fundamentais para me desafiar a responder o mote principal deste texto, já que fui cotidianamente desafiada pelos meus estudantes a observar o que a contemporaneidade tem nos impelido a questionar, a redimensionar o campo historiográfico e, conseqüentemente, minha prática de avaliação. Quando Luckesi fez o convite de investigar minha experiência cotidiana de avaliação, lembrei os passos que foram elaborados para que a diagramação e finalização do livro didático fossem possíveis de ser apresentadas para a plateia/estudantes em sala de aula.

Os planejamentos para cada etapa foram divididos em três momentos, ou seja, para as três unidades avaliativas que fazem parte do regimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na primeira etapa, os estudantes realizaram um pequeno texto mediante seus questionamentos à história antiga oriental. Nesse pequeno texto, cada dupla descreveria uma problematização sobre o oriente, assim como o tema que gostariam de pesquisar. Na segunda etapa, após algumas orientações e indicações bibliográficas, apresentariam as fontes históricas que responderiam às suas problematizações, assim como a construção da narrativa que faria parte da proposta do livro didático. Por fim, na terceira e última etapa, apresentariam o livro didático como consolidação final do componente.

O objetivo dessas três etapas foi podermos construir uma narrativa para um público específico, juntamente com as fontes históricas. Específico no sentido de escolher quem leria o seu livro didático. Nesse sentido, quando Luckesi (2012) propôs investigar minha experiência cotidiana, identifiquei elementos importantes nessa trajetória inicial: a importância das orientações assim como a socialização com os estudantes. Com esses dois elementos, percebi que tanto as leituras quanto as produções escritas foram significativas, pois os questionamentos e suas respectivas resoluções nos levaram a elaborar encaminharam uma narrativa voltada tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio.

Tanto a narrativa - que ocuparia as páginas do livro didático - como a escolha de fontes foram elementos para dialogarmos como os estudantes daquele componente compreendiam o ensino básico. A partir do momento em que eles questionaram conteúdo da antiguidade oriental, passaram a participar de uma construção historiográfica que atendia a demandas

sociais fundamentais para a formação docente. Por isso, quando a narrativa sobre a sacerdotisa foi incluída na proposta de livro didático, toda a turma de PCCII foi confrontada com um projeto político de ressaltava a presença feminina nas pesquisas acadêmicas.

Ao identificar elementos que se manifestam como representações sociais na prática pedagógica, passei a enxergar o percurso construído por cada estudante que ousou a questionar o aprendera. Juntos, elaboramos novos debates sociais e percorremos uma trajetória em que atuei como mediadora rumo a um resultado prático de suas pesquisas. As etapas anteriormente apresentadas foram fundamentais para os estudantes compreendessem a importância de cada passo no componente, cujo objetivo principal é articulá-la com a prática dos conteúdos estudados na universidade em sua formação docente. Conseqüentemente, seguir ou omitir essa sequência planejada representou, para mim, o desafio de demonstrar como cada fase promove a socialização – tanto comigo quanto o colega designado – no desenvolvimento do produto final.

É a partir daqui que o papel encenado, como disse hooks (2013) e, ratificado por Tardif (2002), se fez presente: o papel de mediadora da pesquisa e de condutora da trilha, para que ela não desaparecesse, teve a dimensão de uma atuação em um palco, com os atores que precisam de um roteiro – o qual pode e deve interagir com a plateia. Mas é sempre necessário prever como a adaptação deste roteiro é importante, considerando a especificidade de cada atuação e de ação da plateia. Nesse sentido, minha longa atuação em sala de aula me fez perceber que roteirizar meus estudantes para sua atuação num palco (avaliação) requer compreender a socialização, isto é, a oportunidade de cada um poder expor porque não consegue ou não conseguiu ir junto comigo na trilha. Esse saber-ensinar, segundo Tardif, não está apenas na minha personalidade, mas em minha trajetória de formação docente.

É interessante falar sobre isso porque, segundo o autor, o saber-ensinar é uma sincronia entre a personalidade do ator e o papel do agente – no caso, a atriz. É nesse momento que lido com a experiência da socialização caracterizada na minha história de vida, tanto em sala de aula como fora dela. Para ele é importante, na área do ensino, trazermos esses elementos para a academia e para a formação dos estudantes, porque o saber-ensinar “é fruto das transações contínua entre as interações dos indivíduos (...); essas transações são recorrentes, ou seja, elas modificam a trajetória dos indivíduos bem como as ocupações que eles assumem” (Tardif, 2002, p. 81).

Por isso, quando o mote foi dado diante dos desafios pedagógicos que surgem em sala de aula, percorrer a trilha junto comigo tornou-se imprescindível. Desta forma, encontrei estudantes no ponto de chegada, outros no meio do caminho e alguns poucos no ponto de

partida. Lidar com essa diversidade de caminhadas foi utilizar do conceito de experiência de Larrosa (2002, p. 24) quando disse:

o sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar (...). Sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos.

Minha experiência, levando em consideração o que ele conceitua, é quando consigo me expor. Segundo ele, a educação não é apenas técnica e a aplicação eficaz dela, mas o reconhecimento “do par experiência/sentido” (Larrosa, 2002, p. 24). Para que reconheçamos esse par, a exposição não ocorre quando nos posicionamos, não acontece quando nos impomos, nem quando propomos. Acontece na vulnerabilidade. Por isso, quando sou capaz de olhar para o ponto de chegada com os estudantes que não conseguiram partir junto com os outros colegas de turma, me exponho e me fragilizo no sentido de retornar e replanejar o que já tinha sido planejado, para colocá-los ao meu lado e reencontrar os colegas. E se não quiserem reencontrar, está tudo bem também. Os caminhos podem ser percorridos em outras trilhas que podem ser reconstruídas.

Enquanto sujeito da experiência, recebi e me coloquei em risco. Coloquei em risco uma proposta projetada para todos. Por isso, como afirmam hooks e Tardif, assumimos papéis importantes nesse palco teatral. Quando pensei na unicidade, fui colocada em questão por aqueles que não conseguiram trilhar. Quando pensei em etapas, fui questionada sobre o significado do tempo. E, enquanto sujeito da experiência, é preciso saber voltar e deixar chegar. Ao receber, é necessário dar lugar.

Por isso, retomando o que já mencionei de Luckesi, elenco aqui essa vulnerabilidade que eu e muitos docentes encontramos em nosso caminho de planejamentos. E a reorientação da avaliação é um dos pontos importantes nessa trilha, a fim de que possamos observar os resultados possíveis. Digo “possíveis”, no sentido de perceber que os livros didáticos produzidos também puderam variar em narrativa, em seleção de fontes, em debate historiográfico, assim como na diagramação, exatamente por causa dos outros caminhos que foram trilhados.

A avaliação dos outros caminhos que impossibilitaram a confecção do livro didático foi pensada a partir de outro tempo e espaço, como já dizia Esteban (2000, p. 06): “avaliar vai além da dicotomia acerto/erro, saber/não saber, tecida a partir de um padrão fixo e predefinido de conhecimentos, desenvolvimento e aprendizagem”. Por isso, escolhi um papel para poder encenar tanto diante da proposta final quanto da fragilidade. Hooks e meu professor ajudaram muito a conceituar essa prática diante de duas experiências com o produto final na UFRN, em

2023. Me lembraram o que é fragilidade. Me lembraram o que é fragilidade. Me lembraram quais são os caminhos que a avaliação pode tomar e, principalmente, o que projetamos pode ser modificado constantemente.

Quando Larrosa afirmou que o sujeito da experiência passa por transformações, essas transformações podem se manifestar no momento da avaliação dos estudantes. E, quando esse momento chega, paramos para refletir enquanto educadores que querem estar ali, em sala de aula. Educadores que querem continuar lecionando e (re)construindo trilhas.

O ponto de partida é único, e os pontos de chegada podem ser inúmeros. Foi diante dessa diversidade que pude projetar avaliações futuras. Por isso, elenco aqui, ao final deste relato que, dos 36 estudantes que compunham o componente, todos conseguiram trilhar para o produto final, com temas que variaram sobre a antiguidade oriental, mas sempre focados em levar novas perguntas e outras fontes históricas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Permitir-se aos desafios da prática do ensino foi uma das questões levantadas aqui neste relato. Um relato sobre planejamentos e suas flexibilidades diante das minhas histórias e das histórias dos meus estudantes. Um relato que se propôs a ser tanto frágil quanto forte diante do que são as percepções e vivências num mundo de inúmeras transformações tecnológicas e informacionais do nosso tempo. Transformações que têm ocupado um longo debate, tanto na academia como fora dela. Um debate que levei para nossa sala de aula quando desafiei a construção de um livro didático. Um livro que nos acompanha há tanto tempo. Um livro que faz parte da casa de tantos estudantes. Um livro que, muitas vezes, é criticado, amado, revisado. Levar o livro até o Canva e transformá-lo um meio digital que pudesse ser rapidamente compartilhado em formato PDF também foi desafio que trilhamos juntos.

Por fim, acho extremamente importante encerrar esses meus desafios, essas produções e essas histórias, destacando que Jorge Larrosa Bondiá (2002) sempre me ensina sobre educação e sempre me inspira a falar sobre o sujeito da experiência porque, tudo o que ele escreve me afeta e eu levo para meus planejamentos e para minha sala de aula. Quando pensei neste texto, inspirei-me, primeiramente na disciplina de Tópicos Especiais em História e Ensino de História II. Mas, logo depois, para poder roteirizar cada ponto do que eu poderia abordar, li novamente o texto *notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Um texto que nos faz repensar como as relações em sala de aula são sempre um aprendizado, mesmo que você

esteja há vários anos lecionando. Um texto que nos coloca em dúvida sobre hierarquia, sobre autoridade, sobre imposições e, principalmente, sobre nós mesmos.

A partir do momento em que nos avaliamos, repensamos a avaliação. A partir do momento em que exploramos outra possibilidade de educação “mais existencial e mais estética” (Larrosa, 2002, p. 02), passamos a olhar para nossa prática com mais carinho, mais respeito e empatia para nossos estudantes. Chega um momento na sala de aula que é preciso nos entendermos como passagem. Entendermos como um elo entre um começo e um fim (não necessariamente nessa ordem). Essa trilha é construída de acordo com a nossa existência e estética. E cabe a nós procurarmos o que nos mantém motivados a ser o elo. Larrosa disse que a paixão é o que nos move, e que essa experiência que relatei aqui foi a história de uma paixão repleta de travessias e, irremediavelmente, de perigos. E que perigos!

## AGRADECIMENTOS

---

Aos estudantes do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que me possibilitaram repensar o ensino de história, numa mistura de paixão e perigo que só a docência é capaz de explicar.

## REFERÊNCIAS

---

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19 Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas do livro. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CAMILO, Daniela. O sacerdócio feminino no Império Acádico – caso de estudo Enheduanna a princesa sacerdotisa. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, v. 40, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/cpa.v40i00.18228> Acesso em: 15 Dez. 2024.

DAVI, Ricardo Santos. Formação de professores para o ensino superior: docência na contemporaneidade. **Revista Periferia**. v. 9, n.2 jul-dez. 2017. Disponível em: Acesso em: 15 dez. 2024.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliar: ato tecido pelas imprecisões do cotidiano. **23ª reunião da ANPED**. Caxambu, Minas Geras, p. 1-16, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/> Acesso em: 15 dez. 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **EccoS Revista Científica**, v. 4, n. 2. UNINOVE, São Paulo, 2012. 79-88. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71540206>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MARTINI, Maria da Graça Pedrazzi. Afinal, o que é mote, professora? **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v.8, p. 221-246. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.26673/tes.v8i0.9578>. Acesso em: 14 jul 2021.

MORAES, Ana Cristina de; CASTRO Francisco Mirtiel Frankson Moura. Por uma estetização da escrita acadêmica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23, e230091, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230091> . Acesso em: 01 dez 2024.

POZZER, Katia. A poetisa e a deusa ou essas maravilhosas mulheres orientais. FLORES, Guilherme Gontijo; SCANDOLARA, Adriano. **Inana - antes da poesia ser palavra era mulher**. São Paulo: sobinfluncia edições, 2022.

ROCHA, Helenice. Sem bagagem não se ensino e nem se aprende história. SILVA, Cristiani Bereta; ZOMBINI, Ernesta. **Ensino de História, memória e culturas**. Curitiba: CRV, 2013.

SUTER, Claudia. Who are the women in Mesopotamian art from ca. 2334-1763? **Rivista di storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico**, vol. 5, 2008. Disponível em: <https://www.torrossa.com/it/resources/an/2400719> Acesso em: 16 dez. 2024.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

# Capítulo IV

## O GOVERNO LULA (2003-2010) EM QUESTÃO<sup>1</sup>: INTERPRETAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA LULISTA NO GOVERNO FEDERAL

### THE LULA ADMINISTRATION (2003-2010) IN QUESTION: INTERPRETATIONS OF THE LULA EXPERIENCE IN THE FEDERAL GOVERNMENT

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-4

Gutierre Farias Alves

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é apontar e analisar as interpretações da experiência Lulista no governo Federal, com intuito de entender as mudanças e permanências dos aspectos econômicos e sociais do Brasil Contemporâneo. Para tanto, realizou-se uma incursão na área da economia e das Ciências Sociais, a partir das interpretações de autores como Laura Carvalho, André Singer, Marcos Nobre, Chico de Oliveira e Armando Boito Jr. De forma deliberada, para limites deste artigo, escolhemos interpretações que enfatizam a questão econômica, política e social. Entende-se que a compreensão da história recente do país é de suma importância, tanto do ponto de vista acadêmico como político, tendo em vista a relevância de apontar os avanços, limites e contradições da experiência lulista no Governo Federal, além da construção de projetos de presente-futuro alicerçados na justiça social.

**Palavras-chave:** Governo Lula; Partido dos Trabalhadores; política econômica; Brasil contemporâneo.

#### ABSTRACT

The objective of this article is to highlight and analyze interpretations of Lula's experience in the federal government, with the aim of understanding the changes and continuities in the economic and social aspects of contemporary Brazil. To this end, we conducted a study in the field of economics and social sciences, based on the interpretations of authors such as Laura Carvalho, André Singer, Marcos Nobre, Chico de Oliveira, and Armando Boito Jr. Deliberately, for the purposes of this article, we chose interpretations that emphasize economic, political, and social issues. It is understood that understanding the country's recent history is of paramount importance, both from an academic and political point of view, given the relevance of pointing out the advances, limitations, and contradictions of Lula's experience in the Federal Government, in addition to the construction of present-future projects based on social justice.

**Keywords:** Lula administration; Workers' Party; economic policy; contemporary Brazil.

<sup>1</sup> A ideia do artigo surgiu do diálogo com orientadora do doutorado, Monique Cittadino. Como pretendo analisar, na tese de doutoramento, o golpe sofrido por Dilma no contexto paraibano, entendemos que primordialmente é necessário entender as experiências, mudanças, continuidades e descontinuidades do Governo Lula e Dilma no contexto do Brasil contemporâneo. Tendo em vista os limites deste artigo, pretendemos focar apenas na revisão bibliográfica as respeito do Governo Lula.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Para quem experienciou um fato, o passado se faz presente. Essa é uma das lições que apreendemos com o historiador Eric Hobsbawm, em artigo escrito no ano de 1993. Ao explicar os desafios de escrever a história do século XX, o autor afirma que voltava da escola com a irmã quando viu uma manchete de jornal declarando que Hitler alcançara o cargo de chanceler da Alemanha em 1933: “[...] ainda posso ver a cena, como num sonho” (Hobsbawm, 2013, p. 318).

Em nosso caso, o passado também se torna presente, porém, diferente das lembranças do horror da guerra e da ascensão do nazismo mencionado por Hobsbawm (2013), a lembrança da vitória de Lula, como Presidente da República, está permeada por um clima de festa e esperança por um Brasil melhor. Aos dez anos, à época, recordo da comemoração nas ruas da cidade de Campina Grande e do clima de Copa do Mundo, reverberado e sentido pelas pessoas.

Problematizar essas memórias e compreender a história recente de um país é tarefa difícil para o historiador e para qualquer cientista social. De todo modo, seja através dos escritos de Marx e da tradição Marxista e/ou da influência dos Annales nas primeiras décadas do século XX, é fato que todo trabalho historiográfico está em diálogo permanente com o hoje. Todo historiador precisa relacionar o passado vivido aos problemas do presente, correlacionando-os com certo horizonte de expectativa e projetos de futuro.

A compreensão desse passado se dá a partir do diálogo com outras áreas do conhecimento. No que tange ao presente estudo, a revisão bibliográfica a respeito do Governo Lula convergiu para as áreas das ciências sociais e da economia. Algumas pesquisas foram realizadas no “calor dos acontecimentos”, outras foram maturadas com um pouco mais de tempo. Em todo caso, objetivamos apontar as interpretações da experiência Lulista no governo Federal, com intuito de entender as mudanças e permanências dos aspectos econômicos e sociais, a fim de vislumbrarmos características históricas do Brasil contemporâneo.

## 2. CONTEXTUALIZANDO O DEBATE ECONÔMICO NA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

---

O Brasil, de 1930 a 1980, viveu sob a égide do projeto Nacional Desenvolvimentista. Com diversas nuances e peculiaridades ao longo dos governos Vargas, JK, Goulart e da própria ditadura empresarial militar, tal projeto, de forma geral, estava alicerçado na ideia do Estado como definidor das relações econômicas. A partir dos anos 80, entretanto, devido uma grave

crise econômica – a chamada década perdida – houve o ressurgimento do ideário liberal, com uma nova-velha roupagem, denominada de Neoliberalismo.

De acordo com Bastos (2012), diversos grupos que se aproveitaram do modelo desenvolvimentista realizado durante a Ditadura, passaram a encampar a defesa da privatização do patrimônio público, realizando uma crítica não aos governos militares, mas a origem de um Estado protetor que remetia ao projeto Vargasista e a tradição trabalhista. Sendo assim, o receituário neoliberal se caracteriza a partir da flexibilização da legislação trabalhista, da venda das empresas estatais, do apoio as privatizações e da elevação da taxa de Juros. Projeto econômico e político posto em prática pelos governos Collor, Itamar e FHC, tendo na contenção do gasto público e na abertura ao mercado externo uma marca preponderante.

Porém, de acordo com Bastos (2012), diante das consequências econômicas do projeto neoliberal imposto por FHC, dois projetos se inserem como possibilidade na primeira década dos anos 2000:

- a) **Desenvolvimentismo exportador do setor privado:** Politicamente é considerada a ala desenvolvimentista do PSDB, simbolizada na figura de José Serra e tendo no economista Carlos Bresser-Pereira o intelectual representante. Se caracterizou pela valorização do setor privado, ao apoio as privatizações e a contenção do gasto social, criticando o “excesso e a velocidade da abertura comercial” (Bastos, 2012, pg. 784). Ademais, apoia a indústria nacional e a sua capacidade de exportar, criticando as políticas que impedem exportar mais, como a “apreciação cambial trazida pela combinação entre abertura financeira e elevado diferencial da taxa de juros” (Bastos, 2012, pg.787). Assim, se assemelha ao Neoliberalismo, embora “não desvalorize o papel do Estado como condutor da estratégia de desenvolvimento” (Bastos, 2012, pg. 789)
- b) **Desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado – Social Desenvolvimentismo:** apesar de não possuir um corpo acadêmico coeso, as figuras de Guido Mantega e Dilma Rousseff simbolizam a praticidade do projeto que valoriza o mercado interno e o papel do Estado como distribuidor de renda e alocador de recursos. A proposta foi posta em prática, de fato, no segundo mandato do governo Lula, tendo como marca essencial a distribuição de renda, as políticas sociais e a redução da pobreza. O termo “social-desenvolvimentismo”, proposto por Guido Mantega, interpreta “o crescimento ocorrido sob o empuxe das pressões para elevação do salário mínimo, do crédito ao consumidor e das políticas sociais a partir de 2005” (Bastos, 2012, pg. 795).

A contextualização dos debates econômicos à época torna-se importante para entendermos as interpretações realizadas por intelectuais em relação a experiência Lulista no governo Federal, evidenciando suas características, limites e contradições; sobretudo, do ponto de vista econômico e social.

### 3. O GOVERNO LULA SOB O OLHAR DA ECONOMISTA LAURA CARVALHO

---

A economista e professora da USP, Laura Carvalho, em sua obra *Valsa Brasileira*, elenca os fatores que levaram à grave crise econômica do governo Dilma. Além disso, aponta as diferenças na política macroeconômica realizada por Lula e Dilma, como representantes do Governo Federal. Para Carvalho (2018), a melhoria do cenário internacional, com o chamado Boom das Commodities, não foi o único fator responsável pelo crescimento econômico dos dois governos Lula, por exemplo. Apesar do ajuste fiscal promovido por Antonio Palocci (Ministro da Fazenda) e da elevada taxa de juros promovida por Henrique Meirelles (Presidente do Banco Central), nos anos iniciais do governo, a política macroeconômica do período (caracterizada pela autora como milagrinho) foi marcada por três aspectos fundamentais: distribuição de renda, acesso ao crédito e investimento público.

A distribuição de renda foi caracterizada pela expansão do Bolsa Família e pela valorização do salário-mínimo, que ocorreu a partir do terceiro ano de governo. Esse salário passou a ser incrementado anualmente acima da inflação, mais a média de crescimento do PIB dos dois anos anteriores. Essas ações proporcionaram uma diminuição da desigualdade e, sobretudo, um aumento do consumo por parte dos trabalhadores menos qualificados, ou seja, aqueles que estão na base da pirâmide social. Tal cenário acarretou mudanças nos padrões de consumo e um crescimento da área de serviços (Carvalho, 2018, p. 19-24).

Sobre o acesso ao crédito, segundo informações do Banco Central, essas operações cresceram substancialmente de 2002 a 2012. Tal política foi marcada pela expansão do crédito habitacional, juros mais baixos e prazos maiores. Estabeleceu-se ainda a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que regulamentou o crédito consignado, fixou uma parcela da renda a ser destinada aos juros e às amortizações, além de dispor sobre outras providências. A medida beneficiou aposentados, funcionários públicos e parte da classe trabalhadora formal (Carvalho, 2018, p. 25-27).

Por fim, o pilar fundamental da política macroeconômica do Governo Lula se deu com o crescimento do investimento público. Segundo dados do FMI e do IBGE, houve um crescimento de 27% ao ano, entre os anos de 2006 e 2010, relacionado a esse aspecto. Ações como a

Operação Tapa Buraco (2006), realizada nas rodovias federais, e, principalmente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovido a partir de 2007, impulsionaram as áreas de energia, logística, infraestrutura social e urbana. Isso contribuiu para a efetivação de investimentos privados, tendo em vista um agente multiplicador presente na esfera econômica.<sup>2</sup> Ademais, permitiu a diminuição da dívida pública líquida e do acúmulo de reservas internacionais, deixando o país menos vulnerável às crises internacionais (Carvalho, 2018, p. 27-36).

Nesse sentido, a construção de um Estado indutor da economia permitiu que o país saísse mais rápido da crise internacional de 2008. A política de transferência de renda, fortalecimento do salário-mínimo e investimento público, impulsionada por meio do PAC, foi somada a outras ações relacionadas ao contexto em questão, tais como: abertura de linha de crédito no BNDES, juros subsidiados na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil; queda de juros na SELIC, redução de imposto sobre produtos industrializados (para automóveis, bens de consumo durável, material de construção e alimentos). Além disso, o governo ampliou a duração e o valor do seguro-desemprego e manteve a transferência de recursos para estados e municípios, mesmo com uma menor arrecadação. Entretanto, duas medidas estruturais se destacaram nesse quadro: a diminuição de alíquotas do imposto de renda para a classe média baixa e o Programa Minha Casa Minha Vida, que permitiu a construção de moradias populares com redução de impostos (Carvalho, 2018, p. 36-40).

Apesar dos avanços citados, Carvalho (2018) aponta os limites da política econômica do Governo Lula e como isso, de algum modo, reverberou no contexto subsequente, ou seja, no Governo Dilma Rousseff. O primeiro limite refere-se ao desequilíbrio externo e à própria estrutura produtiva do Brasil. O desenvolvimento do Milagrinho brasileiro se deu por meio do avanço dos serviços e não da indústria. Houve um aumento da demanda, mas não da oferta. Com isso, houve um aumento das importações devido à valorização do real. Consequentemente, as exportações diminuíram. Assim, o país passou a adquirir muitos produtos que não eram produzidos em território brasileiro, já que não houve o investimento adequado em áreas estratégicas da indústria, as quais poderiam sustentar e solidificar o desenvolvimento do mercado interno brasileiro (Carvalho, 2018, p. 43-45).

---

<sup>2</sup> A respeito disso, Pires (2014 apud Carvalho, 2018, p.30) afirma: "Para cada real gasto em investimento público, ganha-se 1,4 em variação do PIB. Trata-se de um multiplicador muito maior do que o encontrado para uma redução de um real na carga tributária, que só levaria a um aumento de 0,28 na renda nacional". Essa citação torna-se importante, pois, segundo a análise da economista em questão, o foco do Governo Dilma, no que se refere à desoneração fiscal da iniciativa privada, em detrimento de um maior investimento público na economia, foi um dos fatores que levaram à grave crise econômica e à consequente destituição do seu governo em 2016.

O segundo limite apontado por Carvalho (2018) foi a inflação dos serviços<sup>3</sup>, ocasionado pelo aumento dos salários. Com a valorização do salário-mínimo, os preços subiram, sobretudo nos setores de restaurante e serviços pessoais (serviços de beleza, lavanderia etc.), atingindo principalmente a classe média. Apesar disso, a meta inflacionária foi cumprida no período de 2006 a 2010.

Por fim, o terceiro limite foi a concentração de renda no topo. Não houve mudança progressiva no sistema tributário. Assim, os impostos continuaram recaindo sobre o consumo e a produção, prejudicando os mais pobres, aumentando as desigualdades e concentrando ainda mais a renda. Com isso, os mais ricos – que representam apenas 1% da população – aumentaram sua riqueza. Ademais, a permanência dos juros elevados e a expansão do crédito favoreceram a concentração, pois os juros são transferidos para o setor financeiro, beneficiando os mais ricos, que são os detentores dos títulos da dívida (Carvalho, 2018, p. 49-53).

#### 4. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA LULISTA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DOS CIENTISTAS SOCIAIS ANDRÉ SINGER, MARCOS NOBRE, CHICO DE OLIVEIRA E ARMANDO BOITO JR<sup>4</sup>

---

Iniciamos a exposição com a interpretação da economista Laura Carvalho. Agora, passemos para análises realizadas por sociólogos e cientistas políticos, começando pela obra *Os Sentidos do Lulismo*, do cientista político André Singer. Este, entre 2003 e 2007, foi porta-voz e secretário de imprensa da Presidência da República do governo em questão. Para o autor, o Lulismo surge apenas em 2006, após a crise do mensalão, ocorrida em 2005, e as políticas de combate à pobreza/miséria, que ajudaram a ativar o mercado interno sem confrontar o Grande Capital.

Houve, nessa perspectiva, um processo de realinhamento do eleitorado brasileiro em relação às eleições presidenciais. Segundo a tese de Singer (2012), de 1989 a 2002, o eleitorado que constituía as camadas sociais de baixa renda e das regiões rurais do Brasil tendiam a votar em candidatos de direita, enquanto a classe média, que se concentrava nos centros urbanos, votava no Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, a partir das políticas de transferência de renda (Bolsa Família, aumento do salário-mínimo, crédito consignado) e dos programas

---

<sup>3</sup> Apesar disso, a autora pondera: “[...] o que era inflação para uns, foi ganho de renda para outros” (Carvalho, 2018, p. 47).

<sup>4</sup> Os autores escolhidos trazem à tona aspectos políticos do Governo Lula, o que complementa o debate direcionado ao viés econômico, apresentado no tópico anterior. Diante da gama de autores que estudam o período, escolhemos dois que assumem uma visão mais positiva do governo, André Singer e Marcos Nobre; e dois autores que defendem uma visão mais crítica, como Chico de Oliveira e Armando Boito Jr.

federais (Luz para todos, construção de cisternas no semiárido, demarcação das terras quilombolas), além da crise moral que o Partido enfrentou devido às denúncias de corrupção provenientes do mensalão, houve um realinhamento: o subproletariado<sup>5</sup> aderiu ao projeto lulista, enquanto a classe média abraçou o PSDB.<sup>6</sup>

Nesse sentido, o Lulismo se configura como um reformismo fraco, desestimulando os conflitos e rearticulando ideologicamente as disputas partidárias. Com isso, descentraliza o debate entre Esquerda x Direita e enfatiza a disputa entre ricos e pobres (Singer, 2012, p. 34-35). Ressalta-se que o suporte teórico para análise é a obra 18 Brumário, de Karl Marx. Para Singer (2012), a semelhança se dá na massa desorganizada que se identifica com aquele que aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la, ou seja, uma política de massa de caráter projetivo que paira sobre as classes sociais.<sup>7</sup> Nesse caso, o Lulismo é um movimento modernizador sem mobilização, em que os elementos conservadores foram cooptados por um projeto de centro-esquerda.

No terceiro capítulo do livro de Singer (2012), “*O sonho rooseveltiano do segundo mandato*”, o autor caracteriza didaticamente o Governo Lula, enfatizando três fases: a primeira, que ocorreu entre 2003 e 2005, foi marcada por dois aspectos que aparentemente são contraditórios, mas que na verdade são a marca da política econômica. De um lado, o chamado “pacote de maldades”, que atendeu aos interesses da classe dominante e arrefeceu os medos das elites brasileiras: elevação da taxa de juros, contenção da despesa pública, manutenção do câmbio flutuante e Reforma Previdenciária. Do outro lado da balança, o lançamento do Bolsa Família (marca do primeiro mandato), expansão do financiamento popular e valorização do salário-mínimo a partir de 2005.

A segunda fase corresponde ao período de 2006 a 2008, que corresponde à ascensão do Ministro da Fazenda Guido Mantega até a crise financeira internacional que ocorreu em 2008. Com uma pegada mais desenvolvimentista, tem-se a valorização efetiva do salário-mínimo (13% em 2006, por exemplo), a redução da taxa de juros (de 19,75%, em 2005, para 11,25%, em 2007), um forte investimento público verificado a partir do lançamento do PAC<sup>8</sup> e uma forte geração de empregos. Diante desse cenário, “O Governo Lula terminou com um desemprego na

---

<sup>5</sup> O autor entende o subproletariado a partir de Paul Singer, caracterizando-o como aqueles que não têm emprego formal ou que ganham até um salário-mínimo, ou seja, a massa miserável que não se integra ao Capitalismo e está inserida, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do país.

<sup>6</sup> Ver o capítulo “Raízes ideológicas do Lulismo” (Singer, 2012, p. 51-83).

<sup>7</sup> Essa vai ser uma das principais discordâncias de Boito Jr. (2018) sobre a tese de Singer (2012), tratada em detalhes mais adiante.

<sup>8</sup> O que fez o antigo Ministro da Ditadura, Delfin Netto, afirmar: “O PAC recuperou o papel do Estado indutor do nosso empresariado” (Folha de São Paulo, 2010, p.A2 *apud* Carvalho, 2018)

casa de 5,3% (dezembro de 2010), próximo do pleno emprego. Foram gerados 2,5 milhões de vagas formais em 2010, número quase 70% maior que o de 2006, último ano do primeiro mandato” (Singer, 2012, p. 147). Como resultado, o governo obteve uma expansão do PIB (6,1, em 2007; 5,1, em 2008; e 7,5, em 2010), além de aumentar a atividade da iniciativa privada, gerando empregos e inserindo no mercado formal os subproletários.

A terceira e última fase corresponde aos dois últimos anos do governo, 2009 e 2010. Nesse período, devido à crise financeira internacional, os governos locais tiveram mais autonomia na política econômica. Conseqüentemente, permitiu-se ao governo petista manter a política anterior. Nesse caso, o Programa Minha Casa Minha vida consistiu em um símbolo da geração de empregos e da melhoria da vida dos mais pobres por meio do subsídio público e do acesso ao crédito direcionado às casas populares. Entretanto, essas melhorias ocorreram de forma verticalizada, sem mobilização da sociedade e mantendo uma taxa de juros elevada, uma das maiores do mundo. De acordo com Singer (2012), o governo buscou um equilíbrio:

Torna-se necessário, então, delimitar, a cada nova conjuntura, o ponto de equilíbrio que, sem provocar rupturas, permita ao Estado induzir, por meio do gasto, um crescimento médio suficiente para continuar a incorporação dos mais pobres, ao mesmo tempo controlando a inflação e satisfazendo o capital financeiro (Singer, 2012, p. 160).

Outro autor que interpretou o período foi o filósofo e cientista social da Unicamp, Marcos Nobre. Em *Imobilismo em movimento*, seu questionamento central é: como o sistema político brasileiro consegue manter sob controle um país marcado por tamanhas desigualdades? A hipótese do autor é que a formação de uma cultura política pemedebista (que vai além do PMDB) foi forjada no processo de redemocratização, baseando-se na união contra o autoritarismo e o fim da ditadura. No entanto, sua principal marca é a blindagem de mudanças estruturais na sociedade brasileira, como a Constituinte de 1988 e a necessidade de governabilidade verificada após o impeachment de Fernando Collor.<sup>9</sup>

Entretanto, apesar da cultura política pemedebista, o Governo Lula conseguiu combater a desigualdade brasileira e encarou, segundo Nobre (2013), a questão distributiva de frente, seja no setor de renda, nas relações de poder ou na questão ambiental. Esse processo não se deu de forma linear, mas foi marcado por contradições e disputas, inclusive dentro do próprio Partido dos Trabalhadores.<sup>10</sup> Por isso, o autor caracteriza o Governo Lula em duas fases. A primeira compreende o ano de 2003 até o período do Mensalão e foi marcada por continuidades

---

<sup>9</sup> Para mais informações, ver o tópico “Abertura: desigualdades e pemedebismo na nova modernização brasileira” (Nobre, 2013, posição 5 a 19)

<sup>10</sup> Para um aprofundamento do tema, ver o capítulo 3, “O social desenvolvimentismo e o fim da polarização: de Lula a Dilma” (Nobre, 2013, posição 83 a 118)

e descontinuidades em relação ao Governo FHC<sup>11</sup>. Do ponto de vista político-partidário, até 2005 – ano em que eclodiu o Mensalão – o governo não contou com apoio formal do PMDB, apenas de algumas figuras isoladas. Nesse momento, a aliança com o PSB, o PDT e o PCdoB representou uma marca preponderante.

Havia ainda uma disputa interna dentro do PT: o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acreditava que era necessário dirigir o PMDB dentro do próprio sistema; já o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, acreditava na necessidade de subordinar o PMDB ao PT. O próprio referendo sobre o desarmamento, de acordo com Nobre, foi uma forma de testar a popularidade do partido, objetivando, à época, um controle do sistema político e não apenas um controle do pemedebismo. No entanto, antes mesmo da votação do referendo, eclodiu o Mensalão. A partir de então, Lula – temendo um processo de Impeachment – selou uma aliança com o PMDB, substituiu José Dirceu por Dilma Rousseff, na Casa Civil, e desistiu de ter o controle do sistema político. Dessa forma, inaugurou-se uma segunda fase em seu governo, marcada por uma sólida aliança com o PMDB, por uma ampliação da coalizão partidária e pelo apoio do empresariado brasileiro.

Portanto, para realizar um novo desenvolvimentismo<sup>12</sup>, baseado em um projeto reformista, foi necessária uma espécie de ocupação do Pemedebismo por meio da esquerda. Isso gerou consequências econômicas (altas taxas de crescimento, inflação controlada, distribuição de renda) e políticas. Além disso, minou a oposição, seja por cooptação ou liberação de recursos de forma seletiva, tendo em vista uma negociação de contrapartida dos próprios opositores.

Diferentemente de Singer (2012) e Nobre (2013), Chico de Oliveira – um dos fundadores do PT – tem uma visão mais negativa do Governo Lula. Em dois artigos, *Hegemonia às avessas* (2007) e *Avesso do Avesso* (2009)<sup>13</sup>, verifica-se uma crítica contundente à experiência do PT no Governo Federal. Para o autor, “O Lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” (Oliveira, 2018, p. 131). Seu argumento é baseado na expectativa de reforma originada após a eleição de Lula, que estaria baseada em avanços na socialização da política, na intensa redistribuição de renda e numa reforma política que findasse o

---

<sup>11</sup> Para Nobre (2013), como marcas de continuidade, é possível citar a Reforma da Previdência, o câmbio flutuante, a sobrevalorização da moeda e as altas taxas de juros. Como descontinuidade, o contorno aos vetos exercidos pelo pemedebismo e a valorização do salário-mínimo, principalmente a partir de 2005.

<sup>12</sup> “Um desenvolvimentismo de novo tipo, que inclui induzir a criação de grandes conglomerados transnacionais (mas baseados no país) para integrar as cadeias produtivas que atendem à gangorra sino-americana, fornecer serviços e produtos a países na órbita de influência brasileira (tanto na América Latina como na África) e concentrar o mercado interno de grandes obras de infraestrutura e concessões públicas” (Nobre, 2013, posição 99)

<sup>13</sup> Os dois artigos em questão estão presentes na obra de 2018 *Brasil: uma biografia não autorizada*.

Patrimonialismo brasileiro. Esse cenário ganhou força sobretudo porque o país enfrentou um sistema de privatização oriundo do Governo FHC, o que resultou na transferência de renda, de riqueza e do patrimônio para a iniciativa privada. Entretanto, em vez da reversão desse quadro, houve um retorno à “vocação agrícola”, em que “[...] as exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978” (Oliveira, 2018, p. 128).

Oliveira (2018) não nega os avanços do Bolsa Família, no que se refere ao combate   pobreza extrema. Entretanto, comparado ao serviço da d vida interna, que custou em torno de 200 bilhões de reais ao ano para 10 a 15 mil contribuintes, torna-se evidente o aumento da desigualdade. Soma-se a isso a coopta o dos movimentos sociais e das centrais sindicais, a diminui o do operariado formal e o aumento da informalidade, além da substitui o da política pela administra o de recursos. Isso contribuiu para o aumento da “[...] autonomia do Capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participa o democrática” (Oliveira, 2018, p. 130).

Devido a esse panorama, Oliveira (2018) caracteriza – considerando a influência de Gramsci – o Governo Lula como “hegemonia às avessas”, pois, assim como aconteceu na África do Sul, no contexto do *Apartheid*, as classes dominadas chegam ao poder e aprofundam o sistema de explora o capitalista ao invés de revert -los. A constru o dessa hegemonia se d  apenas por meio de uma espécie de consentimento, que se transforma em seu avesso, dado que “[...] não são mais os dominados que consentem em sua própria explora o. São os dominantes – os capitalistas e o capital – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados,   condi o de que a ‘dire o moral’ não questione a forma da explora o capitalista” (Oliveira, 2018, p. 122).

Outra análise do período estudado – que também se fundamenta teórica e metodologicamente em um viés marxista – está presente nos artigos do cientista político da Unicamp, Armando Boito Jr., reunidos na obra *Os conflitos de Classe nos governos do PT*. Suas análises foram baseadas no conceito de bloco, no Poder de Nicos Poulantzas<sup>14</sup> e compreendem o Governo Lula como um articulador que promoveu a ascensão de uma fra o da classe

---

<sup>14</sup> O autor, inspirado na concep o de bloco, no poder de Nico Poulantzas, pensa as classes dominantes a partir das suas fra es, em que os conflitos existentes não necessariamente opõem a burguesia e os trabalhadores, existem disputas entre as fra es dominantes, sendo que “[...] a fra o hegemônica,   a fra o cujos interesses são priorizados pela política econômica do Estado mesmo quando essa prioriza o fira interesses das demais fra es no bloco no poder” (Boito Jr., 2018, p. 156)

burguesa brasileira: a burguesia interna.<sup>15</sup> Tal projeto é de caráter neodesenvolvimentista<sup>16</sup> e se configura por meio de uma política externa voltada para o Hemisfério Sul com o objetivo de promover as empresas brasileiras. Para tanto, internamente, criou-se uma frente junto ao movimento sindical e popular, a fim de promover diversas ações que mantivessem uma classe de apoio, tendo em vista programas como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, além do aumento real do salário-mínimo, entre outros fatores.

Boito Jr. (2018), assim como Oliviera (2018), contextualiza a ascensão do Lulismo por meio dos governos antecessores de Collor e FHC, responsáveis pela abertura econômica ao capital estrangeiro. Isso foi realizado por meio de medidas que favoreceram essa fração de classe, como a diminuição das taxas aduaneiras, as privatizações e o próprio Plano Real. Ações que não priorizavam a burguesia interna, o que gerou várias críticas e movimentos contestatórios do empresariado brasileiro e da própria Fiesp (Boito Jr., 2018, p. 63-69).<sup>17</sup>

Desse modo, o início do Governo Lula foi cauteloso com intuito de não desagradar ao capital internacional. Todavia, após a crise do Mensalão (2005), iniciou-se uma ofensiva neodesenvolvimentista a partir da nomeação do Ministro Guido Mantega. Essa ação se deu por meio da diplomacia, com objetivo de conquistar novos mercados (América do Sul e África, por exemplo); do congelamento das privatizações e do fortalecimento das estatais. Com isso, atribuiu-se um novo papel ao BNDES, que se tornou responsável pelo fomento do capital nacional e favoreceu setores da mineração, siderurgia, agronegócio, transporte e indústria da transformação (Boito Jr., 2018, p. 70-74).<sup>18</sup>

A Fiesp, principal representante da burguesia interna no Brasil, tornou-se a principal instituição apoiadora do Governo Federal. As matérias de sua revista traziam elogios ao Ministro Mantega e ao então presidente Lula. Além disso, durante a crise do Mensalão, deu

---

<sup>15</sup> Para o autor, “A burguesia interna ocuparia, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora -, teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país” (Boito Jr., 2018, p. 56).

<sup>16</sup> O prefixo “neo”, na perspectiva de Boito Jr, indica que o Neodesenvolvimento é o Desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal se diferenciando do desenvolvimentismo do período de 1930 a 1980 por seis fatores: importância menor ao desenvolvimento do mercado interno, da indústria local e da capacidade distributiva da renda. Além disso, é dirigida pela fração burguesa que perdeu seu caráter nacionalista e anti-imperialista, aceitando os constrangimentos da divisão internacional do trabalho e proporcionando um crescimento econômico bem menor do que do período supracitado.

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a Fiesp foi favorável ao *impeachment* de Collor. Além disso, organizou protestos junto a algumas centrais sindicais durante o Governo FHC.

<sup>18</sup> Tais ações geraram insatisfação ao Capital Estrangeiro, que passou a articular a volta do PSDB ao Governo Federal. De acordo com Boito Jr. (2018), citando matéria de 2010 do jornal *Valor econômico*, “[...] em junho de 2010, o Instituto Internacional de Finanças, associação que reúne mais de 500 grandes bancos das principais economias capitalistas, deixou entrever, em congresso realizado na cidade de Viena, a sua preferência pela candidatura de José Serra na eleição presidencial daquele ano e sua desconfiança em relação à então candidata Dilma Rousseff” (*Valor econômico*, 2010 *apud* Boito Jr., 2018, p. 74).

sustentação para que os pedidos de *impeachment* não fossem aprovados no Congresso. Todavia, tal projeto neodesenvolvimentista era permeado de contradições e conflitos. Existiam disputas dentro do governo entre o capital estatal e o capital privado, que podiam entrar em conflito, além de uma forte oposição entre a grande indústria e o sistema bancário nacional. Isso ocorreu porque a indústria criticava a alta taxa de juros, tendo em vista o aumento nos gastos devido aos juros provenientes da dívida em detrimento do investimento público em serviços e infraestrutura. Outra crítica realizada pela indústria era a liberdade bancária relacionada à fixação do *spread* bancário, que aumentava os custos direcionados ao tomador de empréstimo.

Por fim, outra contradição e oposição fundamental diz respeito à indústria, considerando o movimento operário e popular, contradição que atingiu seu auge após a eleição do segundo mandato de Dilma Rousseff:

A grande burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o Governo Lula exige dela para que seja possível manter a própria frente. Os grandes empresários querem juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço [...], mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário-mínimo, o gasto da previdência etc. Querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários (Boito Jr., 2018, p. 94).

Apesar dessas contradições – que foram responsáveis, inclusive, pela destituição da presidenta Dilma – o Lulismo estabeleceu uma relação neopopulista com a sua classe de apoio, a massa marginal. Isso ocorreu porque, apesar das políticas de transferência de renda, o Governo Lula não politizou nem organizou os seus apoiadores, que viam as melhorias como benesses de um Estado líder e protetor, não como conquistas das classes subalternas.

Sendo assim, Boito Jr. (2018) discorda de Singer (2012) e da noção de Bonapartismo<sup>19</sup> para caracterizar o Lulismo, tendo em vista três motivos. O primeiro sinaliza que Lula não se elegeu num contexto de crise política, como ocorreu com os governos bonapartistas do século XIX. O segundo indica que o subproletariado não era o foco do Governo Lula, mas sim a burguesia interna<sup>20</sup>. O terceiro aponta que existem poucos indícios de que o subproletariado é conservador como eram os camponeses que apoiaram Luís Bonaparte, já que a luta por distribuição de renda liderada pelo subproletariado atual é de caráter progressista e popular.

---

<sup>19</sup> O Estado bonapartista é o Estado ordenador, pois os camponeses do século XIX esperavam de Bonaparte a liquidação do movimento operário que crescia em Paris, que ameaçava a propriedade privada e a ordem (Singer, 2012, p. 127).

<sup>20</sup> “Se somarmos, por exemplo, o orçamento do BNDES [...] e os custos da rolagem da dívida pública, ambos dirigidos a reduzido número de grandes empresários e banqueiros brasileiros, obteremos um número cem vezes maior que o montante dos recursos do principal programa de transferência de renda que é destinado, porém, a milhões de trabalhadores” (Singer, 2012, p. 147).

Portanto, na perspectiva de Boito Jr. (2018), o Lulismo foi um governo burguês – que priorizou a burguesia interna – de caráter neopopulista, dado que usou a massa marginal (ambulantes, trabalhadores informais e sazonais) como classe de apoio e não priorizou as lutas históricas do sindicalismo, como a redução da jornada de trabalho, o caráter previdenciário e uma melhor revisão na tabela do imposto de renda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No início dos anos 2000, a Nau Norte Americana estava voltada para o Oriente Médio. Os ventos asiáticos, oriundos da China, olhavam com carinho para o Brasil. Ademais, as embarcações da América do Sul viravam à esquerda, colocando uma âncora muito leve em cima do Neoliberalismo Tropical. Essa virada marítima – ou melhor, política – no contexto internacional e regional favoreceu a ascensão de Lula e a construção do Lulismo. Concomitantemente, segundo Anderson (2020), do ponto de vista individual, Lula possui “[...] um conjunto de talentos: uma mescla de sensibilidade social afetuosa e frio cálculo político” (Anderson, 2020, p. 55). Entretanto, todo carisma, bom humor e sensibilidade política se inserem num quadro maior, alicerçado em um movimento sindicalista responsável pela criação de uma organização partidária em nível nacional, o Partido dos Trabalhadores.

Nessa perspectiva, do ponto de vista da política econômica, o Governo Lula é considerado uma continuidade do Governo FHC. Todavia, do ponto de vista social, rompeu certas estruturas que mantinham a miséria e a pobreza no Brasil. Embora a desigualdade social tenha permanecido, os miseráveis e os super-ricos<sup>21</sup> aplaudiram de pé os oito anos de mandato, apesar do burburinho da mídia oficial. Diferente, entretanto, era a visão do governo pela ótica internacional, pois, “[...] desde o início, *The Economist* e *Financial Times* ronronaram satisfeitos com as políticas pró-mercado e a concepção construtiva da Presidência de Lula, contrastada com a demagogia e irresponsabilidade de Chávez na Venezuela” (Anderson, 2020, p. 70).

Sendo assim, o Governo Lula possibilitou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir do fortalecimento do mercado interno, seja por meio de investimentos nas indústrias nacionais, seja por meio de políticas sociais. No entanto, é fato que não rompeu com a estrutura de dominação vigente, sobretudo no que se refere às questões agrária e financeira. Dito de outro modo, o “bolo da economia” foi melhor repartido: os mais pobres – historicamente excluídos –

---

<sup>21</sup> “Entre 2002 e 2010, a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523%” (Anderson, 2020, p. 72). Tal afirmação é baseada em reportagens do jornal *O Globo* e do *Financial Times*.

tiveram direito a uma fatia, ainda que a cobertura de chocolate continuasse como privilégio do 1% mais rico.

Certamente, as interpretações a respeito desse processo ainda não estão acabadas e existem divergências quanto a isso. Algumas análises entendem o Governo Lula como aprofundador do Neoliberalismo Brasileiro. Outras entendem a experiência lulista como um atraso para o país, já que as promessas de aprofundamento da democracia de outrora foram jogadas na lata do lixo, conforme defendido por Oliveira (2018). Há ainda vertentes que colocam como questão central o debate político-partidário, percebendo a cultura política do PMDB como peça importante para atravancar os caminhos de mudança apontados pelo PT, segundo os apontamentos de Nobre (2013).

Neste estudo, porém, assume-se a visão de conjunto acerca dos dois mandatos lulistas, conforme proposto por Carvalho (2018), tendo em vista os avanços e limites da política econômica, além da análise dessa experiência a partir da noção de fração de classe, proposta Boito Jr. (2018). Compreende-se que essas são as mais precisas análises, pois mesclam o debate entre política e economia, dadas as continuidades, descontinuidades e contradições que permeiam a própria história nacional a partir de um contexto internacional que favoreceu um caminho viável de escolhas políticas. Desse modo, o levantamento bibliográfico sobre o tema é importante, pois tem o objetivo de problematizar certa memória oficial e/ou jornalística, que insiste em simplificar o processo histórico em questão com *slogans* como “o bom das *commodities*”, “um populista demagógico e carismático”<sup>22</sup> ou simplesmente “Lulinha, paz e amor”.

Portanto, a interpretação do Governo Lula perpassa a perspectiva de longa duração da história política brasileira. Todavia, é preciso frisar sua singularidade no contexto mais recente, dentro de um processo de desenvolvimento do Neoliberalismo na América do Sul/Latina. Se faltou desenvolver um projeto, no que se refere a um governo de esquerda, nesse processo de acumulação do capital, também é verdade que existe um país antes e depois da experiência lulista no Governo Federal. A tarefa do historiador e dos cientistas sociais é justamente analisar essas contradições<sup>23</sup>, evidenciar o que mudou e o que permaneceu na história de um país que,

---

<sup>22</sup> Segundo Anderson (2020), essa é uma interpretação proveniente do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e dos seus seguidores.

<sup>23</sup> Para Boito Jr. (2018), uma contradição fundamental do ex-presidente foi ser um ex-operário que não ajudou nas lutas sindicais, favorecendo, posteriormente, a queda da presidenta Dilma Rousseff. “No Brasil existem 12 centrais sindicais. No momento da crise política que ameaçava o governo Dilma Rousseff, apenas três delas apoiaram as manifestações em defesa do mandato da presidente – a Central única dos trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Intersindical” (Boito Jr., 2018, p. 138).

ao menos de 2003 a 2010, tornou-se menos miserável e mais justo socialmente, apesar de permanecer como uma das nações que mais concentram riqueza no mundo. Essa tarefa certamente não é fácil, entretanto, diante dos avanços da extrema-direita no mundo e dos retrocessos sociais e políticos dos últimos anos, torna-se cada vez mais necessária e urgente.

## REFERÊNCIAS

---

ANDERSON, P. **Brasil à parte: 1964-2019**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

BASTOS, P. P. Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

HOBSBAWM, E. O presente como História. *In: Sobre História*. Tradução de Cid Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 315-331.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, F. de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SINGER, A. V. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

# Capítulo V

## VEREDAS DA CULTURA HISTÓRICA: PROTAGONISMO NEGRO, ARTE E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO (1930- 1950)

PATHS OF HISTORICAL CULTURE: BLACK PROTAGONISM, CULTURE AND REPRESENTATION IN POST-ABOLITION BRAZIL (1930-1950)

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-5

Thiago Brandão da Silva

### RESUMO

Com base no projeto de doutoramento em História, este texto visa divulgar a pesquisa dedicada à trajetória de vida do intelectual e artista afro-brasileiro (nascido em 1909, na Paraíba, e falecido em 1956, em Nova Deli, Índia) Tomás Santa Rosa, cuja atuação foi central na produção artística, cultural e política do Brasil no século XX. O artista multifacetado, exerceu funções como pintor, programador visual, cenógrafo, decorador e professor, além de ter ocupado, em variadas funções, cargos estratégicos no contexto da política cultural do governo varguista, suas realizações incluem a produção de capas, cenários, quadros, jornais e revistas. Nosso objetivo é divulgar sua atuação nos circuitos culturais e nas redes de sociabilidade, sobretudo na então capital do país, Rio de Janeiro, ampliando, assim, os estudos sobre histórias de afro-brasileiros. A partir dos estudos culturais e do método de análise de imagem estruturalista, nos quais signos, símbolos e ícones são interpretados com indícios de uma dimensão estética da cultura histórica, pretendemos analisar uma seleção de suas criações visuais. Ao evidenciar temas, formas e motivações artísticas de Santa Rosa estamos propiciando a utilização da imagem como fonte histórica, valorizando narrativas visuais de uma afro-brasileiro na cultura artística do seu tempo, no período compreendido entre 1930 e 1950. Com isso, reafirmamos a importância da participação protagonista de um intelectual e artista negro na construção da atmosfera artística e cultural do país.

**Palavras-chave:** Protagonismo negro; Sociabilidade; Arte; Representação; Imagem.

### ABSTRACT

Based on the doctoral project in History, this text aims to disseminate the research dedicated to the life trajectory of the Afro-Brazilian intellectual and artist (born in 1909, in Paraíba, and died in 1956, in New Delhi, India) Tomás Santa Rosa, whose work was central to the artistic, cultural and political production of Brazil in the 20th century. The multifaceted artist worked as a painter, visual programmer, set designer, decorator, and teacher, in addition to holding various strategic positions within the cultural policy of the Vargas government. His achievements include the production of covers, sets, paintings, newspapers, and magazines. Our goal is to promote his work in cultural circles and social networks, especially in the then-capital of the country, Rio de Janeiro, thus expanding the study of Afro-Brazilian histories. Drawing on cultural studies and the structuralist image analysis method, in which signs, symbols, and icons are interpreted as hints of an aesthetic dimension of historical culture, we intend to analyze a selection of his visual creations. By highlighting Santa Rosa's artistic themes, forms, and motivations, we are enabling the use of images as a historical source, valuing visual narratives of an Afro-Brazilian in the artistic culture of his time, in the period between 1930 and 1950. With this, we

reaffirm the importance of the leading role of a black intellectual and artist in the construction of the country's artistic and cultural atmosphere.

**Keywords:** Black protagonism; Sociability; Representation; Art; Image.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Este texto corresponde à versão didática da proposta de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB), no ano de 2024. A pesquisa está inserida na área de concentração História e Cultura Histórica e vinculada à linha de pesquisa História e Regionalidades. Nosso objetivo é apresentar um convite ao (à) leitor (a ) para percorrer e refletir sobre territorialidades da cultura histórica, em que pese suas dimensões e veredas. A investigação central da pesquisa concentra-se em uma trajetória de vida, do intelectual afro-paraibano Tomás Santa Rosa (1909-1956). Destacamos sua participação protagonista na construção da atmosfera sociocultural e artística do país, sobretudo em sua fase de vida migratória, quando adentra à atmosfera cultural da então capital do país, Rio de Janeiro. Ao lançar luz sobre a atuação de Santa Rosa, propomos, a rigor, contribuir com os estudos sobre atuações de artistas, políticos, mediadores culturais negros no pós-abolição, elegendo trajetórias de vidas como veredas estratégicas para inclusão de histórias afro-brasileiras aos saberes históricos, colaborando assim para a produção de uma cultura histórica da afro brasilidades.

Santa Rosa engajou-se ativamente na difusão da arte moderna, defendendo a importância da articulação da relação entre arte e educação. Atuando em clubes, grupos, salões, editoras de jornais, revistas e suplementos literários, buscou traçar redes de sociabilidades, o que contribuiu para uma produção robusta de dezenas de artigos. O seu (arte)vismo promovido nos principais meios de comunicação em massa do primeiro quinquênio do século XX é propício para apreender circulações de ideias e o diálogo com sua geração Sirinelli (2003).

Ademais, Santa Rosa realizou um papel efetivo na formulação e execução de políticas culturais durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente, no contexto do Estado Novo, por onde evidenciamos a sua significativa influência no enredo que compôs os ditos e feitos do mundo artístico brasileiro.

A pesquisa implica difundir a cultura visual a partir da análise da reprodução iconográfica do artista afro-paraibano. Afirmarmos que a compreensão artística, por aqui dialoga e se correlaciona com questões elementares à dimensão estética da cultura histórica. A apreensão de significados intrínsecos na paisagem estética de um período funciona como lente

que torna possível perceber o que há de estético no histórico. Um caminho realizado pela apresentação da linguagem como veículo interpretativo de signos, ícones, nexos culturais que, direta ou indiretamente, foram utilizados na composição de narrativas, alegorias, e discursos de uma cultura histórica.

Almejamos identificar a maneira com a qual a racialidade se constituiu por meio da linguagem a partir de símbolos utilizados para significar ou representar conceitos, ideias e sentimentos, presentes em processos criativos, numa determinada cultura artística. Para tanto, seguiremos a esteira de uma série de imagens presentes em variados suportes artísticos como: livros, revistas, jornais, suplementos literários, fotografias, cinema, nos idos de 1930 e 1950. Nossa escolha metodológica para compreensão da cultura visual do tempo de Santa Rosa é a abordagem construtivista. Essa que conforme, Hall (2016, p. 48 - 49):

reconhece esse caráter público e social da linguagem. Ela atesta que nem as coisas nelas mesmas, nem os usuários individuais podem fixar os significados na linguagem. As coisas não significam, nós construímos sentido, usando sistemas representacionais-conceitos e signos [ ...] não devemos confundir o mundo material, onde as coisas e pessoas existem, com as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam. Construtivistas não negam a existência do mundo material. No entanto, não é ele que transmite sentido, mas sim o sistema de linguagem ou qualquer outro que usamos para representar nossos conceitos. São os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros.

As ideias que formam o pensamento de Santa Rosa foram transmitidas por meio da linguagem escrita de seus *ditos e* visual dos seus *feitos*. Sua expertise de intelectual negro protagonista nas artes visuais foi singular no condicionamento social do mundo das artes visuais. A partir desse percurso metodológica almejamos não apenas recuperar a centralidade de um artista negro na história da arte brasileira, mas também contribuir para elucidar na construção cultural visual e artística tessituras de nacionalidades, modernismos e afro brasilidades.

As referências bibliográficas utilizadas no texto original do projeto foram mantidas para oferecer ao leitor (a) uma base mais sólida de entendimento geral do que se trata a presente pesquisa. Por meio das referidas obras é possível situar o campo investigativo, aporte teórico de abordagens relacionado aos temas da racialização, da cultura visual no pós-abolição. Trata-se de mais um convite à continuidade do diálogo crítico e de questões afirmadas ao longo da pesquisa. De tal modo que, para alcançar o objetivo proposto iremos buscar seguir diretrizes presentes nos estudos culturais com ênfase maior em autores como:, Stuart Hall (2003; 2016); bell hooks (2019) , Anne Lafont (2023), Alberto Manguel (1989), Didi-Huberman, 2013, Jörn

Rusen (2007), Ângela Gomes (2016) entre outros (as), levando em consideração que essas contribuições teóricas se inserem nas discussões sobre a história social da cultura.

## 2. TIMONEIRO EPISTÊMICO: POR QUE ESCREVER UMA PESQUISA EM HISTÓRIA?

---

Se até aqui você nos acompanha talvez seja por que algo o motiva a conhecer um pouco mais sobre a trajetória de vida de um notável personagem negro inserido na história artística e cultural do país no século XX, ou mesmo por ser esta uma pesquisa cujas escolhas teóricas e metodológicas pretendidas pelo pesquisador chame sua atenção.

Seguir os caminhos traçados por Santa Rosa e seus feitos nos permite trilhar sob égide de uma existência dedicada à criação de suportes visuais da arte brasileira, em que as imagens se fazem presentes não apenas enquanto objetos decorativos, tão pouco mero suporte ilustrativo. Devem ser lidas como rasuras de temporalidades, como fragmentos visuais que condensam sentidos, tensões e rastros de continuidades e mudanças. Ao pesquisador (a) atento (a) às imagens enquanto indícios de um tempo, compartilho algo que para mim faz sentido e é timoneiro de quem busca não apenas cumprir à risca um processo de doutoramento, mas quem ver no fazer acadêmico possibilidade de manifestar algo que envolva prazer epistêmico.

Digo isso, numa analogia as palavras de Stuart Hall (2005), quem em entrevista, ao *Jornal Brasil*, em 03 de janeiro de 2005, menciona o entusiasmo investigativo pela imagem, que o levou ao interesse pelas artes visuais: “E mais recentemente pela primazia do visual no discurso do racismo, porque embora sua estrutura profunda não o seja, sua aparência imediata é uma questão visual, é aquilo que você pode ver”. Nosso objetivo com a pesquisa que segue em andamento é contribuir com a ampliação do campo de estudos que se dedicam às trajetórias negras, articulando aos circuitos da cultura visual, em especial, ao mundo das artes visuais.

Afirmamos ser plenamente possível apreender a partir da trajetória de vida do afro-paraibano Tomás Santa Rosa, elementos essenciais para compreensão do “fazer intelectual” de uma época de uma geração. Ao acompanhar os caminhos de sua atuação artística, política e intelectual, percebi o quanto ele foi fundamental na produção político-social das ideias, tradições, estilos e discursos que marcaram uma geração inteira. Ao esquadrihar a sua trajetória ansiamos mapear os *ditos* de uma vida dedicada à construção artística do país, captando expressões de sua subjetividade como partículas de uma experiência histórica de uma escrita de si.

Desse modo, caro (a) leitor (a), propomos apresentar linhas estruturantes desta proposta de pesquisa, com o objetivo de oferecer uma visão abrangente de suas abordagens e fundamentos teóricos. Para isso, optamos por organizar o presente texto em partes que interligadas facilitam o entendimento de quem dirige por entre sendas e passagens entre o micro e o macro da História. Assim, iniciaremos a primeira parte apresentando uma breve narrativa articulada entre fragmentos da trajetória de vida do sujeito histórico negro do mundo das artes Santa Rosa. Já num segundo momento, trataremos do território das imagens, em especial, o domínio da imagem como representações visuais, no qual o símbolo é entendido enquanto fonte histórica, dispositivo representação da dimensão estética da cultura histórica.

### 3. PROTAGONISMO NEGRO DE UM ARTISTA MULTIFACETADO: ENTRE REDES DE SOCIABILIDADES E MICROCLIMAS CULTURAIS

---

Passemos a descrever parte da trajetória de vida do afro-paraibano Santa Rosa que, ao ser transferido para agências do Banco do Brasil em Recife (PE) e Maceió (AL), buscou conciliar a vida que tinha, como funcionário público, com a vida que queria, ser artista. Assim, ao passo que frequentou espaços da sociabilidade em capitais do país, interagindo com microclimas da cultura regional, com espaços de produção e difusão do conhecimento, a exemplo de revistas, jornais, editoras, salões de arte, bienais, clubes, associações. Estes que funcionaram como *locus* de “movimentos de ideias, no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas” Correia (2015, p. 28). Santa Rosa integrou o serviço de contabilidade no Banco do Brasil nas cidades da Parahyba (Atual João Pessoa), Recife, Maceió, revelando sua mobilidade social pelo país.

Na capital alagoana, juntou-se a uma plêiade de intelectuais locais que se reuniam no gabinete do escritor e então secretário de cultura Graciliano Ramos, dedicavam-se a pensar, confabular ideias e ações daquela atmosfera artística. Os encontros do boêmio grupo ocorriam aos finais de tarde, no bar “Ponto Central”, onde ficavam em conversas e discussões literárias que se prolongavam por horas a fio. Entre os personagens desse momento da vida de Santa Rosa, vale destacar também a presença da escritora Rachel de Queiroz, José Auto, Théo Brandão, Valdemar Cavalcanti. Estes movimentam não só a verve artística da capital alagoana por meio de artigos para a revista modernista *Novidade*, mas também realizando encontros e exposições de diversos campos das artes.

As novas atribuições do mercado no âmbito das gráficas, revisões, ilustrações, traduções, consultorias atraiu intelectuais de diversas regiões do país para o trabalho em funções

múltiplas, como artistas, escritores e jornalistas para o Rio de Janeiro. Estes passaram a circular entre cafés, bares e cabarés da capital, espaços de sociabilidade e da Boemia. De acordo com o historiador Jean-François Sirinelli (2003), os estudos sobre intelectuais e suas atuações na atmosfera cultural tornam-se mais consistentes quando se consideram, de forma indissociável, duas categorias analíticas fundamentais: geração e sociabilidades

Já segundo Mônica Veloso (2010), a análise dos **espaços de sociabilidade** que demarcam a atividade intelectual das gerações das décadas de **1930 a 1950** tem ampliado a compreensão daquilo que Sérgio Miceli (2001) nomeia por “fazer intelectual”, ao articular não apenas a vivência boêmia em bares, cafés e espaços similares, mas também as dinâmicas estabelecidas em **editoras, revistas e suplementos literários da grande imprensa**. É Veloso que primeiramente ressalta o sentido de multiplicidade do modernismo, questiona a homogeneidade do movimento artístico e o evento da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, enquanto fato inaugural.

Santa Rosa dedicou sua produção intelectual e técnica ao mundo da indústria editorial, e ao realizar projetos gráficos inicialmente nas editoras *Ariel*, *Schmidt* e, em um segundo momento, por mais de uma década, na editora *José Olympio*, que ficou conhecida como “Casa” — alcunha dada pelos frequentadores da editora pelo consagrado espaço de sociabilidade, uma redoma onde se aglutinaram ilustres escritores e artistas do meio intelectual brasileiro, majoritariamente, de influência modernista e comunista, ele, Santa Rosa, passou a ser conhecido no mundo da Arte, sobretudo a partir dos trabalhos desenvolvidos em editoras, ilustrando centenas de livros (220), além de produzir algumas dezenas de quadros, em 20 anos de atividade (1930-1950).

Conforme Gomes (2016), os mediadores da cultura e intelectuais das artes buscavam muitas vezes ocupar cargos estratégicos numa instituição cultural, pública ou privada, ou se organizavam em torno de associações e clubes. Essas medidas protagonizaram projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos. A participação de Santa Rosa no projeto político-cultural varguista manifesta-se por diversas funções administrativas desempenhadas em várias funções, entre 1930 a 1950. Santa Rosa também se ocupou enquanto secretário-geral da Comissão Nacional de Teatro, técnico de cenografia e membro da comissão de cultura do Teatro Municipal (RJ), técnico de iconografia da Biblioteca Nacional, desenhista do Ministério da Educação e de Saúde, e do departamento gráfico do Jornal Nacional, secretário- geral do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, além de professor do Museu Nacional de Arte Moderna (1952) e coordenador e professor no primeiro Curso de Artes Gráficas do Brasil, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (1946).

Já sua produção intelectual enquanto crítico de arte e professor são reveladas por meio de publicação de artigos sobre Cultura e Arte em tradicionais jornais da imprensa nacional da cidade, que tinham circulação por outras regiões do país, a exemplo dos jornais: *A Manhã* (1945), *Diário de Notícias* (1930), *Jornal do Brasil* (1891), *Correio da Manhã* (1901) e *Diário Carioca* (1928).

#### 4. TERRITÓRIO HISTORIOGRÁFICO DO PÓS-ABOLIÇÃO: TRAJETÓRIAS AFROPARAIBANAS

---

A tradição intelectual brasileira dedicou importantes esforços ao estudo das transformações sociais ocorridas no Brasil após a abolição da escravidão (1888). Contudo, até a década de 1970 a historiografia sobre o pós-abolição esteve majoritariamente ancorada em abordagens macrossociológicas e econômicas, concentrando-se nos grandes processos estruturais. Isso pode ser evidenciado em trabalhos fundamentais como os desenvolvidas por Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, e Abdias do Nascimento, intelectuais cujas contribuições estabeleceram caminhos basilares para compreensão das dinâmicas sociais acerca do destino da população negra no pós-abolição, especialmente, no que diz respeito à exclusão social, ao racismo institucionalizado e às limitações impostas à cidadania.

Embora distintos em suas matrizes teóricas e metodológicas esses autores contribuíram para revelar a continuidade da lógica escravocrata na sociedade republicana, que tencionando o mitos da democracia racial. Autores cujas obras são referências indispensáveis para os estudos do campo historiográfico do pós-abolição. A historiografia atual tem sido profícua em integrar novas abordagens, fontes e epistemologias para revelar experiências negras a partir de estudos da microanálise como trajetórias, instituições e movimentos sociais, assim como sobre associações, convenções, congressos e instituições políticas, territórios, imprensa negra, migrações, militares, redes de sociabilidades, espaços de produção artística e cultural, o que evidencia a concretização de campos de estudo e de trabalho sobre o período do pós-abolição.

A pesquisa sobre a trajetória do multiartista afro-paraibano Santa Rosa se insere na referida gleba da historicidade do pós-abolição cujo campo de estudo tem gerado publicações que norteiam trajetórias negras paraibanas. A historiografia de afro-paraibanos no pós-abolição tem trazido a lume personagens protagonistas, mas que, até então, eram anônimos. A título de exemplo, podemos citar a pesquisa referente ao advogado, professor, jornalista e deputado Manoel Pedro Cardoso Vieira (1848-1880), integrante da elite provinciana da Paraíba

do século XIX; no que concerne à defesa do modernismo na Paraíba, temos o autodidata e poeta pioneiro Perillo D'Oliveira (1898-1930); o poeta, jornalista e advogado Eliseu Elias Cesar (1871- 1921), que foi promotor público no estado do Espírito Santo, redator e revisor editorial de alguns jornais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e advogado no Pará; a liderança negra na luta sindical, com Vicente Gomes Jardim: um artista e liderança da Sociedade de Artistas Mechanicos e Liberaes da Parahyba e membro da Irmandade dos Pardos.

Esse campo de estudo historiográfico – pós-abolição, inicialmente, foi enfático quanto a percepção da marginalização do liberto, de sua inserção no mercado de trabalho, de agências de diversos grupos artísticos, culturais, contudo, almejamos avançar para uma abordagem que valorize as experiências singulares de mulheres e homens negros (as) como protagonistas históricos, capazes de inaugurar, criar e representar novos olhares sobre o presente-passado.

## 5. DIMENSÃO ESTÉTICA DA CULTURA HISTÓRICA: REPRESENTAÇÃO DO MODERNISMO (S) EM IMAGENS DA RACIALIDADE

---

Em consonância com os estudos culturais de Stuart Hall entendemos representação como abordagem que se faz a partir de três diferentes ordens de coisas: o mundo das coisas, composto pela experiência de pessoas, eventos; o mundo conceitual, em que os conceitos mentais que carregamos em nossas cabeças são forjados em nossas experiências sociais; e por fim os signos, arranjos que por meio das linguagens, que respondem e comunicam.

Desse modo, caro leitor (a) consideramos a utilização das imagens encontradas nas representações como possibilidade de contribuição para a produção e ampliação dos saberes históricos. A história das representações tem guinado para o centro das discussões dos estudos culturais, da antropologia histórica, em que as imagens, como fonte de representações sociais e culturais, figuram como vestígios estéticos nos/dos processos históricos. Segundo, o que se avalia ao analisar uma obra de arte (imagens) não é o tipo, mas sim o processo, o dinamismo de uma situação cultural. Assim sendo, as imagens representadas nos permitem entender uma cultura histórica, já que a arte é, antes de tudo, um sistema de relações que ocorrem em diferentes contextos Knauss (2006), Argan (1987, 1998).

O artista Santa Rosa inserido no mundo das artes visuais, contribuiu com suas formas, traços, estilos, tipos, alegorias e figuras, que pintam uma determinada paisagem histórica, compõem nexos culturais, produzem consciências históricas e representam identidades históricas a partir das rasuras do estético no histórico. A testemunha ocular Burke (2004) e

artista visual tornam rumos que e confluem e revelam fragmentos da cultura histórica no tempo.

A maneira pela qual o artista Santa buscou representar tipos, estilos e temas em quadros, cenários e capas de livros, índices para perscrutar cenários, personagens, atmosferas artísticas e culturais, numa experiência negra no período republicano, no âmbito do mundo das artes visuais. Os significados encontrados no percurso contextual das imagens nos possibilitam interpretar os nexos e significados históricos, empreendimentos dos feitos e transmitidos nos ditos de uma cultura histórica em que as produções de imagens e os processos criativos desempenhados pelos sujeitos históricos, em grupos, ciclos de produção cultural formam veredas profícuas para a averiguação desses indícios de um tempo.

E como utilizar a análise de imagens das representações imagéticas do acervo icônico de Santa Rosa para a captação de uma consciência histórica? As intenções artísticas representadas por ele partilham da construção cultural de memórias acabadas, estáticas em si mesmas, registros de um determinado momento em meio aos trâmites políticos, sociais e econômicos que influenciavam uma gama de significados e significantes na produção de representações que, em determinada temporalidade, tinham a incumbência intencional e institucional de trazer a lume o “povo”, as “raízes” da nação, objetos de disputa da “política da imagem” no mundo das representações.

Para Stuart Hall, as intenções políticas veiculadas pela mídia produzem amplos efeitos sociais, na medida em que estão vinculadas a formas específicas de exercício do poder simbólico. Esse poder (das imagens) molda percepções, organizam sentidos de um determinado tempo. Sua crítica nos convida a refletir sobre como as estratégias das políticas culturais operam constituindo narrativas que favorecem intenções de certos grupos no processo de administração pública midiático- imagética. As imagens aqui são evocadas como marcadores de poder, identidade e memória. Diante disso, podemos afirmar que a política das representações visuais é de fundamental interesse para analisar políticas culturais existentes numa determinada cultura histórica.

Segundo Thompson (1981, p. 17) a cultura é “arena de elementos conflitivos que somente sob uma pressão imperiosa – o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume forma de sistema”. Entrementes, o mundo da arte, em sua autonomia, caminha por suas veredas apreendendo nas formas e significados desse pertinente debate quanto às experiências culturais nos processos históricos, não se limitando a refletir, mas a abarcar questões para além do campo da estética, tais como as tendências políticas, filosóficas e históricas. É sob a égide da História Social da Cultura que investigamos a “arena

cultural, no período de 1930 -1950, a partir da trajetória de Santa Rosa, dos espaços de sociabilidade e organicidade artística e política e de suas produções de imagens no mundo das artes visuais.

Com as transformações empreendidas pela modernização, os intelectuais, sobretudo os modernistas, passaram a encabeçar de maneira mais incisiva na “arena cultural” sua falange político-cultural. O modernismo, tanto categoria de interpretação cultural quanto movimento de ideias renovadoras, conseguiram estabelecer conexões entre a arte e a política, especialmente, na então capital do país, Rio de Janeiro. Desse modo, o modernismo foi definitivamente produzido por várias regiões do país, em meio aos espaços urbanos, e transversalizado por elementos culturalmente construídos, a exemplo dos regionalismos, cuja chave de interpretação constituem versões de “identidades e diferenças” convergindo para amálgama do nacionalismo em disputa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Compreender Santa Rosa como artista modernista nordestino que migra para o Sudeste constitui um eixo central desta pesquisa. Afinal o “olhar” regionalista alicerçado pelos territórios da memória e da invenção de um novo espaço, imputa nos desdobramentos da cultura histórica de seu tempo projeções de sua racialidade, de sua faceta modernista regionalista e de sua atuação como “doublé teórico da cultura” Gomes (2004), produtor e intelectual das artes visuais no cenário histórico em que as “raízes” do povo brasileiros foram regadas com particular interesse do governo estadonovista (1937 – 1945).

Hall (2003) argumenta que as práticas discursivas que lastreiam os estados-nações e legitimam suas narrativas encontram-se na história, na literatura, nas artes e nas expressões da cultura popular, nas quais se baseiam através de um mito de fundação – sendo este fomentado por uma tradição ou, mesmo, por sua invenção. Nesse cenário, o discurso histórico passou a se renovar, transformando-se naquilo que Willams (2011) aponta como: democracia de massa no novo mundo da comunicação. Assim, se a dimensão estética do “espírito da nacionalidade” recaiu sobre a Arte, significa dizer que artistas, mediadores da cultura e intelectuais foram imprescindíveis para impulsionar os efeitos estratégicos da política cultural, no tempo de Santa Rosa.

Investigando sentidos e contextos de produções podemos interpretar uma imagem para além de sua superfície? Indo do que que há dentro da moldura para fora do quadro, de uma capa, de uma ilustração, por exemplo? As imagens assim como as fontes históricas não falam

por si só, e também não são neutras — tal qual tábuas rasas, pois toda forma visual se âncora em códigos culturais e históricos.

Logo, as representações imagéticas pinceladas por Santa Rosa são ferramentas condensadoras da visão que se teve de um determinado presente-passado. Do ponto de vista da atribuição dada à cultura histórica, os testemunhos figurativos servirão de indicativo para apreensão do estético no histórico; a partir do nexos histórico encontrado em sua produção icônica propusemos ampliar traços específicos de uma determinada cultura artística em um determinado contexto político cultural, acentuando a participação de um protagonista negro do mundo das artes visuais.

Por fim, apontamos mudanças de paradigmas no mundo da arte como continuidades e que movimentam debates acerca do ideal de arte moderna e do “espírito do nacionalismo”, no tempo de Santa Rosa, o que revela um potencial historiográfico quanto às experiências intelectuais e artísticas negras na construção cultural brasileira do século XX. Pesquisas de cunho biográfico têm se integrado ao campo historiográfico do pós-abolição, o qual de maneira salutar revela a participação de homens e mulheres negros (a) artistas, parlamentares, educadores negros no período republicano da história do país. Ao utilizar as imagens de suas produções enquanto artista modernista, almejamos descortinar circuitos artísticos produzidos numa determinada cultura histórica.

Como visto anteriormente, as produções visuais se tornam imprescindíveis na prospecção e interpretação de símbolos relevantes ao processo de criação de sentidos históricos em meio a cultura histórica do período. Por fim, caro (a) leitor (a) espero que esse percurso tenha sido interessante a você historiador (a), pesquisador (a), educador (a) deixo meus cumprimentos.

## REFERÊNCIAS

---

ARGAN, Giulio Carlo. As fontes da arte moderna. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 18, p. 49-56, set. 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério a propósito da educação no Estado Novo *In: Repensando o Estado Novo*. Organizadora Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BARSANTE, Cássio Emmanuel. **Santa Rosa em cena**. Rio de Janeiro: INACEM, 1982. (Coleção Memória).

BARSANTE, Cássio Emmanuel. **A vida ilustrada de Tomás Santa Rosa**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil; Bookmakers, 1993.

BEHELLI, Ricardo Siqueira. **Metamorfose na interpretação do Brasil**: Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna. 2009. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BUENO, Luís. **Capas de Santa Rosa**. São Paulo. Edições Sesc; Ateliê Editorial, 2015.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CANCLINI, García Nestor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco**: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Fabio Silvestre. **Capanema**: a história do ministro da educação que atraiu intelectuais, tentou controlar o poder e sobreviveu à Era Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO SILVA, Rildo Ferreira. **Santa Rosa da linha e da cor**: passado presente por meio da escrita autobiográfica. 2018. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CORREIA, Rubens Arantes. **Os intelectuais questões históricas e historiográficas** - uma discussão teórica. *Seculum - Revista de História* [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015.

DRAGO, Niuxa Dias. **A cenografia de Santa Rosa**: espaço e modernidade. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

FLORES, Élio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 65-81, jun. 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- GOMES, Ângela de Castro. HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GOMES, Flávio dos Santos, DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: o legado do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri; Ed. PUC-Rio, 2016.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento crítico; v. 55).
- HOOKS, bell. **Olhares Negros**: raça e representação [1992]. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAFONT, Anne. **A Arte dos Mundos Negros**: história, teoria, crítica. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 1-36, 2003.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução Maria Clara Forbes-Kneese e Jacob Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RÜSEN, Jörn. **História viva** – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da Branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Thiago Brandão. **Fragmentos de uma história de vida**, o afro-paraibano Tomás Santa Rosa Jr. (1909–1956): Entre vivências, intelectualidades, ditos e feitos artísticos. Dissertação de mestrado, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, (2021).

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELASQUES, Muza Clara Chavez. **Homens de letras no Rio de Janeiro nos anos 30 e 40** 2000. 204 f. Tese (Doutora em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/6.pdf> Acesso em: 20 jul. 2025.

VELOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a cultura política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VELOSO, Mônica Pimenta. **História e modernismo**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical** – História cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2011.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da História da Arte**: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

# Capítulo VI

## O NOME E A COISA<sup>1</sup>: CULTURA POLÍTICA ENTRE CONCEITO E PERSONAGEM

### THE NAME AND THE THING: POLITICAL CULTURE BETWEEN CONCEPT AND CHARACTER

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-6

Luís Felipe Gonçalves do Nascimento

#### RESUMO

Trabalhamos, no presente artigo, a prematura utilização da expressão cultura política durante o Estado Novo Vargas. Foi na década de 1960 que a formulação conceitual de cultura política foi desenvolvida pela sociologia norte-americana e na década de 1970 a abertura da historiografia francesa ao conceito. Entretanto, veiculou-se, entre 1941-1945 o periódico homônimo, no Brasil, onde estabeleceu-se um imenso esforço para criar leituras diversas sobre a nação e que se adequassem ao mundo moderno. Intelectuais diversos contribuíram para o projeto, de modo que suas seções foram espaço de teses que ajudaram a justificar o governo instaurado. Ressaltamos, neste estudo, que a expressão “cultura” fora incorporada para dar suporte ao projeto político, como uma forma de representar o Brasil em seu aspecto subjetivo, simbólico e humano. Nesta articulação, a revista operou, antes que o conceito fosse formulado pela sociologia norte-americana, o fenômeno do cultural entranhado no jogo político<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** Brasil; Estado Novo; Cultura Política.

#### ABSTRACT

In this article, we discuss the premature use of the term political culture during the Estado Novo Vargas regime. It was in the 1960s that the conceptual formulation of political culture was developed by North American sociology, and in the 1970s, French historiography opened up to the concept. However, between 1941 and 1945, the journal of the same name was published in Brazil, where an immense effort was made to create diverse readings of the nation that were adapted to the modern world. Various intellectuals contributed to the project, so that its sections were spaces for theses that helped justify the government that was established. In this study, we emphasize that the term “culture” was incorporated to support the political project, as a way of representing Brazil in its subjective, symbolic and human

<sup>1</sup> Convém esclarecer que a expressão “o nome e a coisa” faz referência ao importante estudo de Jorge Ferreira a respeito do populismo. Quando em 2001 escreveu o artigo homônimo, o pesquisador realizou uma releitura do populismo na tradição política do Brasil, no século XX (em especial de 1930-1964), e identificou que a manipulação das massas, durante o Estado Novo, não foi absoluta. O alerta de Jorge Ferreira criou o insight do presente artigo, ou seja, diferenciar o fenômeno do conceito, que só seria formulado na década de 1960.

O uso da cultura política, como dito no título “entre conceito e personagem”, busca contribuir à reflexão levantada por Rodrigo Patto Sá Mota, quando, no texto “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”, lança a questão sobre o projeto do Estado Novo já interessar-se pelo uso da cultura como ferramenta política.

<sup>2</sup> A elaboração deste estudo foi resultado das ideias discutidas na disciplina de Tópicos Especiais em História Política I, ministrada pelo professor Paulo Giovani Antonino Nunes. De igual importância foram as orientações realizadas pela professora Telma Cristina Delgado Dias Fernandes sobre os debates suscitados no texto.

aspect. In this articulation, the journal operated, before the concept was formulated by North American sociology, the phenomenon of culture embedded in the political game.

**Keywords:** Brazil; New State; Cultura Política.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Os marcos na história são um espaço perigoso, em especial quando se fala de leituras que os delimitam *a posteriori*. Eleger momentos como sintomáticos de mudança abre caminho para críticas como superficialidade, privilégios de uns em detrimento de outros, exaltação e hiperfoco com prejuízo a leituras mais globalizantes. Entretanto, é inegável o impacto que alguns momentos causam na tessitura da história.

Os fundamentos desse texto recaem no debate da historiografia francesa sobre o papel do político. Sabemos que a tradição cultural, com os *Annales*, relegou o político como sinônimo de factual e superficial, mas que, na década de 1960, a sociologia norte-americana movimentou-se para abordar o cultural como parte estruturante da vida humana e que, na década de 1970, a própria historiografia francesa resgatou o político como condição importante da dinâmica social.

Convém, por fim, perceber que, na década de mil novecentos e quarenta, no Brasil, durante o Estado Novo, houve uma utilização significativa da noção de cultura para fundamentar a política varguista. É este percurso traçado pelas linhas que se seguem. Entender como, de foma antecipada, os mecanismos políticos do Estado Novo foram amparados pela tradição, história e dinâmica cultural. Para tanto, fizemos um breve histórico do conceito e a seguir uma análise amostral de textos das seções da primeira edição do periódico.

## 2. HISTÓRIA DO CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

---

Há um caminho traçado para a emergência do conceito de cultura política no século XX. Entre debates historiográficos, a reflexão sobre o conceito citado ser uma resposta ao desgaste da história política é pertinente ao ambiente francês. Situar esse lugar de produção, foco do presente estudo, faz ressalva a outras historiografias sobre as quais a parede divisória entre cultural e político parece ter sido menor, e que, por isso, não precisou de uma revisão teórica para delimitar a importância da política para a produção da história, em contraponto à tradição francesa, na qual, de acordo com Jacques Le Goff, “[...] a história política foi-se afundando até

não ser mais que um apêndice atrofiado: é o acepipe do sacerdote da história” (LE GOFF, 1983, p. 227).<sup>3</sup>

Em 1971, Le Goff alertou que a historiografia produzida, nos últimos cinquenta anos, voltou-se à valorização do econômico, do social e do cultural e que, nesta trilha, elegeu a história política como sinônimo de uma tradição antiquada. A crítica de Le Goff, ambientada na França, alertava sobre a necessidade de revisar o papel do político dentro da historiografia. Neste sentido, o primeiro sinal de resgate da história política foi feito internamente nas próprias discussões culturais. Le Goff sustenta a tese de que a resistência criada sobre a política recai sobre a acusação de que ela seria superficial e que não entregaria à história análises profundas da temporalidade investigada. No mesmo texto, ainda levanta a tese que não fora hegemônico o movimento de confundir o político com uma abordagem superficial dentro da tradição francesa, uma vez que emerge, em meados do século XX, uma “história das profundidades políticas” (LE GOFF, 1983), na qual os símbolos medievais eram usados como escopo para análises mais densas.

Em 1974, Jacques Juliard continua o percurso sobre o papel e o desgaste da história política na tradição francesa. Nesse debate, Juliard levanta a importante tese de que não houve um desaparecimento do político, e demonstra, como referência, o fato de que ela “continua a constituir a base do sistema mais aceito de estabelecimento dos períodos: “o reino de Luís XIV; a república de Weimar; a URSS depois de Stalin” etc...” (JULIARD, 1985, p. 181). Le Goff e Juliard, nos dois textos seminais sobre o papel do político, parecem estar em sintonia sobre o fato de que o desgaste da história política não fora hegemônico, interna ou externamente ao ambiente francês, bem como alinhados na perspectiva de que seu desgaste está ligado, na tradição dos *Annales*, em especial, ao fato de ser confundido como a abordagem que se apropriou das superfícies e que, nesse caminho, não ultrapassou o que é meramente factual.

Em 1988, René Remond completa uma certa tríade na análise da história política nos meandros do século XX. Uma de suas teses centrais, no texto “uma história presente”, é de que o retorno à atenção sobre a história política vai sendo impulsionada pelo necessário aumento do papel do Estado, ao longo do século XX. Remond defendia, naquele contexto, que:

a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores. (REMOND, 1996, p. 14).

---

<sup>3</sup> Importante destacar, neste debate, Eric Hobsbawm. Autor situado na tradição inglesa, com clara adesão ao marxismo, mas que deixa transparente em suas obras o elo entre cultura e política.

Alerta ainda que a atenção menor à história política, em parte do século XX, faz parte de um processo de oposição ao que se imaginava como história ideal, crítica bastante presente em todos os autores aqui citados, para explicar a ojeriza que algumas escritas possuíram em relação ao político.

Os três pensadores, Le Goff; Juliard e Remond abriram a perspectiva sobre uma retomada na atenção à história política na historiografia a partir da década de 1970. Entretanto, uma década antes, a política já aparece na ciência política norte-americana instrumentalizada pela expressão “cultura”. A união dos dois termos parece ser uma resposta às críticas de superficialidade, pois, na nova roupagem, o político passa a ser uma zona em constante contato com padrões culturais na estrutura social (GOMES, 2005).

Ainda sobre o conceito de cultura política, Ângela de Castro Gomes afirma que:

Embora o conceito seja caracterizado como multidisciplinar, a mesma literatura é unânime em apontar que, como tal, foi formulado apenas nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, vinculando-se tanto a uma crise internacional do paradigma liberal clássico quanto ao aparecimento de novas metodologias de pesquisa. Seu berço e centro de irradiação teria sido a ciência política norte-americana nos anos 1960, especialmente aquela de inspiração parsoniana, sendo clássica as referências aos trabalhos de Almond e Verba. (GOMES, 2005, p. 27).<sup>4</sup>

Enquanto definição, foi comum o uso do conceito de cultura política, desde a sua formulação até as apropriações mais recentes, como uma narrativa na qual seja compartilhada uma “leitura comum de passado” e uma “projeção de futuro vivido em conjunto” (BERSTEIN). Neste sentido, cultura política seria um sentimento compartilhado sobre o qual repousa uma comunidade guiada por símbolos. Serge Berstein elabora três argumentos fundamentais para situar a acepção de cultura política. Em primeiro lugar, tece a ideia de não ser possível falar em cultura política no singular; em segundo, destaca a cultura política como uma elaboração em processo, e terceiro, denota sua posição em relação ao antagonismo dos dois conceitos. Para o autor, nessa simbiose é notório “[...]que o cultural prepara o terreno do político.” (BERSTEIN, 1998, 357).

Para o historiador que se apropria do conceito é fundamental não cair no ídolo da teoria fixa. A aplicação dos conceitos, ao longo do tempo, transparece que, quando os personagens históricos entram em cena, as mudanças entre o que se fala e o que se pratica tornam-se cristalinas. A empiria baseada nas fontes confirmam os padrões teóricos, mas abrem margem para o questionamento dos limites destes padrões no vivido, no cotidiano. Admitir que, em uma

---

<sup>4</sup> Importante salientar que a tese seminal do uso da cultura política é retirada de estudos de Alexis de Tocqueville. Em 1835, ao utilizar a expressão “hábitos do coração” para caracterizar o povo estadunidense, Tocqueville teria lançado a semente para explicar o poder para além dos limites institucionais. (MOTA, 2009, p. 15).

comunidade, é possível apreender culturas políticas abre o leque da investigação, ainda que os comportamentos demonstrem um certo nível de padrão.

As várias culturas políticas são possíveis graças ao tempo de experiência. O sentimento comunitário em relação a uma religião, mesmo nos casos em que a expansão ocorrera relativamente rápido, vai fazendo-se processualmente. A cultura política, nestes termos, não nasce do acaso, mas precisa da transmissão de geração em geração para que se fortaleça. Bernstein complementa que esse simbolismo inicia na família e continua na escola e em grupos da comunidade.

Por fim, a tese de que o cultural abre caminho para o político demonstra, a respeito do autor, um nivelamento sobre a abrangência maior do primeiro sobre o segundo. Valeria continuar o raciocínio, em uma espécie de dialética, ou silogismo, com a provocação: se o cultural abre caminho para o político, o político instituído não é também espaço aberto para a formulação cultural?

Traçado, brevemente, o percurso que a história política e sua renovação em forma de cultura política trilharam na historiografia do século XX, as próximas reflexões buscarão inserir o uso do termo cultura política anteriormente à sua formulação conceitual. Trataremos do periódico *Cultura Política*, editado entre 1941 e 1945, no Estado Novo Vargasista.

### 3. A REVISTA CULTURA POLÍTICA

---

Foi em março de mil novecentos e quarenta e um que a revista *Cultura Política* iniciou suas tiragens. Até mil novecentos e quarenta e cinco deu suporte à circulação de temas que iam além de uma noção clássica de política, em seções que mesclavam a opinião de autores consagrados sobre o poder político, mas que se estendiam ao teatro, a música e ao rádio. Dirigida por Almir de Andrade, intelectual disposto a fazer de sua revista um “espelho do Brasil” (Andrade, 1941). Um espaço de teses heterogêneas, que falou de uma cultura política antes que amadurecessem as discussões sobre essa formulação conceitual. A revista incorporou a seus quadros intelectuais de vários estados do Nordeste. Apenas no primeiro volume, escreveram para a seção “Problemas Políticos e Sociais”, o cearense Djacir Menezes; o também cearense Monte Arraes; o pernambucano José Maria Belo e o baiano Arthur Hehl Neiva.

Na primeira edição, a *Cultura Política* já demonstrava uma estrutura de seções preocupada em operar, de maneira heterogênea, espaços para além do estritamente político, mas que se estendessem às dimensões subjetivas (culturais) para que o projeto, dirigido por

Almir de Andrade, fosse executado. Na edição de março de 1941, assim estava estruturado o periódico:

**Quadro 1** – Alguns títulos da primeira edição da Revista *Cultura Política*

Seção	Alguns dos títulos que compuseram as seções da primeira edição
Seção: problemas políticos e sociais	✓ O processo de aculturação nas áreas da caatinga (Djacir Menezes); ✓ O Estado Novo e seu sentido bandeirante (Cassiano Ricardo).
Seção: o pensamento político do chefe do govêrno	✓ Realismo político e democracia (Azevedo Amaral).
Seção: a Estrutura jurídico-política do Brasil	✓ A Constituição de 10 de Novembro de 1937 (Aloísio Maria Teixeira).
Seção: Textos e documentos históricos	✓ A Primeira República vista por Vicente Licínio Cardoso (Vicente Licínio Cardoso); ✓ A igualdade de raças no Brasil: suas raízes históricas (Oliveira Lima).
Seção: A atividade governamental	✓ Panorama da atividade governamental.
Seção: Brasil social, intelectual e artístico A) Evolução social B) Evolução intelectual C) Evolução artística	✓ Quadros e costumes do Nordeste (Graciliano Ramos); ✓ Literatura de ideias (Pedro Dantas); ✓ A ordem política e a evolução artística (Apresentação do periódico).

**Fonte:** Autoria própria.

O texto seminal de Djacir Menezes aponta alguns indícios do uso da cultura como mecanismo político. Menezes traça um paralelo a respeito da dependência do meio para a formação cultural ao afirmar que “Quanto mais primitiva a cultura, maior o grau de dependência das situações naturais em que se encontra.” (MENEZES, 1941, p. 12). Djacir Menezes cita o determinismo geográfico e condiciona o “atraso” da caatinga a uma necessária ação do governo. “O solo assume papel importante como ponto de partida da evolução cultural” (MENEZES, 1941, p. 13). O caminho traçado pelo autor busca validar a ação do estado como o mecanismo capaz de equilibrar os desníveis culturais causados pelo lugar. Faz uma baliza entre o determinismo geográfico e a ação política no intento de justificar as ações do Estado Novo. Como exemplo, ainda cita o “cangaceirismo” (MENEZES, 1941) e o “misticismo religioso mais intenso” (MENEZES, 1941) nas “zonas das secas” (MENEZES, 1941) como expressão das necessidades do lugar.

O espaço do periódico foi usado por Cassiano Ricardo para demonstração de uma possível “união” do Brasil por meio da memória do bandeirante. Entra em cena uma prática comum da atividade política, a saber, a manipulação da história e o uso da memória. Cassiano Ricardo escreve para demonstrar que as bandeiras iniciaram um processo de comunhão, de convivência

e simbiose capazes de unir grupos étnicos diversos no interior do Brasil colonial. Sobre o espaço da atividade bandeirante, o autor afirma que:

Não há aí apenas o individualismo criador de riqueza e de heróis. Há a solidadriedade social, mais larga do que a da família e detemidada pelo objetivo econômico unitário, pelo incremento do espirito associativo que as entradas despertam, pela consciência coletiva do perigo externo, pelo sofrimento nivelador em pleno sertão. (RICARDO, 1941, p. 117).

A busca de um passado de comunhão representada por Cassiano Ricardo em sua narrativa remete à defesa do que fora estabelecido no projeto varguista em dez de novembro de 1937, ou seja, representar o grande esforço do governo em unir um território culturalmente diverso, mas que possui coesão histórica. Cassiano Ricardo apropria-se do mito do bandeirante em sintonia com a tese de Gilberto Freyre a respeito do mundo canavieiro em torno da casa grande, tese, inclusive, já bem consolidada na década de 1940. Seriam esses dois, somado ao terceiro espaço de formação do Brasil colonial, o pastoril, responsáveis pela criação de uma cultura democrática em sentido social.

No excerto que segue, o conceito de cultura política aparece como justificativa do processo histórico em curso: “[...]o Estado Novo será a conjugação necessária de duas verdades irreconciliáveis: a posição do Brasil em face do mundo moderno e o retorno do Brasil às suas fontes históricas, étnicas, econômicas e política.” (RICARDO, 1941, p.111). O uso das temporalidades no argumento de Cassiano Ricardo converge para o conceito de cultura política formulado duas décadas depois por Gabriel Almond e Sidney Verba<sup>5</sup>, uma vez que se instaura uma projeção de futuro ancorada na preparação para o porvir, o moderno, bem como estabelece-se a necessidade de que o passado apareça como elemento de coesão discursiva; ainda que a dimensão dessa coesão não seja homogênea, mas que demonstre o elo da brasilidade e a capacidade da política em apreender a vastidão cultural do território.

A segunda seção da primeira edição da *Cultura Política* abre espaço a Azevedo Amaral para sintetizar o que Getúlio Vargas viria a conceber como democracia: “O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas[...]” (VARGAS apud AMARAL, 1941, p. 157). Neste excerto, Azevedo Amaral instaura a condição exposta por Getúlio Vargas para justificar suas ações enquanto chefe de governo: nem autoritarismo nem liberdade, mas sim a realidade. Convém esclarecer que, neste viés de realidade, a leitura de uma operação da cultura política aparece. Segundo Amaral, o presidente do novo governo é o responsável por agir conforme a aspiração do que o presente pede, e, nessa leitura do presente,

---

<sup>5</sup> Foi na década de 1960 que os dois autores referenciados buscaram incorporar à sociologia elementos do subjetivo humano em uma relação multidisciplinar com a antropologia e a psicologia.

há uma espécie de espírito de época, só explicado pela dinâmica que a subjetividade institui, segundo o autor:

Observa-se nas épocas de intensa atividade creadora e renovadora o propósito diametralmente oposto dos guias de nações, inspirados pela ideia de dar aos povos que dirigem instituições configuradas pela exigência da realidade social e coloridas pelos traços do psiquismo particular do período a que correspondem. (AMARAL, 1941, p. 160).

No fragmento acima, uma noção importante ao conceito de cultura política elaborado pela sociologia norte-americana fica em evidência, isto é, a expressão “psiquismo”. A defesa de Amaral caminha na intenção de explicar as ações de Vargas segundo uma capacidade de ler demandas sociais. O realismo só expressa-se pela capacidade do chefe em oferecer o que a cultura pede. Neste sentido, a justificativa oferecida enquanto leitura daquilo que o chefe faz, e que, inclusive, não obedece manuais, é predominantemente subjetiva.

Foi Aloísio Maria Teixeira (Juiz da justiça do Distrito Federal) quem expôs a Constituição de 1937 no primeiro exemplar da *Cultura Política*. Em uma breve apresentação do autor e do seu artigo, o periódico indicia que a Constituição fora elaborada com “[...] sadio realismo, adaptado às realidades e tradições brasileiras.” (CULTURA POLÍTICA, 1941), bem como com “[...] espírito avançado e integrado nas grandes correntes da evolução política do mundo moderno.” (CULTURA POLÍTICA, 1941). Prefacia-se o texto com duas aspirações que se orientam pelo olhar ao passado e a preocupação em adaptação com o porvir. Vale ressaltar que a argumentação de Aloísio Teixeira esteve centrada na crise do liberalismo vinculada à necessidade do aumento do poder executivo federal. Neste sentido, seu argumento sobre a formação do Estado Novo trilha o caminho da articulação política e do equilíbrio entre os poderes.

A utilização mais impactante da cultura para amparar a instituição política aparece no artigo “a igualdade de raças no Brasil: suas raízes históricas”, de Oliveira Lima. O argumento é uma tese já consolidada quando da veiculação da revista, entretanto, a utilização enquanto defesa de que o governo de Getúlio era a continuação dessa tendência democrática da tradição brasileira é a novidade na formulação que o periódico ajudou a construir. O artigo, escrito entre 1934-1935, foi resgatado pela revista em 1941. Do ponto de vista cronológico, antes do Estado Novo já aparece, timidamente, a tese sobre um traço subjetivo da brasilidade como imagem que é espelhada pelo governo. Diz o autor, incorporado na seção “textos e documentos históricos”:

Não se conheceu um partido de tradicionalistas europeus, além dos próprios portugueses, ou uma devoção violenta de proletários privados da proteção efetiva de um governo sempre solícito em não permitir que a aristocracia lhe contrabalançasse a autoridade. (LIMA, 1941, p. 204).

Fica em evidência que o marco escolhido pelo autor para representar a brasilidade, ou seja a Independência, bem como os grupos sociais que reagiram, isto é, as cortes de Lisboa, buscam justificar que as “raças” do território não possuíam antagonismos. Seria a expressão de uma característica do território, a cumunhão que, em oposição a outras colônias, foi sendo desenvolvida durante a exploração de Portugal ao longo da Idade Moderna. O passado é explorado para suscitar a ideia de que a Colônia não segregou, pelo contrário, congregou os povos que aqui habitavam.

A seção “A atividade governamental”, importante espaço para divulgação da articulação política no periódico, bem como sua exaltação, expandiu-se para o impacto cultural. “O problema da cultura sempre foi uma das preocupações máximas do atual governo” (CULTURA POLÍTICA, 1941, p. 211). Empiricamente, tratava-se de ações a respeito do regimento do Museu Nacional; regulação para expedições artísticas e científicas e o regime do livro didático. (CULTURA POLÍTICA, 1941). A articulação entre as duas expressões (política e cultura) é ênfase da narrativa, porque busca ajustar a dinâmica e a riqueza cultural dos últimos dez anos como uma consequência direta da política varguista. Neste sentido, prepondera o governo enquanto uma “atmosfera propícia” (CULTURA POLÍTICA, 1941) ao desenvolvimento cultural.

A última seção do periódico “Brasil social, intelectual e artístico” cedeu espaço a Graciliano Ramos para ilustrar o carnaval como uma tradição do Brasil “tão diferente e tão grande” (CULTURA POLÍTICA, 1941, p. 236). A narrativa é ilustrada. No texto, os detalhes de uma cidade que vive a cultura carnavalesca transparecem. Classes sociais diversas são os personagens: a prefeita; o escrivão; a filha do telegrafista e até “A sonsa, que vive na igreja, confessando-se, comungando, perde os estribos no carnaval” (RAMOS, 1941, p. 237). A presença de Graciliano Ramos no periódico, ainda que intrigante, devido às perseguições sofridas, na década de trinta, pelo próprio governo, estimula a indagação sobre o limite dado aos intelectuais que, de maneiras heterogêneas, falaram no periódico.

Contudo, a análise das seções do periódico buscou demonstrar o uso da cultura no governo de Vargas. Ainda que a crítica sobre este texto possa pontuar as breves linhas que foram escritas sobre cada artigo da revista, a presente reflexão satisfaz-se com a percepção de que o fio condutor dos trechos escolhidos na fonte abordada foi mantido, isto é, demonstrar, de maneira empírica, como a história pode antecipar a formulação conceitual no vivido, no caso em questão, o uso e o entrelaçamento das expressões cultura e política, durante o Estado Novo Varguista.

## FONTES

---

AMARAL, Azevedo. Realismo político e democracia. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

**CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

LIMA, Oliveira. A igualdade de raças no Brasil: suas raízes históricas. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

MENEZES, Djacir. O processo de aculturação nas áreas da caatinga. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do Nordeste. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

TEIXEIRA, Aloísio Maria. A Constituição de 10 de novembro de 1937. **CULTURA POLÍTICA**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. 1941. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BAPTISTA, LEONARDO. **O conceito de cultura política**: das origens na ciência política Norte-americana à historiografia contemporânea”. In.: Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris/Est, Vitória, ES, 27 a 30 de abril de 2015:/ Organização [de] Adriana Pereira Campos, Patrícia Maria da Silva Merlo, Bruno César Nascimento. – Vitória: LHPL, 2015

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Orgs.) Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.** In FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil:** algumas reflexões. In SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 21-41.

JULLIARD, Jacques. **A Política.** In Jacques Le Goff e Pierre Nora. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 180-196.

LE GOFF, Jacques. **A política será ainda a ossatura da história?** In LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1983. pp. 221-242.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.** In MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) Cultura Política na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 13-37.

RÉMOND, René. **Uma história presente.** In RÉMOND, René. (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, pp. 13-36.

# Capítulo VII

## NARRANDO O TRAUMA: O GOLPE DE 1964 NA MEMÓRIA DE SINDICALISTAS PARAIBANOS

### NARRATING TRAUMA: THE 1964 COUP IN THE MEMORY OF TRADE UNIONISTS FROM PARAÍBA

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-7

Paula Tamyres Veríssimo da Silva \*

\* Doutoranda em História. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Bolsista Fapesq/PB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho – UFPB. E-mail: [paulatamyres20@gmail.com](mailto:paulatamyres20@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1531-7452>.

#### RESUMO

Esse texto busca apresentar e analisar as memórias acerca do golpe civil-militar instaurado no Brasil em abril de 1964, a partir da perspectiva de sindicalistas paraibanos perseguidos, presos e reprimidos no imediato pós-golpe, cujas memórias foram narradas em livros autobiográficos. A presente pesquisa se insere no campo da História Social, sobretudo nas discussões referentes aos Mundos do Trabalho e têm por objetivo refletir sobre a memória do golpe, compreendendo-a como um espaço de disputa e resistência.

**Palavras-chave:** Sindicalistas; Golpe de 1964; Memória; Paraíba.

#### ABSTRACT

This text aims to present and analyze memories of the civil-military coup that took place in Brazil in April 1964, from the perspectives of trade unionists from Paraíba who were persecuted, imprisoned, and repressed in the immediate aftermath of the coup. Their memories were narrated in autobiographical books. This research is situated within the field of Social History, particularly in discussions related to the Worlds of Labor, and seeks to reflect on the memory of the coup, understanding it as a space of dispute and resistance.

**Keywords:** Trade unionists; 1964 coup; Memory; Paraíba.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Nos últimos anos, as disputas acerca da memória e história sobre a ditadura civil-militar instaurada no Brasil, em 1º de abril de 1964, se acirraram, tornando-se alvo de constantes discussões que atravessaram não somente o ambiente acadêmico, mas, sobretudo, o político. Esses embates se desenrolaram em torno da polarização política a qual o país vem passando e da ascensão ao cargo de presidente da república um defensor abertamente da tortura e ditadura.

Por outro lado, também têm surgido importantes publicações de artigos, coletâneas e entrevistas que repudiam as violações, perseguições e torturas a que foram submetidos os considerados “subversivos” pelo regime. Dentre as publicações mais pertinentes da década anterior, temos o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que foi sucedido por comissões e relatórios estaduais e municipais em todo o país. Com isso, várias temáticas antes pouco exploradas passaram a ter mais destaque na historiografia, como as pesquisas relacionadas aos trabalhadores e suas organizações.

A Comissão da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba se insere dentro desse contexto e foi de extrema importância para que novos estudos acerca do impacto da ditadura no estado pudessem surgir. Dentre os vários grupos de estudos dessa comissão, aquele sobre sindicalistas perseguidos no imediato pós-golpe, foi responsável por resultar nas primeiras análises acerca da organização sindical urbana na Paraíba, entre os anos de 1958 a 1964, a exemplo da dissertação da autora defendida no ano de 2021.

Com a catalogação de fontes variadas, entre elas, Processos de Anistia, Inquéritos Policiais Militares – IPMs, entrevistas e outras, foi possível identificar a luta de vários sindicatos urbanos, suas relações com os políticos considerados “populistas”, os embates travados na Justiça do Trabalho, entendendo ainda as complexidades e homogeneidade do movimento sindical, que ultrapassavam a lógica de subordinação estatal comumente considerada nas interpretações sobre os movimentos sociais de 1930 a 1964.

Com o golpe de 1964, assim como os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos e seus sindicatos foram duramente perseguidos, cassados, presos e torturados, como também suas instituições foram postas sob intervenções, ressaltando o seu caráter de classe, gestado e organizado para reprimir as classes trabalhadoras e os movimentos sociais, em nome dos interesses da burguesia empresarial e militar.

Diante disso, esse texto busca evidenciar as memórias de líderes sindicais paraibanos que tiveram suas organizações e trajetórias de lutas desmanteladas a partir do dia 1º de abril

de 1964, muitos dos quais estavam associados a sindicatos desde a década de 1930. Essa análise se baseia principalmente em dois livros de memórias: *O sindicalismo do meu tempo*, publicado em 1999 pelo líder sindical dos trabalhadores nas indústrias, João Ribeiro Filho e *1964: Recordações da ilha maldita* (2002), de Luiz Hugo Guimarães, líder dos empregados em estabelecimentos bancários na Paraíba.

Além da introdução e conclusão, o artigo divide-se em dois blocos, o primeiro sobre o uso da memória como resistência, entre os medos e traumas do lembrar, e o segundo, que embora seja mais amplo, traz as especificidades sobre a memória de sindicalistas paraibanos com deflagração do golpe, o impacto e as consequências do estabelecimento da ditadura no Brasil para o movimento sindical.

## 2. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

---

A relação entre memória, história e os acontecimentos que envolvem a ditadura militar estabelecida no Brasil a partir de 1964 constitui-se como um campo em que as relações de poder são expressas desde o início desse processo. A identificação de informações e fontes foi por muito tempo negada e impossível de acessar, tendo em vista o trabalho de apagamento realizado pelo regime, pois além de controlar o presente, havia uma intenção clara de apagar o passado e dominar o futuro.

Até mesmo a própria nomenclatura desse período continua sendo alvo de disputas. Setores conservadores e ligados aos militares ainda insistem em denominá-lo como Revolução, termo que se fortaleceu nos últimos anos com a chegada da extrema direita ao poder presidencial e de incansáveis projetos midiáticos como o Escola Sem Partido e o Brasil Paralelo.

Ao mesmo tempo, pesquisas, acesso a novos arquivos e fontes, relatórios de comissões da verdade de todo o país e a própria memória daqueles que foram reprimidos e são também sujeitos desse processo, uma memória que por muito tempo foi “clandestina” e “proibida”, fortalecem a resistência acerca da História sobre a ditadura no Brasil.

É sabido que a memória é de extrema importância para a História, sendo uma fonte que pode ampliar o olhar do historiador para temáticas que, muitas vezes, são marginalizadas pela historiografia e que carecem de atenção, como é o caso das histórias que envolve trabalhadores e movimentos sociais, processos vivos em que a memória, por seu caráter dinâmico e ativo, nos possibilita interpretações que ultrapassam um simples documento e transparecem sentimentos, decisões e ações. Ela, ao mesmo tempo que é singular, também expressa coletividade. Portanto, uma construção, e como o historiador Enrique Padrós mencionou,

como tal, ela é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos e culturais. Isto não é produto do acaso; é sim, resultado e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural (PADRÓS, 2001, p.81).

As memórias que serão analisadas nesse texto estão inseridas em um contexto amplo e que ainda não foi encarado com a devida seriedade que devem ser tratados e responsabilizados os traumas consequentes das violações de direitos que ocorreram durante a ditadura no país. O Brasil, por não ter punido os responsáveis pelos 21 anos de horror que marcam terrivelmente a nossa história, ainda vivencia uma disputa de memória acerca da ditadura, que prejudica o estabelecimento pleno de uma sociedade democrática e comprometida com os direitos humanos.

Portanto, a memória da ditadura é um passado que não foi, faz parte do nosso presente. Quando sindicalistas perseguidos, presos e torturados resolvem narrar suas próprias lembranças, eles se inserem em um processo de resistência e contraponto à narrativa oficial e conservadora, aqueles que podem ser considerados como “assassinos da memória” (NAQUET, 1988) que ainda hoje, sob uma democracia, buscam revisar os fatos.

É desse processo que emergem os testemunhos, os sobreviventes, aqueles que narram, pois sabem da importância do seu lugar de fala, pelo compromisso com a veracidade e a democracia e por sentir a necessidade de ter suas histórias expostas para as futuras gerações. É claro que essas memórias não traduzem a totalidade dos fatos e não é nosso objetivo analisá-las como se fossem, pois são resultado daquilo que se desejou lembrar e narrar, ou até mesmo daquilo que se desejou esquecer.

De toda forma, concordamos com o que Marilena Chauí destacou em seu prefácio ao livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi: “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (BOSI, 1994, p. 20).

Nesse sentido, os depoimentos os quais iremos analisar são de fundamental importância para a compreensão do que foi o golpe a nível local, em um estado como o da Paraíba, marcado pelas lutas da elite e dos grandes latifundiários que, desde os primórdios, buscavam reprimir qualquer tipo de movimento que ameaçasse a ordem social. As obras produzidas são materiais imprescindíveis, pois foram elaboradas por pessoas que viveram os eventos e processos sobre os quais serão abordados aqui, e, portanto, são “testemunhas diretas” dos feitos sobre os quais foram também “sujeitos”; e, em segundo lugar, considerando que são memórias registradas,

elaboradas em contextos posteriores sobre seus feitos no passado, também são permeadas por questões do presente em que foram escritas.

Salienta-se que compartilho a mesma preocupação de Ecléa Bosi em seu trabalho com memórias de velhos no que se refere à veracidade, ausência de espacialidade e cronologia nas memórias dos sindicalistas, pois, como historiadora, interessa-me perceber em suas memórias o “que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (BOSI, 1994, p. 01). Os conteúdos produzidos pelos líderes sindicais em seus livros são resultado de escolhas pessoais, posicionamentos políticos, contextos históricos e, nesse caso em especial, preocupações com a história e memória de suas experiências de luta.

No ponto a seguir, abordaremos com mais especificidade esses aspectos, buscando compreender as consequências do golpe e a narração do fato em autobiografias como resistência em busca de preservar suas memórias.

### 3. 1º DE ABRIL DE 1964: ENTRE RESISTÊNCIAS E TRAUMAS

---

“A democracia ruiu”, foi assim que João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do estado da Paraíba, iniciou seus relatos sobre o dia em que o golpe civil-militar foi instaurado no Brasil. Ele, que estava desde janeiro de 1961 no cargo, teve seus direitos políticos cassados em função da sua prisão no dia 3 de abril de 1964, vindo a ser solto apenas em 18 de maio de 1964 com a determinação de que não poderia se ausentar do estado nos 30 dias seguintes.

Além disso, foi demitido do cargo de conselheiro no COAP-PB (órgão semelhante ao Procon atualmente), destituído da função de Vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho, também do cargo de 1º suplente de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI e do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba (CMVPM-PB, 2017).

Antes de ser preso, assim como os sindicalistas de todo o país, João Ribeiro sentia que as tensões provocadas pela direita conservadora estavam se intensificando e descreveu o expediente do dia 31 de março como tenso na Federação dos Trabalhadores da Indústria. Ao fim do dia, o próprio João Ribeiro, que era presidente da Federação, e o secretário Rivaldo Cipriano decidiram que, em virtude das notícias vindas de Minas Gerais, para garantir a segurança de seus familiares, a melhor opção seria proteger-se em um local seguro onde poucos soubessem o real endereço. Porém, após alguns dias da deflagração do golpe, decidiram prestar esclarecimentos aos militares, resultando na prisão deles por vários meses, como mencionado (RIBEIRO FILHO, p.126-132, 1999).

Em razão de sua prisão, João Ribeiro perdeu o emprego, pois o seu patrão o informou que não poderia empregar ninguém com ideias contrárias ao regime. Em seu Processo de Anistia, o sindicalista declarou que, após a prisão, sofreu fortes pressões psicológicas causadas pelas constantes rondas dos policiais a sua residência, chegando até mesmo a invadir sua casa e a bagunçar seus pertences, causando um clima de constante medo no próprio e em sua família.<sup>1</sup>

Na foto abaixo é possível visualizar João Ribeiro Filho discursando para a categoria dos trabalhadores nas indústrias, o qual era presidente da Federação, no ano de 1959, período em que o Brasil vivia uma democracia e havia em todo o país uma efervescência dos movimentos sociais.

**Imagem 1:** João Ribeiro Filho discursando em 1959



**Fonte:** RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. O sindicalismo de meu tempo. Empório dos Livros, 1999.

Por traumas que perduraram por toda a vida, já que João Ribeiro Filho não retornou ao sindicalismo, passou diversas dificuldades para conseguir emprego e até os amigos “poucos sobraram” (RIBEIRO FILHO, p. 164, 1991), mesmo tendo publicado seu livro de memórias após a redemocratização, utilizou o pseudônimo de Ribas ao narrar os fatos que se sucederam ao 1º de abril de 1964. Ou seja, houve um claro dilema entre a necessidade de narrar e o ato de lembrar um processo traumático, tendo em vista que, em meio a essa trajetória, o passado vira presente e as feridas ressurgem.

<sup>1</sup> O processo de anistia de João Ribeiro Filho encontra-se disponível no acervo do Memorial da Democracia da Paraíba, instalado na Fundação Casa José de Américo.

O trauma, como bem salientou Márcio Seligmann Silva (2008), se caracteriza por um passado que não passa e a imaginação uma estratégia de enfrentar a crise que cada sobrevivente vivencia. Nas palavras do autor “a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real” (SILVA, 2008, p. 70). A arma de João Ribeiro foi criar o pseudônimo para narrar sua história, se distanciar um pouco do passado traumático, do passado presente e se resguardar de algo no futuro.

Ao rememorar sua trajetória de luta, perseguição e total violação dos seus direitos políticos e de liberdade, João Ribeiro deixou claro a sua nostalgia e melancolia por ser impedido de seguir aquilo que tinha sido construído com tanta dedicação

A nova vida do ex-sindicalista, era intensa, logo, trabalhava diuturnamente nos afazeres da pequena empresa, onde exercia várias atividades. Porém, nos instantes em que se dedicava à meditação, retornava pela vereda do tempo e naquele caminho, mentalmente percorrido, via o sindicalismo brasileiro despertar com o fim da Segunda Guerra e a queda da ditadura no Brasil. Entretanto, ele reviveu cada momento vivido no espaço percorrido; como a luta dos trabalhadores brasileiros desde os primeiros dias da redemocratização e seu desenvolvimento durante a década de cinquenta. Como também suas vitórias e fracassos até atingir seu ponto alto, com a formação do forte sindicalismo respeitado.

Agora, impedido de continuar seu trabalho pela ditadura que acabava de ser novamente imposta ao povo brasileiro, o sonho de libertação da juventude do seu tempo, mergulhava na hibernação do frio inverno da ditadura, que considera crime todo ato de pensar (RIBEIRO FILHO, p. 169-170, 1999).

Os trabalhadores brasileiros, sobretudo aqueles que estavam organizados em sindicatos, como João Ribeiro Filho, vivenciaram tentativas de tutela estatal desde a Era Vargas e, com muito esforço, mantiveram suas lutas e reivindicações em várias esferas, inclusive na Justiça do Trabalho. Ao lembrar de toda essa trajetória, João se via mais uma vez impotente diante da repressão e da perseguição violenta da ditadura estabelecida em 1964.

Cabe lembrar que o amanhecer do dia 1º de abril representou uma perseguição em série e imediata aos principais líderes sindicais brasileiros, e segundo apontou o relatório da Comissão Nacional da Verdade, 409 sindicatos e 43 federações foram colocadas em intervenção em todo o território nacional pelo Ministério do Trabalho. Até 1970, esse número saltou para 536 entidades sindicais atingidas e 10.000 dirigentes cassados. A região mais prejudicada foi o Nordeste, que totalizou 42% dessas intervenções.

Luiz Hugo Guimarães também foi um dos sindicalistas perseguidos no imediato pós-golpe. Ele foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, com intercalações de mandatos desde 1950. Além disso, participou da Comissão de Salário Mínimo da Paraíba, da Justiça do Trabalho como vogal dos empregados, liderou e organizou o I Encontro Sindical dos Trabalhadores, da formação e presidência do núcleo do CGT na Paraíba, foi também

Vice-Presidente da Federação dos Bancários do Norte-Nordeste, Delegado na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), colaborador da assessoria sindical do presidente João Goulart e assessor do Governo da Paraíba para assuntos trabalhistas e previdenciários.

Em função dessa vasta experiência como liderança do movimento sindical, Luiz Hugo entrou na primeira lista de cassações e intervenções nos sindicatos com o golpe de 1964. Abaixo é possível visualizar as carteiras que expressavam a sua identidade sindical desde o final da década de 1940 no Sindicato dos Bancários e como representante dos paraibanos na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, com mandato que iria até o ano de 1965.

**Imagem 2:** Carteiras de Luiz Hugo Guimarães como associado no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba e como representante da CONTEC



**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Assim como João Ribeiro, Luiz Hugo e seus demais companheiros de sindicato também tomaram algumas medidas, pois temiam, como depois se concretizou, que fossem perseguidos pelos militares. Então, “antes de 31 de março, quando a situação política se deteriorava a olhos vistos, a diretoria do Sindicato tomou precauções habituais. Sacou algum numerário da conta de movimento sindical, que foi repartido com os dirigentes” e, no primeiro dia do golpe, o próprio Luiz Hugo foi até o sindicato, redigiu uma nota de protesto convocando os trabalhadores a ficarem ao lado do presidente eleito João Goulart e fez “uma limpeza nas pastas de correspondência, principalmente na referente aos Delegados Sindicais que o Sindicato credenciara em todos os municípios onde havia concentração bancária” (GUIMARÃES, 2002, p. 27).

Essa medida foi de extrema importância, pois possivelmente evitou que sindicalistas de outras cidades paraibanas fossem perseguidos e presos. Nessa época, qualquer um que fosse minimamente próximo a movimentos sociais e partidos políticos era encarado como “subversivo” e inimigo do Brasil, logo, estaria sujeito a prisões e a julgamentos arbitrários.

Desde o dia 2 de abril, Luiz Hugo temia ser preso, pois um amigo o tinha informado que seu nome fazia parte de uma lista de procurados entregue ao Palácio da Redenção, vinda do Regimento de Infantaria ou do DOPS, e que após receber a notícia seu primeiro pensamento foi: “vou fugir. Nunca pensei em conjugar esse verbo. Não se tratava de conjugá-lo, mas de exercê-lo em toda a sua plenitude” (GUIMARÃES, 2002, p. 20). Essa tensão sentida pelo bancário também já tinha se manifestado no presidente e secretário da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, João Ribeiro Filho, como anteriormente mencionado.

Um aspecto importante sobre o livro de memórias que Luiz Hugo retrata sobre as violações e repressões que sofreu durante a ditadura é que parte dele foi divulgado ainda em 1978, em um jornal chamado *Agá*, do qual era relator. Porém, nessa época, ele escreveu sem identificar os personagens, falando em terceira pessoa e até mesmo adotou um pseudônimo, o de Luiz Magno. Apenas 25 anos depois lançou o livro narrando os fatos em primeira pessoa.

Luiz Hugo Guimarães passou os primeiros dias, logo após o golpe, escondido, tentando escapar da perseguição militar na casa de um amigo. Apesar de considerar um bom refúgio, Luiz Hugo temia que fosse encontrado e não conseguia tranquilizar-se, também pensando em sua família que estava sofrendo vigilância. Segundo ele, nessa situação, passavam-se diversos pensamentos em sua mente: “quem está nessas circunstâncias tem mil planos, mil alternativas. Por isso muita gente se entrega logo. É menos massacrante que ficar esperando o inesperado. É esse inesperado que arrasa” (GUIMARÃES, 2002, p. 25).

Não suportando mais a espera, Luiz Hugo decidiu ir prestar esclarecimentos no 15º Regimento de Infantaria, considerando que, por não ter ligações com nenhum partido de esquerda e nem se considerar um comunista, iria apenas esclarecer os fatos. Porém os acontecimentos ocorreram de outra forma. Ao chegar no 15º RI, mandaram-lhe voltar no outro turno. Quando retornou, o Major Cordeiro já estava com sua ficha:

Enquanto esperava, entrou o coronel Pitaluga. Conversou com o coronel D'Ávila e botou um olho feio para mim. Pensei que ia ser fuzilado ali mesmo. Do primeiro andar do quartel já descí escoltado. Fui levado para o xadrez, ao lado do corpo-da-guarda. Não era bem um xadrez, era uma saleta onde os sargentos ficavam quando eram detidos por qualquer infração ao RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) (GUIMARÃES, 2002, p. 29).

No 15º Regimento de Infantaria encontrou diversos companheiros do movimento sindical, estudantil, camponês, como também funcionários públicos e intelectuais. Através do seu irmão, que era sargento, Luiz Hugo foi informado que seu nome estava na lista do AI-1, que cassou por dez anos os direitos políticos de mais de 100 cidadãos. Ele era o número 47 da lista. Esse fato é narrado em seu livro de memórias com certa honra. Em várias passagens Luiz Hugo

ênfatiou que, em meio a tantas lideranças sindicais importantes na lista, ele também estava presente.

Claro que devemos levar em consideração o fato do sindicalista ter feito a declaração em momento posterior ao golpe e em um país com a liberdade democrática já estabelecida. Provavelmente à época o sentimento era outro. Da mesma forma, observa-se uma contradição no título de seu livro de memórias *Recordações da Ilha Maldita* em referência à Ilha de Fernando de Noronha, onde esteve preso, em contraposição ao que ele traz em seu texto, chegando até mesmo a mencionar que aquele momento também poderia ser considerado como uma espécie de “férias forçadas”.

Ele relata que, desde os primeiros dias presos, já passou a escrever um diário resumido “Ia anotando todas as ocorrências. Vai constar de minha autobiografia, pensei. Memórias” (GUIMARÃES, 2002, p. 33). Luiz Hugo não relata em que condições se deu essas anotações e muito menos se conseguiu permanecer com elas durante os vários meses em que esteve preso. Mas o que chama atenção é a sua preocupação em escrever suas memórias desde o primeiro momento.

No dia 28 de abril de 1964, ele foi enviado para o presídio da Ilha de Fernando de Noronha, onde passou boa parte de seu tempo preso. Durante o trajeto que levaria à Ilha, ele relata que

A tensão nervosa refreada, cada um tentava mostrar ao outro sintoma de fortaleza. Falávamos a esmo, sem deixar transparecer os pensamentos. Enchíamos o tempo conversando coisas simples. Na realidade, preocupávamo-nos bastante com o desconhecido. Só a ideia de ir para Fernando de Noronha era bastante assustadora. No Nordeste o espectro de Fernando de Noronha aparecia como a Ilha Maldita. Ilha do Diabo, de calabouços, tubarões, prisões infectas, doenças, ratos (GUIMARÃES, 1999, p. 44).

A Ilha de Fernando de Noronha, local em que Luiz Hugo foi preso, abrigava presos políticos considerados pela ditadura como perigosíssimos para a sociedade brasileira. Luiz Hugo dividiu espaço com Miguel Arraes, governador cassado de Pernambuco, que permaneceu preso mais de um ano no local. Mesmo com o passar dos dias, Luiz Hugo relata que ele e seus companheiros sonhavam em voltar ao “continente” e encontrar suas famílias, pois era como um consolo para sobreviver àqueles dias de extrema solidão.

Após ser solto em junho de 1964, o sindicalista voltou a ser procurado pelo Exército em sua casa, que novamente o prendeu no dia 25 de julho de 1964, em virtude da reabertura do Inquérito Subversão pelo Major Cordeiro no 15º Regimento de Infantaria.

Neste mesmo período, foi submetido a uma avaliação interna da Faculdade de Ciências Econômicas onde era professor, a fim de investigar sua atuação no movimento de resistência

ao golpe. Apesar de apresentar várias provas da sua boa conduta, em setembro de 1964 foi demitido do seu emprego de professor catedrático interino da Universidade Federal da Paraíba 293, assim como Assis Lemos e Agassiz de Almeida, ambos ligados às Ligas Camponesas, através de Decreto do General Castelo Branco que foi publicado no Diário Oficial da União no dia 28 de setembro de 1964.

Depois dessas passagens pela prisão, Luiz Hugo, mesmo “livre”, sempre precisava prestar esclarecimento aos militares e, além de ter seus direitos políticos cassados, em outubro de 1964 foi transferido pelo Banco do Brasil à sua revelia para trabalhar em Rondônia. Ao chegar lá, relembra que foi recebido “com muita satisfação, pois era considerado entre os colegas como figura VIP por ter sido cassado no primeiro listão e por ser o funcionário mais graduado da agência”. (GUIMARÃES, 2002, p. 136).

Luiz Hugo Guimarães resumiu a difícil tarefa de lembrar dos acontecimentos que envolveram os sindicalistas em 1964 na Paraíba em suas últimas páginas do seu livro de memórias da seguinte forma

O Golpe de 1964, para todos nós atingidos, continuou por 21 longos anos, com toda sorte de discriminação, marginalização, perseguição (...) Foram anos difíceis, em que muitos se tresmalharam nos caminhos, foram presos, massacrados, desajustaram-se, entraram na clandestinidade permanente, amargaram o exílio, tiveram os lares destroçados, morreram. Não é fácil contar isso tudo sem ódio e sem rancor. Esquecer, ninguém esquece. Mesmo os que souberam “dar a volta por cima” guardam marcas impagáveis, ferretes e indeléveis cicatrizes vivas. Os que enlouqueceram, os que ficaram mutilados os que se desajustaram os que desertaram do convívio social, guardam lembrança de uma época que esperam nunca mais ver (GUIMARÃES, 2002, p. 136-137).

Um dos poucos sindicalistas da época a registrar suas memórias, Luiz Hugo enfatiza que mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade ou simplesmente não quiseram reviver e voltar através da memória a esse passado trágico, guardam “marcas impagáveis”, pois, como enfatiza Michel Pollak (1989) ao estudar os campos de concentração, o silêncio não é provocado pelo esquecimento sobre o fato, mas sim por remeter a uma lembrança traumática.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao longo desse pequeno texto, buscamos refletir sobre o papel da memória, os traumas e histórias que envolvem as consequências da ditadura civil-militar instaurada no país em 1964. Ao todo foram 21 anos que envolveram perseguições, torturas, violações, intervenções sindicais, cassações de mandatos e suspensões de direitos civis e políticos.

Por perseguir de forma imediata e sistemática os setores da classe trabalhadora, buscando dismantelar os sindicatos e movimentos sociais, ao realizar prisões arbitrária dos

seus principais líderes e intervenções às suas entidades, consideramos que o golpe teve caráter de classe e por muito tempo buscou mascarar a participação dos trabalhadores na resistência desse processo antidemocrático.

Os depoimentos e testemunhos deixados pelos sindicalistas que tiveram seus direitos violados se constituem como de extrema importância para compreensão desse período e o compromisso com a democracia que o Brasil precisa hoje. Ao evidenciar essas obras, esse texto buscou proporcionar uma reflexão crítica não apenas sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro, na medida em que consideramos a memória e história como ferramentas de consciência social e política.

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço à FAPESQ/PB pela concessão da bolsa, cujo apoio financeiro foi essencial para a realização e o desenvolvimento desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Capítulo 9 – Tortura**. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, p. 327-398.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório da Comissão da Verdade**, João Pessoa: A União, 2014.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita**. João Pessoa: FUNESC, 2002, p. 121-129.

Padrós, E. S. (2001). USOS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO NA HISTÓRIA. *Letras*, (22), 79-95. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148511826>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Seligmann Silva, Márcio. **NARRAR O TRAUMA – A QUESTÃO DOS TESTEMUNHOS DE CATÁSTROFES HISTÓRICAS**. In PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, v. 15, n. 2, p. 65-82, 2008.

RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. **O sindicalismo de meu tempo**. Empório dos Livros, 1999.

# Capítulo VIII

## A INVISIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA BALEAÇÃO EM LUCENA – PB: UMA PROPOSTA DE REINTERPRETAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO DA COPESBRA E DOS AMBIENTALISTAS (1970-1980)

### THE INVISIBILIZATION OF WHALING WORKERS IN LUCENA – PB: A PROPOSAL FOR REINTERPRETATION IN THE POLITICAL DISCOURSE OF COPESBRA AND ENVIRONMENTALISTS (1970–1980)

DOI: 10.51859/amplla.hch489.1126-8

Pedro de Farias Leite e Silva \*

\*Doutorando em História, na linha de História e Regionalidades. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: pedrodefariasleite@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6131-6429>.

#### RESUMO

Este artigo explora as interconexões entre cultura política, capitalismo e questões ambientais nas décadas de 1970 e 1980, com foco no caso da baleação em Lucena – PB. A análise está dividida em três seções principais. A primeira contextualiza o período histórico, examinando as dinâmicas políticas e econômicas que influenciam a relação entre sociedade e natureza. A segunda seção aplica esse panorama ao contexto local, investigando os impactos sociais e econômicos da prática da baleação em Lucena – PB. A terceira seção aprofunda a discussão sobre a polarização no debate entre ambientalistas e a Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) e a subsequente invisibilização dos trabalhadores, evidenciando os conflitos entre diferentes grupos sociais e a marginalização das comunidades afetadas pela proibição da atividade. Para embasar a pesquisa, utilizam-se fontes hemerográficas, especificamente os jornais O Norte, A União e Correio da Paraíba, que oferecem uma perspectiva sobre a cobertura midiática da época e como isso influenciou o debate sobre meio ambiente e as comunidades locais. As considerações finais ressaltam a importância de integrar a conservação ambiental com o desenvolvimento humano, propondo alternativas como a diversificação econômica e o fortalecimento do turismo. Também se discute o papel da cultura política na formação das atitudes e representações sociais, com ênfase na marginalização das populações que dependem de atividades econômicas em conflito com as políticas ambientais. A análise conclui com a reflexão sobre a necessidade de estratégias inclusivas e sustentáveis, que contemplem tanto as dimensões sociais quanto ambientais.

**Palavras-chave:** Trabalho; baleação; marginalização social.

#### ABSTRACT

This article explores the interconnections between political culture, capitalism, and environmental issues during the 1970s and 1980s, focusing on the case of whaling in Lucena – PB. The analysis is divided into three main sections. The first contextualizes the historical period, examining the political and economic dynamics that influence the relationship between society and nature. The second section applies this broader context to the local level, investigating the social and economic impacts of whaling practices in Lucena – PB. The third section delves deeper into the polarization of the debate between

environmentalists and COPESBRA and the subsequent invisibilization of the workers, highlighting the conflicts among different social groups and the marginalization of communities affected by the prohibition of whaling. The research is based on hemerographic sources, specifically the newspapers *O Norte*, *A União*, and *Correio da Paraíba*, which offer insights into the media coverage of the time and how it shaped the environmental discourse and its impact on local communities. The final considerations emphasize the importance of integrating environmental conservation with human development, proposing alternatives such as economic diversification and the strengthening of tourism. The article also discusses the role of political culture in shaping attitudes and social representations, with an emphasis on the marginalization of populations dependent on economic activities that conflict with environmental policies. The analysis concludes with a reflection on the need for inclusive and sustainable strategies that address both social and environmental dimensions.

**Keywords:** Labor; whaling; social marginalization.

## 1. UMA BREVE INTRODUÇÃO À CULTURA POLÍTICA, CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE NAS DÉCADAS DE 1970-1980

---

Marcelo Badaró Mattos, no texto “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”, analisa a cultura como uma dimensão central na sociedade contemporânea, destacando seu papel enquanto esfera industrial fundamental à acumulação capitalista (Mattos, 2014, p. 70). A intensa circulação de informações através de conglomerados de comunicação – que incluem jornais, cinema, rádio, TV e internet – consolidou a cultura como espaço de produção de mercadorias e motor do capitalismo. Entretanto, essa centralidade teórica na historiografia pode levar à sobrevalorização da esfera cultural em detrimento de outras dimensões sociais, como os conflitos de classe, que acabam sendo reduzidos a questões identitárias. Segundo Mattos, o enfoque culturalista, associado ao paradigma pós-moderno, reflete uma desilusão com o capitalismo e uma perda de crença na capacidade de transformá-lo decisivamente (Mattos, 2014, p. 75).

Esse debate sobre a cultura conecta-se às transformações políticas e ambientais das décadas de 1970 e 1980, quando o discurso ambientalista emergiu como parte de uma cultura política em transformação. De acordo com Almond e Verba (1963), o conceito de cultura política se refere ao conjunto de crenças, valores e atitudes que sustentam o sistema político e influenciam a relação entre cidadãos e instituições. Durante esse período, o movimento ambientalista foi impulsionado pela crescente conscientização sobre os limites ecológicos do planeta e pela crise ambiental, incorporando a sustentabilidade e a responsabilidade global como valores centrais (Motta, 2009). Essa mudança refletiu-se em políticas públicas e ações globais, como as pressões sobre organismos tal qual a Comissão Baleeira Internacional, que integraram a preservação ambiental ao debate sobre desenvolvimento econômico.

A crítica à exploração das baleias, identificada no Brasil ainda no século XVIII por José Bonifácio, intensificou-se especialmente à medida que novas tecnologias e a descoberta do petróleo transformaram o cenário energético global. Como aponta Ângela de Castro Gomes (2005), práticas culturais e políticas estão sempre articuladas a questões materiais. Assim, as políticas de preservação ambiental representaram uma mudança nos valores e nas estratégias para enfrentar os desafios globais, incluindo a conservação de recursos naturais. Nesse sentido, o discurso ambientalista exemplifica como a cultura política pode ser reconfigurada para responder às demandas materiais e sociais de seu tempo, tornando-se uma força capaz de redefinir o consenso global em torno da sustentabilidade.

Mattos reforça que a cultura política não deve ser compreendida como um dado estático, mas como um fenômeno dinâmico, que reflete as interações entre forças sociais, políticas e econômicas (Mattos, 2014). Essa visão mais ampla permite integrar os debates entre cultura, política, economia e sociedade ressaltando que a análise histórica precisa considerar essas interações de forma crítica. A partir disso, observa-se que o discurso ambientalista, longe de ser apenas uma reação à crise ecológica, tornou-se uma força política capaz de reconfigurar práticas e valores no cenário global.

Este panorama das dinâmicas políticas e econômicas das décadas de 1970-1980 oferece o contexto fundamental para compreendermos o impacto dessas transformações nas questões ambientais. A busca incessante por lucros no contexto do capitalismo teve profundas consequências, que se refletiram diretamente em práticas como a baleação. É neste cenário que se insere o debate em Lucena – PB, onde a tensão entre a preservação ambiental e a exploração econômica se tornou um ponto crucial, como veremos na próxima seção.

## 2. O DEBATE EM TORNO DA BALEAÇÃO EM LUCENA – PB: POLÍTICA, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

---

A cidade costeira de Lucena – PB, situada no litoral norte do estado da Paraíba, Brasil, foi, entre as décadas de 1970 e 1980, o epicentro de um intenso debate político e ambiental em torno da prática da caça à baleia. Essa atividade, iniciada em 1912 por Julius Von Söhsten, tornou-se uma tradição<sup>1</sup> profundamente enraizada no tecido sociocultural da região. O debate

---

<sup>1</sup> O termo "tradição" neste texto é empregado no sentido historiográfico de prática histórica que foi transmitida e reinterpretada ao longo do tempo. Refere-se não apenas às práticas e costumes relacionados à caça à baleia, mas também às memórias, identidades e valores culturais que foram construídos em torno dessa atividade. Inspirado por abordagens como a de Eric Hobsbawm em *A Invenção das Tradições*, reconhece-se que a tradição não é estática, mas moldada por dinâmicas históricas e sociais, sendo constantemente resignificada, especialmente diante de

sobre a continuidade dessa prática revelou-se uma arena de interações complexas entre fatores econômicos, ambientais e sociais, com a comunidade local enfrentando o dilema de preservar um meio de subsistência historicamente consagrado em um cenário global de crescente preocupação com a conservação ambiental.

A indústria baleeira em Lucena – PB possui profundas raízes históricas. Durante gerações, a prática sustentou famílias locais, desempenhando um papel vital no funcionamento econômico e social da cidade. Contudo, nas décadas de 1970 e 1980, a crescente mobilização ambientalista pressionou pela abolição dessa atividade, alegando os impactos devastadores sobre as populações de baleias e os ecossistemas marinhos, além da crueldade associada à caça. Por outro lado, os defensores da prática argumentavam que a baleação era parte integral da identidade cultural de Lucena – PB e fonte essencial de renda para os trabalhadores locais.

O embate entre empresários do setor baleeiro e ambientalistas, amplamente repercutido pela mídia local e nacional, marcou um período crucial na história da exploração de recursos naturais no Brasil. Esse conflito, que envolveu diferentes atores – como ecologistas, professores, parlamentares e a comunidade local – exemplifica as tensões estruturais entre capital, trabalho e natureza.

Para a população de Lucena – PB, a caça às baleias ia além de uma atividade econômica; era uma tradição que sustentava a vida de centenas de famílias. Dados indicam que, até 1987, aproximadamente 80% do PIB do município provinha da baleação, impactando diretamente cerca de três mil habitantes. Trabalhadores brasileiros contratados pela COPESBRA, em sua maioria, recebiam salários que giravam em torno de dois salários mínimos – um valor expressivo para os padrões locais na época. Contudo, a inserção de trabalhadores japoneses a partir de 1957 trouxe a acentuação de dinâmicas hierárquicas que evidenciaram disparidades salariais e culturais, introduzindo problemáticas que vão além da dimensão econômica.

A proibição da caça às baleias em 1987, pressionada por movimentos ambientalistas globais e políticas conservacionistas, foi um marco importante para a proteção da biodiversidade marinha no Brasil. No entanto, para a comunidade de Lucena – PB, essa decisão resultou em profundas transformações socioeconômicas e culturais. A descontinuidade abrupta da prática deixou trabalhadores à margem, sem alternativas econômicas viáveis ou políticas públicas que assegurassem a requalificação ou reinserção no mercado de trabalho.

O estudo desse período busca preencher lacunas significativas na historiografia ao priorizar as narrativas dos trabalhadores da baleação, frequentemente negligenciados nos

---

transformações econômicas e ambientais. Na região, já existia uma tradição de pesca artesanal, que facilitou a chegada de altos investimentos na atividade baleeira, transformando a dinâmica do trabalho local.

debates acadêmicos e públicos, que enfatizaram majoritariamente as questões ambientais. Ao centrar-se na relação entre capital, trabalho e natureza, a investigação propõe uma análise crítica sobre a marginalização dos trabalhadores e os impactos da proibição na economia local.

A integração da COPESBRA ao capital japonês em 1957 promoveu a diversificação dos produtos derivados da baleação, ampliando os empregos diretos e indiretos associados à atividade (Duarte Filho & Aguiar, 2013, p. 65). Esse processo também fomentou uma estrutura de exploração mais complexa, mascarada por investimentos em infraestrutura e tecnologia. Após a proibição, a precarização do trabalho tornou-se ainda mais evidente, indicando que a transição econômica imposta pelo fim da caça não significou a cessação das condições exploratórias, mas sim sua redistribuição para outros setores menos estruturados.

A análise foca-se nas tensões estruturais entre capital, trabalho e natureza, identificando a invisibilidade e a negligência aos trabalhadores da baleação, que foram sistematicamente marginalizados durante todo o processo de transição imposto pela proibição da caça. A COPESBRA, conforme analisado por Duarte Filho e Aguiar (2014), apropriou-se dos recursos naturais e humanos da região, construindo uma narrativa que mascarava a exploração sistêmica da força de trabalho, especialmente após a intervenção do modernizante capital japonês.

Além disso, a ausência de estratégias de adaptação para os trabalhadores sublinha a negligência tanto das autoridades públicas quanto dos movimentos ambientalistas em considerar o impacto humano das políticas de conservação. A necessidade de preservar a memória dessa comunidade, resgatando suas narrativas e contextualizando os desafios vivenciados, é essencial para uma compreensão mais abrangente e justa da história de Lucena – PB.

A perspectiva crítica de Enrique Leff, analisa o desenvolvimento sustentável como um projeto social e político orientado pela ordenação ecológica, pela descentralização da produção e pela diversificação dos modos de vida. Segundo Leff (2006), questões ambientais frequentemente servem a interesses políticos e econômicos, destacando a relação entre saber e poder, essencial para compreender as dinâmicas globais do capitalismo. Essa abordagem permite questionar como as práticas de conservação podem, inadvertidamente, marginalizar populações inteiras, evidenciando a necessidade de equilibrar discursos ambientais com justiça social.

O depoimento de Guilherme Campelo Rabay, assessor jurídico da COPESBRA, evidencia uma crítica à instrumentalização política da causa ambiental no contexto da campanha contra a pesca da baleia. Sua declaração, publicada em uma entrevista no jornal A União em 5 de julho

de 1981, sugere que as manifestações realizadas em Pernambuco, com o apoio de autoridades e defensores do meio ambiente, podem ter sido motivadas por interesses regionais. Rabay aponta que, se a indústria baleeira estivesse localizada naquele estado, as mesmas manifestações possivelmente não ocorreriam. Essa observação implica que a questão ambiental, embora legítima, poderia ter sido utilizada como ferramenta para atender a agendas políticas ou econômicas específicas, em detrimento de um debate imparcial sobre os impactos sociais e ambientais da atividade.

Compreender o impacto da proibição da baleação em Lucena – PB e suas implicações políticas e econômicas é fundamental para analisar o conflito que se seguiu. No entanto, a intenção aqui não é advogar nem pelos ambientalistas nem pela COPESBRA, mas sim investigar como a polarização do discurso afetou os trabalhadores da indústria baleeira e refletir se havia, de fato, uma preocupação genuína com a questão social. Essa análise busca revelar que as disputas entre ecologistas e defensores da atividade baleeira muitas vezes deixaram à margem as vozes daqueles que mais sofreram as consequências dessa proibição. Na próxima seção, exploraremos como a polarização do discurso, ao centralizar o embate entre preservação ambiental e manutenção econômica, acabou por obscurecer a realidade dos trabalhadores, levantando questões sobre a invisibilização social em meio ao conflito político e econômico.

### **3. A POLARIZAÇÃO DO DISCURSO SOBRE A CAÇA ÀS BALEIAS: INVISIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CONFLITO ENTRE ECOLOGISTAS E COPESBRA**

---

Em 20 de setembro de 2009, o Jornal da Paraíba destacou a campanha organizada pelos pescadores de Lucena – PB pelo retorno da caça às baleias, refletindo a invisibilização das suas demandas no debate que levou à proibição da baleação. Enquanto os ecologistas preocupam-se novamente em reafirmar que “o resgate do sentimento de amor à natureza” deveria guiar a preservação ambiental (Levai & Souza, 2009, p. 289), questões fundamentais sobre as condições de vida dos trabalhadores locais continuam sendo negligenciadas.

Essa polarização entre os discursos dos ambientalistas e os da COPESBRA também se manifestava no campo científico. Enquanto ecologistas utilizavam argumentos biocêntricos para justificar a proibição, a COPESBRA, por meio de representantes como Guilherme Rabay, alegava que esses discursos eram “emocionais e desprovidos de respaldo científico”. Em entrevista ao jornal O Norte (20 de agosto de 1985), Rabay afirmava que as alternativas

socioeconômicas propostas pelos ambientalistas eram impraticáveis, criticando a falta de estudos concretos que considerassem os impactos sobre as comunidades locais.

Os ecologistas, por sua vez, buscavam fortalecer sua posição com base em estudos internacionais que alertavam para os riscos de extinção das baleias e os impactos no equilíbrio ecológico global. Um grupo de 25 ecologistas, professores universitários e estudantes formalizou um protesto contra a prorrogação da caça às baleias, realizado durante o II Encontro Nordeste de Ecologia, em janeiro de 1981 (*O Norte*, 20 de janeiro de 1981). Esse evento refletia a crescente mobilização ambientalista na Paraíba, mas não abordava as condições de precariedade enfrentadas pelos trabalhadores da COPESBRA, nem se propunha a discutir soluções integradas que equilibrassem a preservação ambiental com a proteção social dos trabalhadores da COPESBRA. Embora conscientes dessas consequências, os ambientalistas priorizaram suas pautas de preservação, ignorando a necessidade de incluir os trabalhadores no processo, reflexo da polarização do discurso.

A disputa pelo discurso científico exemplifica essa polarização e como ambos os lados buscavam legitimar suas posições, mas frequentemente ignoravam as realidades materiais dos pescadores. Para os trabalhadores, a caça às baleias representava não apenas uma fonte de renda, mas também uma prática profundamente arraigada em sua identidade cultural e social. Contudo, o discurso ambientalista, ao vencer o debate político, priorizou a preservação dos cetáceos, sem apresentar soluções concretas para os impactos econômicos e sociais decorrentes da proibição. Parte dos pesquisadores especializados no assunto ainda recaem novamente sobre a retórica ambientalista:

É preciso, portanto, que o homem do século XXI tenha sensibilidade para perceber que, em meio à crise de valores que se alastra pela era da globalização, não é ético submeter criaturas sensíveis a torturas e padecimentos. A busca de um novo paradigma, de inspiração biocêntrica, pode ser uma alternativa **contra o materialismo desenfreado** que há séculos vem corrompendo e escravizando a humanidade em seus próprios descaminhos. Que o resgate do verdadeiro sentimento de amor à natureza e a todas as criaturas permita-nos a instauração de uma ética que celebre a solidariedade, a compaixão e, principalmente, o respeito pela singularidade da vida. (LEVAI & SOUZA, 2009, p. 289-290. Grifo nosso).

O problema dessa retórica ambientalista é seu caráter reducionista. Mais uma vez, os trabalhadores em protesto são apresentados pelo discurso acadêmico (historicamente aliado ao movimento ecologista) como um grupo a ser "educado" por mentes supostamente mais sensíveis às questões relacionadas aos animais. No entanto, onde está a sensibilidade em relação aos seres humanos? Embora a atividade baleeira estivesse profundamente enraizada na comunidade, o discurso ambientalista prevaleceu, resultando na proibição da caça aos

cetáceos. Contudo, é claro que a questão dos trabalhadores não foi adequadamente abordada, o que tem perpetuado esse debate até os dias de hoje.

É necessário, portanto, que seja aberto um espaço no meio acadêmico para considerar os anseios dessa comunidade, que persiste com a sensação de perda e sem receber nada em contrapartida. O discurso moralista frequentemente negligencia a materialidade ao desconsiderar as vivências concretas dos trabalhadores, relegando suas demandas a um plano secundário em nome de valores abstratos.

Esse apagamento é evidente na narrativa promovida tanto pelos ambientalistas quanto pela COPESBRA. De um lado, os ecologistas defendiam a proibição como uma “conquista do povo brasileiro”, ignorando as consequências socioeconômicas para a comunidade (*Correio da Paraíba*, 18 dez. 1987). Do outro, a COPESBRA utilizava discursos de dependência econômica para justificar a continuidade da caça. Guilherme Rabay, consultor jurídico da empresa, afirmava que “80% do orçamento do município de Lucena – PB dependem da COPESBRA” (*A União*, 5 jul. 1981), reforçando a ideia de que a baleação era indispensável, enquanto mascarava as condições exploratórias enfrentadas pelos trabalhadores.

O conceito de materialidade permite identificar as nuances na articulação discursiva promovida pela COPESBRA, que se posicionava como uma espécie de “salvadora” da população local, ocultando o caráter exploratório inerente ao modo de produção capitalista. Essa postura remete ao que Raoul Girardet descreve como o “mito do salvador”, em que figuras ou instituições se apresentam como redentoras diante de crises, legitimando-se enquanto mascaram relações de exploração. Segundo Girardet (1987, p. 67), “o salvador é chamado a proteger, a defender, mas também a conduzir; é ele quem indicará o caminho, oferecerá segurança e esperança”.

No caso da COPESBRA, essa narrativa era sustentada pela promessa de “boas remunerações” e pela ideia de que “80% do orçamento do município de Lucena – PB dependem da empresa”, como declarado por seu consultor jurídico, Guilherme Rabay. Essa retórica de dependência econômica, conforme o conceito do mito do salvador, posicionava a COPESBRA como a única responsável pela salvação econômica da comunidade, promovendo a ideia de uma “sociedade dependente” que não podia se imaginar sem a atividade baleeira. Ao criar a impressão de uma dependência irreversível, essa narrativa obscurecia alternativas viáveis, silenciava a possibilidade de mudanças e relegava as necessidades locais a um segundo plano.

Além disso, essa estratégia reforçava a adesão dos trabalhadores ao discurso empresarial, mascarando as condições precárias enfrentadas por eles, como jornadas de trabalho de até 18 horas e a falta de direitos trabalhistas para a maioria, contratada como

temporária. Nesse contexto, é imprescindível investigar até que ponto a adesão dos trabalhadores representava uma aceitação consciente do discurso da COPESBRA ou uma resposta condicionada pela precariedade material e pela ausência de alternativas econômicas reais.

Flávio Paiva, em relato sobre sua visita à Estação Baleeira de Costinha na década de 1980, descreve como a prática foi transformada em espetáculo turístico. Arquibancadas eram montadas para que visitantes assistissem à pesca enquanto consumiam carne de baleia e adquiriam souvenirs feitos de barbatanas (*Diário do Nordeste*, 2 ago. 2010). Esse cenário de mercantilização não apenas ocultava a precariedade do trabalho, mas também romantizava a baleação como atração cultural, desconsiderando os impactos reais sobre a força de trabalho local e a degradação ambiental.

O jornal *O Norte* (27 set. 1981) também registrou a visita festiva do governador Tarcísio Burity às instalações da COPESBRA, incluindo um churrasco de carne de baleia. Esses eventos reforçavam a centralidade simbólica da empresa, enquanto os relatos de jornadas de trabalho de até 18 horas diárias, denunciados por Moacyr Madruga (*Correio da Paraíba*, 3 jan. 1986), permaneciam à margem da discussão pública.

Além disso, a exportação de produtos derivados das baleias, como barbatanas e óleo, gerava cerca de US\$2 milhões anuais (*O Norte*, 21 out. 1985), perpetuando a narrativa de que a baleação era uma atividade econômica essencial. Contudo, a maioria dos trabalhadores era contratada como temporários, sem direitos trabalhistas garantidos, uma situação criticada por José Altino (*O Norte*, 24 set. 1985).

O discurso ambientalista, embora fundamentado na necessidade de preservação, foi frequentemente marcado por generalizações. Durante o II Encontro Nordestino de Ecologia, em 1981, ecologistas condenaram a prorrogação da baleação pelo presidente João Figueiredo, sem mencionar soluções práticas para as comunidades impactadas (*O Norte*, 20 jan. 1981). Enquanto isso, trabalhadores como Severino Freire das Neves, presidente do sindicato local, apontavam o desemprego iminente como “uma grande tragédia” (*Correio da Paraíba*, 18 dez. 1987), destacando a falta de alternativas viáveis para sua subsistência.

Propostas como o cultivo de algas marinhas, a pesca de atum e tubarão, e a industrialização da jojoba foram sugeridas por ambientalistas (*O Norte*, 12 jul. 1985). No entanto, essas alternativas careciam de planejamento estruturado. Guilherme Rabay as classificou como impraticáveis, ressaltando que “o custo de produção das algas marinhas era superior ao valor de mercado” (*O Norte*, 20 ago. 1985), por exemplo. Esse descompasso

evidenciava a falta de diálogo entre as propostas ambientalistas e a realidade socioeconômica local.

Conforme Wood (2001, p. 129) argumenta, “a abstração das relações sociais no capitalismo não elimina sua base material, mas sim a redefine em termos específicos de exploração econômica”. No caso de Lucena – PB, essa abstração contribuiu para que as demandas dos trabalhadores fossem relegadas a um plano secundário, obscurecidas pela polarização entre a preservação ambiental e a lógica exploratória da COPESBRA.

O debate polarizado sobre a baleação em Lucena – PB não apenas obscureceu as condições de vida dos trabalhadores, mas também revelou a incapacidade de se articular uma transição sustentável que contemplasse suas necessidades. A dependência econômica da baleação foi instrumentalizada pela COPESBRA, enquanto os ecologistas falharam em propor alternativas concretas. Como resultado, os trabalhadores foram invisibilizados em um conflito que deveria, em última instância, priorizar tanto a preservação ambiental quanto o desenvolvimento humano.

O embate entre ecologistas e a indústria da baleação não se limitou a um conflito ideológico, mas também contribuiu para a marginalização dos trabalhadores dessa atividade. Esse cenário evidencia um ponto crucial dessa interação: a negligência em relação às realidades locais e às comunidades diretamente impactadas. As considerações finais desta proposta visam explorar os efeitos dessa invisibilidade e abordar as implicações sociais e econômicas para os trabalhadores de Lucena – PB, destacando a importância de uma abordagem que integre de forma equilibrada as questões ambientais e as demandas sociais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Em síntese, a proteção das baleias é uma causa legítima e necessária, mas é crucial que as políticas ambientais sejam formuladas de maneira a considerar as necessidades e os direitos das comunidades humanas. A integração entre a conservação ambiental e o desenvolvimento das populações locais é essencial para alcançar um equilíbrio sustentável, que beneficie tanto a natureza quanto as pessoas que dela dependem. Portanto, a transição para a preservação ambiental deve ser acompanhada de estratégias que ofereçam alternativas viáveis para as comunidades afetadas, como a diversificação econômica e o fortalecimento de setores como o turismo. Somente por meio de um planejamento que leve em conta as dimensões sociais e ambientais será possível garantir a sustentabilidade a longo prazo, preservando a dignidade e o bem-estar humano.

Nesse contexto, é importante considerar como as representações e práticas políticas influenciam a opinião pública. O discurso sobre a preservação ambiental, embora legítimo, muitas vezes obscurece as realidades sociais e econômicas das comunidades locais, especialmente os trabalhadores. A defesa da preservação ambiental, quando tratada como uma "causa maior", pode desviar o foco das questões práticas que envolvem a sobrevivência dessas populações, colocando-as à margem de um processo que deveria ser inclusivo e abrangente. Esse processo, ao invisibilizar os trabalhadores, impõe transformações sem considerar suas necessidades reais.

Por fim, o caso de Lucena – PB e o debate sobre a baleação revelam as tensões entre forças políticas, econômicas e ambientais, evidenciando como a polarização entre os ambientalistas e o mercado baleeiro muitas vezes negligenciou as realidades das populações locais. A invisibilidade dos trabalhadores se tornou um subproduto dessa polarização, o que abre caminho para novas investigações sobre o impacto desse fenômeno na resiliência das comunidades diante das transformações políticas e econômicas.

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo apoio institucional, por meio da concessão de bolsa, tem sido fundamental para o desenvolvimento e a continuidade desta pesquisa. O incentivo à produção científica e à investigação crítica é, sem dúvida, um dos pilares que sustentam a construção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade social. Da mesma forma, agradeço — com especial afeto e profunda gratidão — à minha avó, Alba Villarim, cuja presença amorosa e dedicada em minha vida também tem me sustentado ao longo deste caminho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BARROS, José D'Assunção. **A nova história política e o diálogo com a história social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

CORREIO DA PARAÍBA. **Baleia: trabalhadores reagem contra a proibição**. João Pessoa, 18 dez. 1987. Geral, p. 7.

CORREIO DA PARAÍBA. MADRUGA, Moacyr. **Entrevista sobre condições de trabalho na COPESBRA**. João Pessoa, 3 jan. 1986. p. 8.

**COPESBRA já capturou seis baleias em apenas três dias**. A União, João Pessoa, 5 jul. 1981. p. 2.

DIÁRIO DO NORDESTE. PAIVA, Flávio. **Desventuras de Moby Dick**. Fortaleza, 2 ago. 2010. Caderno 3.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Ática, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-41.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental e saber ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEVAL, Laerte; SOUZA, Verônica Martins de. **Memórias de sangue: a história da caça à baleia no litoral paraibano**. Revista Brasileira de Direito Animal, v. 5, p. 269-292, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea**. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.

O NORTE. ALTINO, José. **As baleias agradecem**. João Pessoa, 24 set. 1985. p. 7.

O NORTE. **APAN lembra moratória de pesca**. João Pessoa, 12 jul. 1985. p. 3.

O NORTE. **Ecólogos firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia**. João Pessoa, 20 jan. 1981. p. 1.

O NORTE. **Exportação de barbatanas e óleo para o Japão**. João Pessoa, 21 out. 1985. p. 4.

O NORTE. **Governador visita a pesca da baleia**. João Pessoa, 27 set. 1981. p. 12.

O NORTE. RABAY, Guilherme. **Entrevista sobre custos das alternativas econômicas**. João Pessoa, 20 ago. 1985. p. 9.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A UNIÃO. RABAY, Guilherme. **Declaração sobre o orçamento de Lucena**. João Pessoa, 5 jul. 1981. p. 3.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo: uma visão mais ampla**. São Paulo: Boitempo, 2000.

# Capítulo IX

## REGIMES DE HISTORICIDADE E CULTURA HISTÓRICA NA IMPRENSA SOBRALENSE: *A LUCTA, O CORREIO DA SEMANA E A ORDEM* EM PERSPECTIVA

### REGIMES OF HISTORICITY AND HISTORICAL CULTURE IN THE SOBRAL PRESS: *A LUCTA, O CORREIO DA SEMANA* AND *A ORDEM* IN PERSPECTIVE

DOI: 10.51859/amplla.hch489.1126-9

Ana Elizabete Moreira de Farias

#### RESUMO

Este artigo investiga como o perfil dos jornais *A Lucta*, *O Correio da Semana* e *A Ordem*, publicados no Ceará nas primeiras décadas do século XX, atuaram como mediadores da cultura histórica e política do município de Sobral. Com base nos conceitos de regime de historicidade (Hartog, 2013) e estratos do tempo (Koselleck, 2014), busca-se compreender de que maneira esses perfis ajudaram a mobilizar o espaço de experiências em campo de disputa simbólica na esfera política e social. Parte-se do entendimento de que os periódicos não apenas informaram, mas construíram narrativas que selecionaram o que devia ser lembrado, projetando expectativas de futuro e reinterpretando acontecimentos pretéritos à luz das tensões do presente. Assim, os jornais analisados são tomados como agentes ativos na conformação da cultura histórica, contribuindo para a legitimação de projetos de poder e para a construção de identidades políticas regionais. A metodologia adotada envolve a análise historiográfica dos perfis desses impressos, observando a filiação política, a estrutura organizacional, os sentidos atribuídos à história e os embates narrativos entre os periódicos. O estudo revela que as disputas entre essas três publicações refletiam clivagens políticas locais e também formas distintas de apropriação do passado, com implicações diretas na formação da opinião pública e nas estratégias de afirmação de hegemonia no espaço público. Ao iluminar esses aspectos, o artigo contribui para o entendimento de como os perfis dos jornais interagem, em termos de tempo histórico e cultura política no contexto da Primeira República em Sobral.

**Palavras-chave:** Cultura Histórica; História de Sobral; Imprensa Periódica.

#### ABSTRACT

This article investigates how the profiles of the newspapers *A Lucta*, *O Correio da Semana*, and *A Ordem*, published in Ceará in the early decades of the twentieth century, functioned as mediators of the historical and political culture of the municipality of Sobral. Drawing on the concepts of the regime of historicity (Hartog, 2013) and the layers of time (Koselleck, 2014), the study seeks to understand how these profiles helped mobilize the space of experience within a field of symbolic contestation in the political and social sphere. It proceeds from the understanding that the periodicals not only informed but also constructed narratives that selected what ought to be remembered, projected expectations about the future, and reinterpreted past events in light of present tensions. Thus, the newspapers analyzed are treated as active agents in shaping historical culture, contributing to the legitimation of

projects of power and to the construction of regional political identities. The methodology adopted involves a historiographical analysis of the profiles of these print outlets, observing their political affiliation, organizational structure, the meanings ascribed to history, and the narrative clashes among the periodicals. The study reveals that the disputes among these three publications reflected local political cleavages as well as distinct ways of appropriating the past, with direct implications for the formation of public opinion and for strategies of asserting hegemony in the public sphere. By illuminating these aspects, the article contributes to understanding how the newspapers' profiles interacted, in terms of historical time and political culture, in the context of the First Republic in Sobral.

**Keywords:** Historical Culture; History of Sobral; Periodical Press.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Este capítulo tem por objeto de estudo o perfil de jornais sobralenses no início do século XX. Para tanto, analisamos à luz da cultura histórica, como os jornais *A Lucta*, *Correio da Semana* e *A Ordem* construíram um perfil político ao longo de sua atuação na cidade de Sobral, estado do Ceará.

O interesse pela problematização desses perfis cresceu pelo fato de que, ao longo do contato com os jornais, percebemos que existiu uma tensão política circulando por meio das narrativas presentes nesses periódicos. Isso evidenciou o que Reinhart Koselleck (2014) já abordou teoricamente acerca dos estratos do tempo, na medida dos espaços de experiência e dos horizontes de expectativas, ao longo dos diferentes regimes de historicidade (Hartog, 2013), ou seja, daquilo que o homem constitui no tempo vivido. Com isso, percebemos que essas relações constituídas não eram uniformes, muito menos estáveis e os periódicos, através de suas narrativas, conseguem demonstrar como elas se transformaram ao longo do tempo e modularam não apenas as relações, mas a cultura histórica de Sobral nas duas primeiras décadas do século passado.

Essa imprensa local atuava como mediadora de conflitos locais, de organização municipal e, até mesmo, de demandas e partidos políticos. Por isso, ela salta aos nossos olhos como um espaço de construção e de disputas que, muitas vezes, extrapolou os limites de suas instituições mantenedoras, como foi o caso do *Correio da Semana*, que se inseriu em um campo de tensões partidárias e elegeu uma dinâmica “combativa” a tudo aquilo que não fosse do interesse da Igreja Católica.

Nesse sentido, este artigo propõe investigar como o perfil desses três periódicos sobralenses, possibilitou a formação de um cenário em que se produziram narrativas históricas em disputa. Com vinculações à diferentes segmentos ideológicos, eles desempenharam um papel significativo na mediação e construção de sentidos históricos. A metodologia se ancora na análise historiográfica e na história dos conceitos, observando as categorias que estruturam

o perfil jornalístico e os usos do passado no debate público. Com isso, pretende-se contribuir para o entendimento das formas como a imprensa regional participou da construção da cultura histórica e política, situando-se como agente ativo na disputa pelos significados do passado e do presente.

## 2. O REGIME DE HISTORICIDADE E OS ESTRATOS DO TEMPO COMO FORMADORES DE CULTURAS HISTÓRICAS

---

O tempo histórico não é apenas uma sucessão cronológica de fatos: ele é também uma construção cultural, social e política, que organiza a forma como os indivíduos e as coletividades vivem, sentem e pensam a sua relação entre o passado, o presente e o futuro. Relação que permeia os vários aspectos da vida em sociedade, que se entrelaçam nas dinâmicas e nas percepções desse mesmo tempo. Tanto François Hartog quanto Reinhart Koselleck propõem conceitos que nos ajudam a compreender essa construção, essa tecitura vívida da história, enfatizando aspectos diferentes, mas que podem dialogar e se complementar no fazer historiográfico.

À luz do conceito de *regime de historicidade*, elaborado por Hartog (2013), a tarefa do historiador não se resume apenas a narrar ou a interpretar o passado, mediante os “vestígios” que chegam até nosso no presente. No seu empreendimento historiográfico, ao historiador cabe a tarefa de possibilitar novas formas de relação/percepção do tempo histórico, ajudando - a si e ao leitor - a tomar consciência do tempo em que vivi. Para o Hartog (2013), todo grupo social organiza sua experiência do tempo a partir de um regime de historicidade, isto é, de um modo específico de articulação dos tempos - passado, presente e futuro.

Para autor, no regime moderno a ideia de “progresso” se sobrepõe, “revelando” o passado como superado, o presente como transitório e o futuro como esboço de horizonte(s) de expectativa(s)<sup>1</sup>. Já no que ele chama de presenteísmo, característica do nosso tempo contemporâneo, o presente se hipertrofia<sup>2</sup>, tornando-se o eixo central das experiências e das expectativas; o futuro se obscurece e o passado é frequentemente consumido como memória, patrimônio ou espetáculo.

---

<sup>1</sup> Apesar de ser conceito de Koselleck, é viável trabalhar na perspectiva de aproximação com o conceito de Regime de Historicidade. E ao usar no plural, partimos do entendimento de que as experiências e expectativas são múltiplas. Em uma palavra, plurais.

<sup>2</sup> No presenteísmo, a hipertrofia se apresenta como o presente sendo excessivamente dominante, preenchendo e ocupando todo o campo da experiência temporal, “como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (Koselleck, 2015, p. 15).

Neste contexto, Hartog (2013, p. 11) questiona: “O que o historiador pode propor?” para entender o tempo. Para tanto, ele oferece algumas possibilidades importantes para serem pensadas. Em primeiro lugar, o autor propõe uma reflexão crítica sobre o nosso regime de historicidade, ajudando-nos a perceber como estamos presos a um presente contínuo que dificulta imaginar alternativas e futuros possíveis. Essa consciência histórica é fundamental para não naturalizarmos as formas atuais de pensar o tempo, além de proporcionar maneiras de reabrir a imaginação para outras temporalidades possíveis na investigação e na pesquisa historiográfica. A partir dessas inquietações é que o *métier* pode se apropriar dos encontros das temporalidades.

Em segundo lugar, o historiador pode propor outras narrativas e outras conexões entre os tempos, revelando que nem tudo no passado foi superado ou encerrado, mostrando que há continuidades e possibilidades esquecidas que podem ser reativadas, revisitadas. Ele pode nos lembrar que o futuro não está determinado e que o presente não é inevitável, mas que é resultado de escolhas e conflitos históricos. Por fim, o historiador viabiliza também uma atitude ética e política diante do tempo, sugerindo modos de responsabilidade com o passado (por exemplo, em relação à memória de vítimas e injustiças), com o presente (para compreender criticamente as crises atuais e suas conjunturas) e com o futuro (para imaginar saídas e alternativas diante das ameaças que nos cercam diariamente). Nas palavras do autor, “ele [**o historiador**] pode convidar a um desprendimento do presente” a partir de um distanciamento, mediante a variedade de formas de experienciar o tempo, criando e formulando hipóteses as mais diversas (Hartog, 2013, p. 11, grifo nosso).

Assim, à luz do regime de historicidade, o historiador não é apenas um “guardião” do passado, muito menos um mero cronista do presente: ele é um *propositor de sentidos*, alternativas, problematizações, questionamentos e possibilidades de imaginar o tempo de outra maneira. Num tempo dominado pelo imediatismo e pelo medo do futuro, ele pode ser, como sugere Hartog (2013), alguém que nos ajuda a reconstruir horizontes e a pensar nossa condição temporal com mais liberdade, compreensão e *responsabilidade*. Cabe a ele procurar explicações para as inquietações e rastrear pistas deixadas pelo passado. Em outras palavras, investigar a historicidade do ontem por meio de uma narrativa histórica e de uma problematização historiográfica, que permita entrever os “estratos do tempo” que se sobrepõem e se entrelaçam.

Assim, o *regime de historicidade* de Hartog (2013) sugere que o modo como uma sociedade se relaciona com o tempo pode influenciar diretamente a forma como ela constrói e entende sua história. Enquanto descreve a maneira hegemônica de vivenciar o tempo em um

dados período histórico, o autor nos permite aproximações com os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* de Koselleck, auxiliando na compreensão das forças internas que moldam essa vivência com o tempo.

Segundo Rodrigues (2022), é inegável a aproximação das categorias de análise historiográfica de Hartog e Koselleck, principalmente quando se dedicam a reflexão histórica do tempo, suas relações entre o passado e o futuro. No entanto, tais aproximações esbarram na hipótese do “presenteísmo” de Hartog, duramente criticado por Koselleck, como fazendo parte de uma certa “onda de memorialismo<sup>3</sup>”.

Ao elaborar as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, Koselleck (2014) mostrou como, a partir da modernidade, se expandiu o conflito entre um passado herdado (experiência) e um futuro imaginado (expectativa), abrindo uma *brecha* temporal que caracterizou o tempo moderno como tempo de mudança, de progresso, de deslocamento e de *ruptura*. Assim, passado e futuro poderiam ser pensados a partir de três eixos: 1- atos intencionais vinculados as reflexões e elaborações conscientes dos diversos atores sociais; 2- horizontes e expectativas como desdobramentos “secundários” das estruturas temporais de consciência; e, 3- passado e futuro como acúmulo dos processos de elaboração da estrutura temporal (Rodrigues, 2022).

Esses eixos não podem ser analisados de forma isolada, mas devem ser entendidos como processo simultâneo de criação e recriação de consciências históricas situadas nos “estratos do tempo”. Nas palavras de Koselleck (2014, p. 9): “rementem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. Graças aos “estratos do tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo”.

Efetivamente, significa reconhecer que as práticas culturais, as instituições, as mentalidades e as expectativas históricas possuem ritmos próprios de transformação. Por exemplo, numa mesma sociedade podemos encontrar costumes herdados de séculos anteriores convivendo com tecnologias de ponta do tempo presente; valores tradicionais coexistindo com demandas contemporâneas por direitos e mudanças sociais. Tais convivências de temporalidades díspares possibilitam entrever a complexidade da história e a densidade do

---

<sup>3</sup> Palavras de Koselleck, citadas por Rodrigues (2022, p. 10-11). Ao nosso ver, essa “onda memorialista” pode ser interpretada não como sinal da “supremacia” do presente sobre todas as demais temporalidades, mas como um sintoma de um conflito temporal: passado traumático *versus* supressão completa do passado/trauma. Esse capítulo, não pretende desenvolver essa ideia, mas entendemos que essa discussão pode ser oportuna para a historiografia.

tempo vivido, que extrapola a perspectiva de uma historiografia linear e abruptamente objetiva que tenta imputar sentido “único” à história.

Ao utilizarmos as abordagens de Hartog (2013) e Koselleck (2014), vislumbramos as possibilidades de trabalhar o regime de historicidade como uma configuração global, mas sem perder de vista os impactos na forma de organizar e hierarquizar as relações entre experiência e expectativa em determinados tempos e lugares – por exemplo: Sobral/CE no início do século XX. Já a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativas fornece a microdinâmica interna<sup>4</sup> dessa configuração – nesse caso específico, as narrativas em disputas nos jornais que proporcionaram entender as conformações entre cultura histórica e culturas políticas.

Assim, podemos dizer que os conceitos dos dois autores se complementam: enquanto o regime de historicidade descreve a forma hegemônica de vivenciar o tempo em um dado período histórico, os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativas ajudam a entender as forças internas que moldam a sociedade e as suas percepções e interações provenientes dos conflitos e tensões vivenciados pelos sujeitos históricos. Ou seja, os regimes de historicidade são, em certo sentido, expressões históricas específicas das relações dos agentes e os entendimentos entre experiência/cotidiano e expectativa/projeção.

A articulação dos dois conceitos ajuda o historiador a refletir sobre “o que mudou” no tempo histórico, além de questionar o “como” os sujeitos perceberam e projetaram essas mudanças. Aprofundar estes questionamentos sobre a experiência histórica implica, necessariamente, problematizar a forma como os sujeitos, em diferentes épocas, se posicionaram diante do tempo. Que expectativas tinham para o futuro? Como interpretavam e utilizavam o passado? Essas perguntas não apenas abrem caminhos para compreender as ações e decisões individuais e coletivas, mas também evidenciam a complexidade da consciência histórica, em outras palavras, a maneira como as sociedades organizam, narram e atribuem sentido às suas experiências temporais.

Ao questionar “o que os sujeitos históricos esperavam do futuro?”, podemos utilizar diretamente o conceito de horizonte de expectativa de Koselleck - as projeções possíveis a partir do entendimento dos agentes. Por sua vez, ao interrogar “como interpretavam o passado?”, o historiador se serve do conceito de espaço de experiência, entendido como o repertório de memórias, tradições e aprendizados que cada sociedade “herda” e sobre o qual

---

<sup>4</sup> Não podemos perder de vista que mesmo nas microdinâmicas, os fatores externos influenciam - direta e indiretamente - a dinâmica interna. Afinal, nenhuma realidade está completamente isolada de seu contexto mais amplo. As decisões políticas, as mudanças econômicas, as transformações culturais ou até os fenômenos globais repercutem nessas pequenas escalas, moldando possibilidades de ação, impondo limites ou oferecendo novas oportunidades.

se apoia para agir ou não nas mais diversas situações do cotidiano das ações. Esses dois pólos - experiência e expectativa - nunca se encontram perfeitamente alinhados: há entre eles uma tensão criativa que alimenta e retroalimenta os processos históricos e viabilizam inúmeras possibilidades de trajetos.

A essa tensão se soma uma mediação fundamental: os meios de comunicação. Assim, ao questionar “como esse passado se apresentava nos meios de comunicação, especialmente nos jornais?”, é possível perceber que o passado não existe apenas como “fato”, como “verdade” e/ou memória, mas como *narrativa* veiculada, selecionada e enquadrada por diferentes agentes sociais. Os jornais não só informam sobre acontecimentos passados, mas também os interpretam, os atualizam e os inscrevem em disputas de sentido, muitas vezes, orientadas pelas expectativas do presente (Barbosa, 2007).

Os periódicos constituem, portanto, um elemento fundamental da cultura histórica, pois neles operam escolhas sobre quais acontecimentos/notícias devem ser lembrados e quais relegados ao esquecimento. Eles também contribuem para moldar a percepção do passado entre amplos setores da sociedade. Assim, parafraseando Morel e Barros (2003), trata-se de compreendê-los como uma força ativa, e não apenas como simples instrumentos de registro dos acontecimentos. Essa perspectiva nos instiga a refletir sobre o conceito de *cultura histórica*, ao evidenciar como a sociedade mobilizava diferentes camadas temporais, elaborava narrativas e memórias, e enfrentava as tensões entre essas temporalidades, buscando, por vezes *conciliação* e, em outros momentos, *ruptura*.

### 3. JORNAIS COMO MEDIADORES DA CULTURA HISTÓRICA E POLÍTICA

---

*“Uma cidade sem jornal é como a fonte sem água”*  
(Antônio Bezerra)

A produção impressa, ao relatar e interpretar os eventos, não apenas informa a sociedade, mas também desempenha um papel ativo na construção e disseminação da cultura histórica. Por meio de suas escolhas editoriais, das suas linguagens e dos enquadramentos, os jornais organizam a memória coletiva e ajudam a definir o que é digno de ser lembrado ou esquecido, reforçando ou questionando determinadas interpretações do passado/presente (Barbosa, 2020).

Essa atuação é especialmente visível quando se analisa como os jornais moldam discursos sobre cidadania, direitos e deveres. Nas suas páginas, podemos vislumbrar conceitos como “bom cidadão”, “direitos do povo” e “responsabilidades civis” sendo constantemente

usados para reforçar, reconfigurar ou contestar a profusão de informações/notícias veiculadas. Em certa medida, eles vão moldando a percepção pública sobre o que se espera dos indivíduos e do Estado. Ou seja, esses discursos são carregados de significados, mas que nas palavras de Barbosa (2007, p. 13), estão imersos “num grau de consciência histórica que foi sendo construído pelos sujeitos que ‘vivem sua própria história’”.

Em contextos de grande tensão social ou política, os jornais muitas vezes assumem uma narrativa que instiga as divisões, por exemplo, ao enfatizar conflitos, atribuindo “culpas” ou promovendo certos candidatos e partidos em detrimento de outros. Há também momentos em que os periódicos buscam uma narrativa conciliadora, apelando para a unidade nacional, para o “bem comum”, para a moderação e para a estabilidade. Nesse processo, fica visível que essas narrativas também são cruciais para a divulgação de programas de partidos, críticas à governos e registro de manifestações sociais, servindo como arena para a exposição de projetos políticos, denúncias e demandas populares. É nesse cenário de conflito e tensão, que “muitos dos valores, premissas, construções imaginárias que ainda hoje frequentam o mundo do jornalismo foram construídos” (Barbosa 2007, p. 16).

Ao estruturar debates e disputas políticas, a imprensa passa a desempenhar um papel ambíguo: ora reforça hegemonias, uma vez que legitima governos ou elites dominantes; ora oferece espaço para dissidências, dando visibilidade a movimentos de oposição ou minorias políticas. Contudo, é importante reconhecer que os jornais não são espaços completamente autônomos. Sua atuação está condicionada por fatores econômicos e por sua própria necessidade de sobrevivência financeira<sup>5</sup>, o que os torna muitas vezes dependentes de terceiros – sejam anunciantes privados, partidos políticos, governos ou grupos econômicos – que em muitas ocasiões recorrem aos jornais para demonstrar descontentamentos e/ou opiniões que divergem dos direcionamentos dados pelo corpo editorial.

Nas palavras de Barbosa (2007, p. 24), “temporalidade ou a inscrição das atividades humanas na duração é a forma como os homens apreendem e dão significado ao tempo. O presente ou o passado ganham múltiplas significações em função da qualidade que lhe atribuímos”. Ao articular passado, presente e futuro, os jornais recorrem frequentemente as narrativas históricas para justificar ações políticas contemporâneas, seja por meio de editoriais

---

<sup>5</sup> Muitas matérias e notícias publicadas eram (e continuam sendo) pagas ou patrocinadas, o que limita a liberdade editorial e orienta as narrativas para atender aos interesses de quem financia, o que acaba, muitas vezes, refletindo as relações econômicas e de poder que sustentam materialmente a imprensa e condicionam suas escolhas editoriais.

que evocam conquistas passadas para legitimar governos atuais, seja ao denunciar repetição de erros históricos para criticar determinadas políticas ou regimes.

Por fim, a atuação dos impressos como mediadora da cultura histórica e das culturas políticas evidencia seu poder de moldar a memória coletiva, ao tempo que “informa” a opinião pública. Ela pode ativar memórias seletivas ou promover esquecimentos estratégicos, construindo versões do passado que atendam a objetivos políticos específicos<sup>6</sup>. Esse poder de organizar o tempo – trazendo à tona episódios do passado, narrando o presente e projetando futuros desejáveis ou temidos – torna os jornais não apenas instrumentos de informação, mas também agentes ativos na construção da história política e na disputa por sentidos políticos.

A relação entre cultura histórica e culturas políticas nos periódicos pode ser vista como uma construção constante que reflete o momento histórico vivido. Nesse sentido, no próximo tópico traremos um breve perfil dos periódicos que serão pesquisados durante o doutorado. Esperamos mostrar a riqueza das possibilidades de pesquisa que essas fontes permitem, além de problematizar sua relação direta com o momento histórico no qual estão inseridos – início do século XX na cidade de Sobral/CE.

#### **4. A LUCTA, CORREIO DA SEMANA E A ORDEM: NARRATIVAS EM DISPUTAS**

---

“Escrever a história do jornalismo, no Ceará, seria trabalho insano se fosse dado a quem dela se ocupasse desbravar terreno não conquistado” (Euzébio de Souza).

O trecho acima foi retirado da Revista do Instituto do Ceará. Publicado em 1919, o texto de Euzébio de Souza tenta apresentar um diagnóstico “crítico” da imprensa cearense no início do século XX, ressaltando, entre outras coisas, o caráter ainda incipiente, vulnerável às paixões partidárias e como sendo dependente de maior apoio do público. No artigo, o autor ressalta a necessidade de profissionalização, de moralização e de valorização da imprensa como instrumento de educação, debate público e desenvolvimento social e político.

Vale ressaltar que esse é o período de consolidação da imprensa (segunda metade da década de 1910) como empresa capitalista, isto é, a venda é necessária para a manutenção e sobrevivência das folhas (Barbosa, 2007). Essa preocupação se sustenta também diante do seguinte fato: Souza (1919) era um jornalista atuando em um momento de consolidação da

---

<sup>6</sup> Todo texto se destina a um leitor, mas como esse texto (recepção) é lido (interpretação) e em quais circunstâncias, notoriamente fazem diferença na prática da leitura. No entanto, não é nosso interesse fazer essa discussão, mas há uma gama de trabalhos que discutem a relação entre leitores e leitura.

profissão. Sua fala, portanto, é ancorada na defesa de seu trabalho, na preocupação com a sua expansão e na receptividade junto aos leitores.

Ainda que não sirva de base para a futura caracterização dos jornais, o artigo oferece aportes importantes sobre a imprensa do interior cearense, sobretudo quanto aos dados estatísticos da primeira década do século XX. A esse respeito, vejamos alguns dados disponibilizados por Euzébio Souza:

**Quadro 1:** Estatística de jornais por localidade no Estado do Ceará no ano de 1918.

Cidade	Número de jornais
Fortaleza	24
Sobral	6
Aracati	4
Crato	3
Camocin	4
Baturité	2
Ipú	2
Quixadá	1
Massapé	1
Canindé	1
Jardim	1
<b>Total</b>	<b>49</b>

**Fonte:** adaptado de Souza (1919).

O quadro nos permite algumas observações e hipóteses interessantes sobre a distribuição dos jornais pelo território cearense. Fortaleza, enquanto capital do Estado, principal centro político, econômico e cultural concentra o maior número de periódicos, quase metade do montante em circulação no final da década de 1910. Essa realidade talvez esteja associada ao maior número de letrados e público consumidor de jornais; ao falta das tipografias e infraestrutura para impressão estarem localizadas naquele espaço; e, por consequência, uma maior circulação de ideias e debates políticos. Essa centralização de Fortaleza pode refletir tanto a desigualdade regional em termos de recursos e instrução, quanto a importância política da capital no comando das narrativas políticas<sup>7</sup> do Estado (Barbosa; Lima, 2008).

No caso de Sobral (6), Aracati (4), Crato (3) e Camocin (4) – 17 periódicos – nos possibilita pensar a relevância dessas cidades como centros regionais estratégicos para a

<sup>7</sup> Hipótese que não temos como desenvolver, mas que impulsiona pensar como se dava essa mesma situação em outras localidades do país, sempre correlacionando as capitais e os “interiores”.

difusão das ideias políticas no interior do Estado. A cidade de Sobral era importante polo econômico e político do norte cearense, com elites locais engajadas na produção de opinião e disputa política. Já Aracati, antigo centro comercial, aparece ainda com influência cultural no contexto de início do século XX. Na mesma linha, aparece Camocim, cidade portuária, ligada ao comércio e com alguma mobilidade social e econômica, que estimulava a circulação de notícias (Farias, 2015; Barbosa; Lima, 2008).

Apesar de sua distância em relação à capital, na região do Cariri, a cidade do Crato (3) se afirmava como um polo de resistência cultural e política, muitas vezes em oposição ao centralismo de Fortaleza. Reconhecida por sua relevância como centro religioso, educacional e cultural, a presença de seminários, colégios e de uma elite letrada no Cariri favoreceu a criação de um ambiente propício à circulação de ideias<sup>8</sup>.

A partir dessas ponderações, é possível evidenciar, por um lado, uma forte concentração dos periódicos em algumas cidades, além de ressaltar as disparidades socioeconômicas e culturais existentes no interior do Estado. Por outro lado, nos permite visualizar, mesmo de que forma incipiente, a vitalidade das elites locais em fazer valer sua voz no espaço público. Nesse contexto, a imprensa funcionava como uma ferramenta de cidadania – ainda que restrita às elites –, servindo tanto para sustentar, quanto para desafiar o poder estabelecido (sempre em estreita ligação com as mudanças políticas em âmbito estadual e nacional).

No que tange à Sobral, foco da nossa análise, Souza (1919) transcorre com mais detalhes, mostrando ao leitor os motivos que deveriam orgulhar os cearenses e ao mesmo tempo servir de exemplo para o jornalismo do Estado.

Sobral orgulha-se de ser a terra onde vê a luz da publicidade o jornal mais antigo do Estado, com o desaparecimento do Unitario de propriedade e direção do coronel João Brigido. Trata-se d'O Rebate, semanario independente que entrou no 12º anno de existencia, tendo como director e proprietario uma das mais raras entibraturas jornalísticas, o sr. Vicente Loyola (Souza, 1919, p. 31).

A existência de um periódico longo era interpretada como um símbolo de progresso, modernidade e cultura para a cidade. Nas palavras de Santos (2021, p. 11) “tudo isso evidencia que os impressos estabelecem novas relações sociais na vida dos cidadãos, proporcionando a circulação de novas redes de comunicações no sertão”. Além disso, a fala de Euzébio reforça a valorização do papel pessoal dos editores e proprietários como figuras centrais na produção e sustentação da imprensa local. Essa personificação da história dos periódicos era frequente,

---

<sup>8</sup> No artigo “Ainda não podemos aventurar uma proposição segura a respeito da crise eleitoral?: experiências e expectativas políticas no jornal O Araripe (1856)” Silva e Farias (2024), mostram a influência do jornal O Araripe como mobilizador do “despertar político” da população do Crato. Mesmo estando localizado em uma temporalidade diferente, o artigo favorece o entendimento do jornal como espaço de disputa política.

porque os jornais dependiam fortemente da reputação, dos recursos e das redes de sociabilidades dos seus dirigentes.

Dando continuidade a sua explanação, Souza (1918) perfila os periódicos sobralenses da época: “Seguem-se ao Rebate, A Lucta, À Ordem, e o Correio da Semana, este ultimo catholico, órgão da diocese local, e nos quaes figuram as pennas de Deolindo Barretto, padre José de Lima, Leopoldo Fernandes, N. Craveiro e Craveiro Filho” (Souza, 1919, p. 31).

Conforme nos lembra Barbosa e Lima (2008), a imprensa do Ceará, mesmo em localidades do interior, reproduzia e adaptava discursos “modernos” que associavam jornalismo a civilização, moralidade e progresso. Porém, essa mesma imprensa também operava por meio de representações estratégicas, muitas vezes abstratas, do povo, disputando simbolicamente a liderança dessa “causa popular”. Assim, o jornalismo era ao mesmo tempo um espaço de mediação cultural, um instrumento de hegemonia das elites letradas e um palco para a construção de identidades coletivas, ainda que seletivas.

Haja visto a sua capacidade de atuação na construção de memórias individuais e, também, coletivas, na circulação de ideias e projetos, e nas incessantes disputas travadas nas suas páginas, passaremos agora a traçar um perfil inicial dos periódicos sobralenses na temporalidade de 1914 até 1918, numa tentativa de esboço para mostrar o meio em que eles aparecem, quem são seus proprietários, onde são impressos e quais as possíveis filiações políticas, entre outros elementos que corroboram com a operação historiográfica a partir do uso dos jornais.

#### **4.1. Um esboço de metodologia: os periódicos *A Lucta, A Ordem e Correio da Semana***

Para compreender um periódico em seu contexto histórico, alguns elementos são fundamentais: reunir informações básicas sobre sua identidade e funcionamento, identificando o nome completo do periódico, bem como o local de publicação, especificando a cidade e o estado. É igualmente relevante registrar as datas de início e, quando possível, de encerramento de sua circulação, além de indicar sua periodicidade – se diário, semanal, quinzenal ou mensal (Peixoto, 2017).

Nesse percurso, é essencial relatar os aspectos materiais do jornal, destacando seu formato físico – dimensões, número de páginas, qualidade do papel – e se apresentava ou não ilustrações. Outro ponto importante é a linha política, seja declarada no próprio jornal ou inferida a partir dos textos – republicana, conservadora, católica, socialista, independente. É

necessário investigar se o periódico era afiliado a algum partido político, grupo social, associação ou igreja e se, no primeiro número, publicou um artigo-programa que explicitasse suas posições e objetivos (Peixoto, 2017).

Conforme salientado por Peixoto (2017), é pertinente, ao longo da pesquisa, ter em mente se houve mudanças na linha editorial ao longo do tempo, identificando as razões dessas alterações e como elas aparecem no decorrer dos números. Também se deve levantar informações sobre os donos, diretores e editores, verificando se eram políticos, intelectuais, empresários ou religiosos, assim como sobre os principais articulistas, notando se eram figuras conhecidas da vida pública.

Quanto ao conteúdo, é importante mapear os tipos de textos publicados – notícias locais, nacionais ou internacionais, crônicas, poesias, anúncios – e verificar se havia espaço para folhetins literários ou culturais (Bulhões, 2007). Vale mencionar ainda as seções fixas, como editoriais, cartas ao leitor, humor, esporte, entre outras, e se o periódico utilizava apenas texto ou também fazia uso de fotografias. Identificar a localização dessas seções – meio ou final da página?

Além disso, a análise deve considerar também o público-alvo pretendido pelos periódicos: elites letradas, trabalhadores, comunidade religiosa? Procurar informações que possibilitem a estimativa da tiragem, buscando refletir sobre a acessibilidade, observando o preço e se o jornal era compatível com o poder aquisitivo da população. Por fim, é necessário indicar a forma de circulação: por assinatura, venda em bancas, distribuição gratuita ou outras modalidades.

Esse conjunto de questões ajuda a delinear a identidade, o alcance social e o papel cultural e político do periódico em seu tempo e lugar. Vale ressaltar, que outros aspectos podem ser analisados mediante o amadurecimento da pesquisa e seus objetivos. No caso específico desse capítulo, traremos alguns dados iniciais que serão analisados durante o processo de pesquisa e escrita histórica, mediante o desenvolvimento da pesquisa e escrita da tese.

Por isso, de forma ainda muito embrionária, a tabela abaixo traz algumas informações já coletadas das fontes que serão mais bem trabalhadas durante o percurso da pesquisa doutoral.

**Quadro 2:** Características dos periódicos: *A Lucta*, *A Ordem* e *Correio da Semana*

1- Nome completo do periódico;	<i>A Lucta</i>	<i>A Ordem</i>	<i>Correio da Semana</i>
2- Subtítulo	-	Trabalho e Justiça <sup>9</sup> .	Orgão Católico da Diocese de Sobral-CE.
3- Local de publicação;	Sobral-CE.	Sobral-CE.	Sobral-CE.
4- Datas de início/encerramento;	1914/1922	-	1918/atualmente
5- Periodicidade;	Semanal.	Alternava entre semanal e quinzenal.	Semanal.
6- Formato físico (dimensões, número de páginas, presença ou não de ilustrações).	42 x 33.	39 x 29.	44 x 31.
7- Linha política declarada	Democrata.	Conservador.	Orientação católica.
8- Afiliado a algum partido, grupo social, associação ou igreja	Sem tutela partidária <sup>10</sup> .	Partido Republicano Conservador Cearense.	Sem tutela partidária.
9- Quem eram os donos, diretores e editores? (políticos, intelectuais, empresários, padres?)	Direção e propriedade de Deolindo Barreto Lima.	Direção de Plínio Pompeu.	Direção do Padre José de Lima Ferreira; Redação do Padre Leopoldo Fernandes
10- Tipos de textos	notícias locais, nacionais, internacionais, crônicas, poesia, anúncios.	notícias locais, nacionais, internacionais, crônicas, poesia, anúncios.	Matérias religiosas <sup>11</sup>

**Fonte:** organizado pela autora.

Os dados apresentados no quadro 2 representam impressões iniciais, resultantes das primeiras leituras e aproximações com as fontes da pesquisa. Trata-se, portanto, de um ponto de partida provisório, passível de revisão e aprofundamento à medida que o diálogo com as fontes e a historiografia avance. É importante destacar que muitas das categorias utilizadas – como “democrático” ou “conservador” – exigem problematização, uma vez que são termos extraídos dos próprios jornais, e como tal, não devem ser tomados como expressões literais ou universais de posicionamento político, mas sim compreendidos como construções discursivas situadas em contextos históricos específicos.

<sup>9</sup> Ao longo da existência do jornal, o subtítulo muda algumas vezes. Mas para fins desse artigo e da temporalidade que inicialmente foi pesquisa, optamos pelo “Trabalho e Justiça”.

<sup>10</sup> Essa informação foi retirada na carta programa da primeira edição do jornal, mas ao longo da sua trajetória, o jornal vai gradualmente se identificando com as propostas “democráticas”.

<sup>11</sup> Na carta programa da primeira edição, o *Correio da Semana* coloca as diretrizes das matérias que serão veiculadas, sempre chamando atenção para os princípios da fé católica, tendo como tripé “Religião, Pátria e Família”. Mas, em análise posterior, será possível averiguar espaço para notícias locais, em especial nos anos de eleição, quando das “querelas” entre os jornais, em especial *A Lucta*.

Nesse sentido, tanto os conceitos mobilizados nas narrativas impressas quanto os próprios jornais – com seus editores, jornalistas e redatores – devem ser tratados criticamente como fontes históricas, pois expressam visões de mundo, disputas simbólicas e posicionamentos político-ideológicos que precisam ser interrogados à luz das categorias da historiografia. O uso acrítico desses termos pode gerar leituras anacrônicas ou reproduzir discursos vinculados a interesses de grupos específicos.

Assim, parafraseando Pesavento (2008), mais do que categorizações fixas, as fontes históricas devem ser lidas como indícios que convidam à investigação sobre os sentidos atribuídos à linguagem política nos jornais, considerando suas apropriações, usos e disputas dentro de uma cultura política em constante transformação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A articulação entre cultura histórica, cultura política, jornais e narrativa histórica é fundamental para entender como as sociedades atualizam e disputam sua história e sua noção de historicidade. Utilizando as contribuições teóricas de Hartog (2015), especialmente seu conceito de regime de historicidade, e de Koselleck (2014), com sua análise sobre o par dialético entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, foi possível delinear, ainda que de forma introdutória, como os periódicos não apenas relatam acontecimentos, mas operam ativamente na construção das representações do tempo social.

Os jornais, enquanto fontes e agentes históricos, integram as lógicas de seleção, silenciamento e ênfase que constituem o tecido da cultura histórica, funcionando como instrumentos por meio dos quais o passado é reconfigurado à luz das demandas do presente. Não se trata, portanto, de veículos neutros de informação, mas de espaços de disputa simbólica em que elites políticas, intelectuais e religiosas constroem legitimidades, autorizam discursos e moldam imaginários coletivos. Nesse processo, os periódicos produzem sentidos sobre a história local e nacional, ao mesmo tempo em que participam da estruturação de uma cultura política marcada pela seletividade e/ou tensionamento das narrativas.

A inserção dos jornais no campo das reflexões sobre a historicidade permite observar como determinados sujeitos mobilizavam o passado – por meio da linguagem, das categorias políticas, de cronologias e de imagens do tempo – para ancorar agendas no presente, projetar horizontes de expectativa e orientar projetos de futuro. Ao selecionar, hierarquizar e silenciar acontecimentos, os periódicos instituem marcos de memória, constroem genealogias de legitimidade e produzem critérios de pertinência histórica. Essas operações discursivas

convertem ações políticas em “necessidades do tempo”, oferecendo justificativas normativas para decisões administrativas, alianças e confrontos. Desse modo, a imprensa atua não apenas como repositório de fatos, mas como tecnologia de temporalização que disputa sentidos do passado e do porvir.

Ao reforçarem ou contestarem determinados discursos, esses periódicos contribuem para a produção de temporalidades políticas, reatualizando o passado conforme suas posições editoriais. Assim, ao cruzar as teorias da história do tempo com a análise crítica da imprensa, torna-se evidente que os jornais não apenas narravam “uma” história: eles disputavam ativamente seus significados, articulando memória, identidade e poder em contextos específicos.

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, cujo suporte financeiro foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

---

BARBOSA, Marialva Carlos. **Leitores e jornais: vestígios de uma travessia em direção às leituras do início do século XX.** *Brasiliانا: Journal for Brazilian Studies*, v. 9, n. 1, p. 41-65, 2020.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **História, imprensa e redes de comunicação.** *História & Perspectivas*, v. 1, n. 39, p. 37-57, 2008.

BULHÕES, Marcelo. João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX. **Revista FAMECOS.** Porto Alegre. N<sup>o</sup> 32, abril de 2007, quadrimestral. p. 78-84.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará.** 7<sup>a</sup> edição. Fortaleza: Armazém da Cultura. 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: Estudos sobre História.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MOREL, Marco; DE BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** DP & A, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Introdução – história cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural.** Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa**: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866). João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora Ltda, 2017.

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. Imprensa e redes de comunicação no Ceará do século XX. ANPUH-Brasil. **31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro/RJ, 2021. P. 1-15.

SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete. Moreira de. 'Ainda não podemos aventurar uma proposição segura a respeito da crise eleitoral?': experiências e expectativas políticas no jornal O Araripe (1856). In: Ariane Norma de Menezes Sá; Luiz Mário Dantas Burity; Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano. (Org.). **Sociedade e cultura no nordeste oitocentista**: Trajetórias de pesquisa III. 1ed. João Pessoa: CCTA-UEPB, 2024, v. , p. 84-116.

SOUZA, Euzébio de. A Imprensa do Ceará em 1918. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará, 1919.

# Capítulo X

## O APAGAMENTO DOS TRABALHADORES DO ANTIGO EGITO: ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO

### THE ERASURE OF ANCIENT EGYTIAN WORKERS: TEACHING HISTORY FROM THE TEXTBOOK

DOI: 10.51859/ampla.hch489.1126-10

Wanderson Alberto da Silva

#### RESUMO

Este trabalho foi fomentado durante as pesquisas da primeira turma do doutoramento em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Apresento algumas reflexões oriundas das análises de três livros didáticos, sendo dois do Ensino Médio, e um do 6<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental Anos Finais, com a lente voltada para a presença/ausência de informações textuais acerca dos trabalhadores egípcios da Antiguidade. Procuro levantar questionamentos a respeito das mudanças e permanências na produção de conteúdos dos materiais didáticos de História conduzidos pela lógica elitista eurocêntrica e da indústria mercadológica, que concentram olhares sobre um Egito Faraônico em detrimento das vozes e suores do povo trabalhador.

**Palavras-chave:** Egito Antigo; Ensino de História; Livro didático.

#### ABSTRACT

This work was fostered during research for the first class of the PhD program in History in the Graduate Program in History at the Federal University of Paraíba. I present some reflections arising from the analysis of three textbooks, two for high school and one for the sixth grade of elementary school, focusing on the presence/absence of textual information about ancient Egyptian laborers. I seek to raise questions about the changes and permanence in the content production of history textbooks driven by the elitist, Eurocentric logic and the market industry, which focus on a Pharaonic Egypt to the detriment of the voices and sweat of the working people.

**Keywords:** Ancient Egypt; History Teaching; Textbook.

## 1. INTRODUÇÃO

---

O livro didático de História, que em muitas casas pode ser o único livro presente em uma família em sucessivas gerações (Silva, 2024, p.631).

O ensino de História tem me fascinado e me motiva a buscar ajuda nos baluartes da historiografia para, de alguma forma, iluminar meus passos nesse laboratório diário do chão da escola, desejando que seus feixes luminosos possam também irradiar os cristais, pérolas e diamantes (Benjamin, 2013), que são esses seres sedentos do saber, que muitas vezes nem sabem que o são: os estudantes da educação básica.

Essas pérolas, sejam da escola pública ou privada, ainda que possam estar aprisionadas nas ostras de um sistema, vivenciam no presente uma experiência nunca antes vista, que é a diversidade de entretenimento e dispersões midiáticas do mundo digital, pulverizando a sociedade com informações, sejam elas rasas ou de conhecimentos científicos.

O livro escolar, instrumento de importante disseminação dos conhecimentos científicos, concordando com o professor João Batista Gonçalves Bueno (2011), no meu caso em específico, o livro didático de História - LDH, é “um material atravessado por dimensões complexas das culturas escolares e, ao mesmo tempo das culturas extra-escolares” (Bueno, 2011, p.73). Entre estas, averiguo o quanto a produção dos saberes docentes e escolares participam da formação das tendências dominantes (Bueno, 2011) e o que se entende por progresso.

Os pensadores europeus inclinavam-se, no século XIX, a lançar mão de analogias baseadas no processo natural (com freqüência, o **progresso**), não só por evidentes razões políticas e sociológicas como também porque essa linguagem parecia ser oferecida pela tecnologia e as ciências naturais de sua época (Thompson, 1981, p.123, grifo meu).

Exposto esse “progresso”, Walter Benjamin (2013) nos leva a refletir sobre para quem é o progresso. Todos usufruem desse progresso? Quais os interesses extra-escolares no livro didático para que o seu conteúdo seja o que é apresentado aos estudantes? O LDH conta a história de quais egípcios? E a memória daqueles que foram esquecidos, negligenciados, silenciados? Quais instrumentos de poder interferiram e interferem para essa exclusão, que prefiro chamar de apagamento? São problematizações que servirão como fio condutor para o nosso debate, e que pretendo abordar ao longo do texto.

## 2. FORMATO E CONTEÚDO DO ANTIGO EGITO NO LDH

---

Em geral, os livros didáticos do Ensino Médio têm-se apresentados de três maneiras: a primeira é a divisão serial por etapas, ou seja, um livro para cada série. A segunda é quando a escola segue adotando o Volume Único, ou seja, o mesmo livro para os três anos consecutivos. A terceira forma podemos considerar um misto entre a primeira e a segunda, uma vez que a escolha dos materiais pela escola pode mesclar entre livros individuais por componente em cada série e Volume Único da série por três anos. Mas, em alguns casos, principalmente em instituições privadas, uma quarta forma tem ganhado espaço, que é a entrega de coleções fragmentados em volumes ao longo do ano. Essa forma de compactação de material é muito empregada para a 3ª Série do Ensino Médio, que mantém a lógica concurseira vestibulanda. Como exemplo, apresento uma breve análise do Sistema Ari de Sá – SAS Educação.

O *Livro 1: Pré-Universitário*, da SAS Educação, é um material utilizado pela 3ª Série do Ensino Médio, dentro de uma “*Cultura Escolar*, que faz com que os conteúdos abordados ao longo de todo Ensino Fundamental, sejam repetidos, de maneira muito mais acelerada no Ensino Médio” (Barnabé, 2014, p.37). Dessa maneira, entendo a necessidade diferencial do quantitativo de páginas dedicadas ao Antigo Egito no LDH, preso às amarras da indústria concurseira do Ensino Médio com foco no ENEM. Essas medidas são planejadas e executadas por uma série de fatores mercadológicos, dentre eles o círculo vicioso do “não tem no livro didático então não cai no Enem e não cai no Enem então não tem no livro didático” (Silva, 2023, p. 91). Desta feita, em geral, a 3ª Série dispõe de menor quantidade de aulas e, conseqüentemente, o espaço dedicado ao Antigo Egito resume-se nesse livro a 75% da página 25, do terceiro capítulo, nominado *Aula 3: Oriente Antigo – Primeiras Civilizações*.

O conteúdo desses 75% de uma página se limita à localização geográfica e o Rio Nilo; à importância do faraó e a elite; à divisão cronológica dos seus três impérios (Antigo, Médio e Novo) e a um mapa<sup>1</sup>, que é comum encontrar semelhantes em quase todas as matérias escolares, ocupando um quarto da página, mas que não apresenta nenhuma explicação das suas informações no texto. No fim da página, num *box*, que o livro apresenta como “*Saiba mais*”, uma breve informação sobre a Paleta de Narmer, com a foto bem pequena desse artefato, com baixa resolução de imagem e também sem descrever as informações dos seus relevos.

---

<sup>1</sup> Este mapa, está legendado como ARRUDA, J.J. de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo, 1994. É possível notar nele, de acordo com a legenda, os locais de algumas pirâmides, algumas cidades, as terras cultiváveis e as invasões estrangeiras.

Esse material, assim como muitos outros analisados de maneira mais ampla na pesquisa de doutorado, ainda em andamento, quando menciona a divisão cronológica da história do Antigo Egito, ao apontar a tradicional separação em Antigo Império, Médio Império e Novo Império, sequer menciona a existência dos períodos intermediários, dentre os quais há uma vasta documentação em fontes historiográficas, documentários e em célebres romances históricos de muita aceitação do público, acerca do Segundo Período Intermediário e o domínio dos hicsos, “os povos semíticos do Oeste” (Lévêque, 1987, p.183).

A escritora Tânia Carvalho (2025), por exemplo, relata sobre esse momento histórico, no seu mais recente livro, *A Rainha Faraó: um mergulho no destino*, um romance histórico baseado em fatos inconteste, que já nas primeiras páginas retrata a temática da vida cotidiana e o sofrimento da população egípcia no final da XVII Dinastia, período em que os hicsos dominavam o país:

Sinto falta das procissões que inundavam nossas casas com sorrisos, música e perfume de incenso. O silêncio na rua é um reflexo do que estamos vivendo. As pessoas andam de cabeça baixa, talvez por causa da fina chuva que cai, ou pela vergonha do estado em que o reino se encontra (Carvalho, 2025, posição 102).

Um período tão importante da história do Antigo Egito, que durou cerca de dois séculos, em que o povo produziu muita arte, principalmente Literatura, uma vez que os estrangeiros desconheciam a língua local, foi apagado do LDH e, muito provavelmente, até das falas dos professores de História na sala de aula. Claro que sabemos que não há possibilidade de tratar, no livro didático, de todos os períodos da história egípcia, no entanto, o que quero chamar atenção é que há outras fontes que podem apontar indícios dessa vida cotidiana, das pessoas em seus “Costumes em comum” (Thompson, 1998).

Nesse material da SAS Educação não há nenhuma referência à existência da gente do povo, da força de trabalho humano e de suas inúmeras vertentes, das atividades cotidianas, dos ambientes em que viviam e como viviam os camponeses e os artesãos, por exemplo. Nem mesmo cita-se a atenção característica dada à mulher, algo que, se compararmos com as civilizações concomitantes, sabemos ser diferenciada em se tratado do Antigo Egito. Ou seja, pela necessidade de resumir ao extremo a história do objeto de conhecimento Antigo Egito, valendo-se da premissa que não é considerado um assunto entre os mais frequentes nas provas do ENEM, o material chega a ser superficial, o que só reforça o padrão costumeiro de relatar um Egito da elite, do palácio, do faraó como um deus vivo, com tudo girando em torno dele.

Analisando um segundo Livro Didático de História, o mais recente material da Editora Moderna, como volume único para o Ensino Médio, intitulado de *Moderna Plus História*,

distribuído digitalmente aos professores desde junho de 2025, pois a escolha pelo PNLD ocorreu em agosto do mesmo ano, apresenta o Antigo Egito, diluído na *UNIDADE 1: Natureza em Transformação*, no *CAPÍTULO 1: A origem da humanidade e as transformações da natureza*. Um detalhe que me saltou os olhos de imediato foi a inexistência do nome Egito no *Sumário* deste livro, talvez por procurar tratar os assuntos a partir de eixos temáticos, que seria no caso o nome da Unidade 1, citado acima.

A primeira vez que aparece o nome Egito nesse livro foi nesse primeiro capítulo, no tópico *Sociedades fluviais na Idade Antiga*, exemplificando no corpo do texto, junto à Mesopotâmia e a China, como os locais que concentraram aglomerados populacionais às margens dos rios que deram origem a povoados, cidades e, posteriormente, reinos e impérios (Vieira et al, 2024, p.26). Nesse capítulo, a única parte que se refere ao Egito é o subtópico *O Egito antigo e o Vale do Nilo*, com apenas três páginas. Dessas, apenas dois parágrafos consecutivos, que a seguir decidi aglutiná-los para melhor compreensão, são dedicados aos integrantes da base da sociedade:

Na base da sociedade egípcia estavam os camponeses, chamados de **felás**, que compunham a maioria da população. Parte de seus rebanhos e de sua produção agrícola era utilizada para pagar os **impostos** devidos ao faraó pelo uso da terra. Além disso, eles podiam ser convocados pelas autoridades para trabalhar nas **obras públicas**. Entre os felás e a elite havia os comerciantes e os artesãos – que realizavam trabalhos manuais, como ourivesaria e tecelagem. Pessoas aprisionadas em guerras eram escravizadas, mas eram a minoria da população. Os prisioneiros eram forçados a trabalhar principalmente na mineração (Vieira et al, 2024, p. 31. Grifos meus).

Nesse trecho, que destaco os “felás”, o material comete o que considero uma negligência pedagógica, uma vez que não explica como era o cotidiano desses trabalhadores, informação relevante, levando em consideração que uma boa parte dos estudantes das escolas públicas - público alvo dessa editora - corresponde aos trabalhadores e filhos de trabalhadores da terra no vasto território nacional. De certo, quando os estudantes “se veem” naquele exemplo apresentado no seu livro de manuseio diário, respeitando as devidas considerações temporais e espaciais, podem se espelhar, comparar-se, tecer analogias e desenvolver uma visão crítica sobre a sua própria condição social, econômica, política e cultural. Ou seja, é preciso que ao estudar haja alguma identificação, a mínima que seja, com o objeto de estudo, “para que o estudante veja sentido no que é estudado, concebendo os saberes apreendidos nesse espaço como caminhos e apontamentos para toda a vida” (Paraíba, 2021, p.30).

Seguindo na análise dos grifos do trecho acima, que “impostos” eram esses? Como eram cobrados? Quem os cobrava? Com que fim eram guardados? Enfim, o material deixa inúmeras brechas que acabam constantemente caindo na responsabilidade dos professores e nas suas

interpretações, que infelizmente, podem levar a conclusões problemáticas. Como, por exemplo, ainda hoje é comum encontrar professores em suas aulas atribuindo a autoria das construções das pirâmides aos povos escravizados.

Os livros didáticos ainda possuem problemas, como a continuidade de uma visão da Antiguidade eurocêntrica, com simplificações, generalizações, erros graves, como por exemplo, **atribuir aos escravizados a autoria das construções das pirâmides egípcias**, além de anacronismos e juízo de valores, contribuindo para a manutenção de preconceitos (Silva, 2024, p.197. Grifos meus).

Trago à tona esse recorte temático, que considero uma luta extenuante nas formações de professores e produções científicas às quais me dedico. Às “obras públicas”, que o trecho do LDH de Vieira et al (2024) se refere, se incluem as pirâmides. E isso precisa ser visivelmente expresso em texto e, se possível, em ilustrações dessas narrativas que chegam aos estudantes. É preciso apresentar fotos da Vila dos Artesão, das ruínas das oficinas dos trabalhadores, das regiões das pedreiras, dos instrumentos e ferramentas de trabalho, para desconstruir a impropriedade participação de escravizados como construtores das pirâmides, “este pensar sobre a escravidão no Egito Antigo implica rever o senso comum há muito estabelecido de que as pirâmides foram construídas por escravos” (Barnabé, 2014, p.350). É imprescindível ainda, continuamente, contestar “a imagem, que atravessou toda a Idade Moderna e foi reforçada pelo cinema da Contemporaneidade, de que a pirâmide de Quéops (Khufu) foi um trabalho de milhares de escravos” (Silva, 2023, p. 72).

A fascinante imagem de dezenas de milhares de escravos moejando nas mais severas condições em função da loucura de Khufu tem-se mostrado extraordinariamente durável, sobrevivendo até a idade moderna para ser reforçada na tela do cinema (Tyldesley, 2005, p.194).

Reconheço e reforço o papel do cinema enquanto rico instrumento no ensino de História, pois “tanto o historiador como o professor de História podem recorrer às produções audiovisuais como fontes de estudos históricos de um grupo social e de uma época específica” (Silva, 2025, p. 229). Muito embora, corrobore com Tyldesley (2005) e Silva (2023) no sentido de que a equivocada explicação da autoria dessas construções pela força do trabalho do escravizado acaba por se perpetuar por grande influência das produções audiovisuais.

Um filme sobre o Antigo Egito pode estar devidamente referenciado como fonte de pesquisa para aprofundamento de estudos no livro didático. Ainda assim, mesmo que nele esteja nitidamente explícito que se trata de uma obra de ficção, sua inveracidade pode, para muitos, significar “verdade” histórica antepassada (Souza Neto, 2019). Portanto, “neste caso, existe o perigo de fazer mal uso do cinema como instrumento de formação imagética no âmbito

informativo” (Silva, 2025, p. 234). Por sinal, para que fique transparente, neste capítulo do livro *Moderna Plus História*, que continuo a análise, nas suas três páginas dedicadas ao Antigo Egito, não há nenhuma indicação de filmes ou de qualquer produção audiovisual.

Ainda nesse livro, um único parágrafo se refere à mulher:

As mulheres tinham alguns direitos no Egito antigo, como os de comerciar, ter bens e administrá-los, escolher uma profissão e casar-se com quem quisessem. O divórcio era previsto em lei e, caso ocorresse, os bens do casal eram divididos conforme os contratos feitos antes do casamento (Vieira, 2024, p. 31).

Contudo, em pleno século XXI, com as vitórias alcançadas pelos movimentos feministas e, tendo como coautora desse livro didático em análise uma mulher, a historiadora Isabela Backx, o que temos sobre a mulher na civilização egípcia nesse material, foi um breve parágrafo. Mas, e quanto ao destino das esposas, a mulher livre e a mulher em cativeiro, a ginecologia, o luto na família, a mãe viúva, a madrasta, as prostitutas, a ideia de harém, as dependências privadas, o divórcio, a viuvez, e quanto à infância feminina, a feminidade divina, por que não há espaço para o universo feminino no assunto do Antigo Egito, no livro didático de História? (Noblecourt, 1994).

Esse material didático, *Moderna Plus História*, apresenta uma série de incongruências, como as apresentadas no *Guia Digital PNL D 2026*<sup>2</sup>, referentes também à questão a qual me proponho analisar neste trabalho.

Ao longo da coleção é ofertada uma variedade de fontes, de diversas naturezas, que têm relevante potencial pedagógico. Todavia, há certa fragilidade quanto às proposições em torno de seu tratamento metodológico em sala de aula, uma vez que muitas vezes elas assumem um papel **apenas ilustrativo** frente ao desenvolvimento dos conteúdos (Brasil, 2025, p. 382. Grifos meus).

Tal fato pode ser evidenciado quando, das quatro imagens presentes no assunto do Antigo Egito, duas são referentes à natureza/geografia, como o mapa do *Egito antigo: Antigo e Médio Império: 3000 a.C – 1570 a.C*<sup>3</sup>, e uma foto da *Vista aérea da região de Luxor, Egito. Fotografia de 2024*. Sendo que, nesta segunda foto, um pequeno *box* insinua uma breve explicação: “Nessa fotografia, destaca-se o contraste da paisagem do Vale dos Reis, local montanhoso onde há sepulturas de diversos faraós e altos funcionários do Egito antigo e a paisagem dos campos agrícolas irrigados pelo Rio Nilo” (Vieira et al, 2024, p.32). Entretanto,

---

<sup>2</sup> O Guia do PNL D é o documento oficial que orienta a escolha dos livros didáticos pelas escolas. Neste, em específico, que foi publicado em 2025, estão as resenhas das obras e as orientações sobre o processo, no qual os professores devem basear-se nas suas informações para escolher as obras que mais se adequam aos objetivos de ensino traçados pela escola. As obras escolhidas serão utilizadas de 2026 a 2029 (Guia [...], 2025, p.58).

<sup>3</sup> O livro didático *Moderna Plus história* informa como Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner; HERGT, Manfred. **Atlas histórico mundial**: de los orígenes a nuestros días. Madrid: Akal, 2012. p. 22.

em nenhum momento se fala dos trabalhadores desses hipogeos<sup>4</sup>, nem dos agricultores. E as outras duas imagens são a *Paleta de Narmer, artefato produzido por volta de 3000 a.C. e encontrado no Egito*, mas que não explicam o seu conteúdo, e o *Peitoral feito de ouro, produzido entre 1332 a.C. e 1323 a.C., encontrado na tumba do faraó Tutancâmon, no Vale dos Reis em Luxor, Egito*, que tem como explicação a imagem da deusa Nut, fortalecendo a relação entre o faraó e a divindade.

Portanto, quando não há sintonia entre texto e imagem no transcorrer de um LDH, pode-se verificar interpretações diferentes do desejado pelos objetivos de aprendizagem pressupostos para o objeto de conhecimento. Essas leituras interpretativas podem ocorrer não apenas por parte dos estudantes leitores, mas pelos próprios professores menos preparados e/ou até com vasta habilidade criativa nas suas explicações em sala de aula, pois sabemos que as “fontes iconográficas podem estabelecer relações de complementação ou de tensão com os textos explicativos, com as legendas, ou então, com os enunciados dos exercícios” (Bueno, 2011, p. 33).

Desta feita, percebe-se, através das únicas imagens escolhidas para compor o único assunto sobre o Antigo Egito nessa coleção, uma falta de conexão entre texto e imagem. Assim, fica o alerta de que aos materiais didáticos, pelo menos, “devem dar-se exemplos para aqueles conceitos que são tratados apenas no seu significado geral” (Benjamin, 2013, p. 18).

Mas prefiro enfatizar algo que considero ainda mais grave, a persistência na valorização da história do “Egito dos Faraós”, perfazendo a manutenção de uma história da elite dominante e a invisibilização dos trabalhadores. Esse procedimento contínuo na produção de materiais de História na educação básica acaba por agir como um petrificador do paradigma eurocêntrico, pois “a seleção de conteúdos dos capítulos nessa direção, contudo, reitera uma narrativa histórica predominantemente linear e pautada pela centralidade da periodização construída em função da História europeia” (Brasil, 2025, p.380).

Partindo dessa gravitação conteudista eurocêntrica, percebo, na pesquisa do doutorado, que dos 19 LDH (edições de 2005 e 2006), comparando-os com as produções mais recentes que escolhi para este ensaio (2022 e 2024), apenas 8 livros afirmam textualmente que o Egito está localizado geograficamente na África. Ou seja, dois ou três anos após a promulgação da Lei 10.639 de 2003, não houve o cuidado das editoras com o cumprimento da lei constitucional de incluir a África, sendo ignorada pela cartografia pós-colonial, de onde os escravizados eram sequestrados e transportados (Hall, 2009).

---

<sup>4</sup> Os hipogeos são as conhecidas tumbas subterrâneas em abundância no Vale dos Reis, Vale das Rainhas e Vale dos Nobres, em Luxor, Alto Egito.

Mesmo aqueles livros que localizam o Egito na África, a Africanidade egípcia é silenciada no material físico de estudo e referência para professores e estudantes. Esse fato pode ser considerado:

a demonstração de como a história da África é vista na atual reformulação do livro didático de história pós-sanção da lei de obrigatoriedade do ensino de África. Esta é a África ocultada pelos livros didáticos publicados antes da referida lei. O Egito não era ocultado, mas a sua identidade africana sim (Borges, 2009, p.103).

Portanto, apontar que o Egito é um território africano no mapa não explica suas peculiaridades históricas e culturais de uma civilização que perdurou por milênios, simultaneamente a uma série de outras, que certamente influenciaram e se deixaram influenciar. As narrativas sobre o Antigo Egito, nesses livros didáticos disseminados imediatamente após a Lei 10.639/2003, abordam, em geral, “temas que, de alguma forma, se relacionam com o processo histórico da Europa ou, em alguns casos, do Oriente. É uma presença da África deduzida da história fora dela” (Borges, 2009, p.101).

Sendo assim, corroboramos com Helena do Socorro Campos da Rocha e Bruno Jorge Abdul Massih Viana (2011), ao inferir que “retrabalhar a imagem da África passa a ser, após a promulgação da Lei 10.639/2003, o elemento mais poderoso e subversivo da nossa política cultural no século XXI” (Rocha; Viana, 2011, p.123). Sendo um dos fatores que contribuem para a emergência em (re)trabalhar a África nas escolas, a exclusão do Antigo Egito do seu Continente, uma vez que ainda é comum na educação básica a sua orientalização, a partir das necessidades eurocêntricas incutidas pela colonialidade imperialista oitocentista (Said, 2007). Pois,

A historiografia do século XIX e XX, sob a influência do colonialismo e do “internalismo metodológico”, reforçada pela projeção de experiências nacionalistas do século XIX, procurou impor a trajetória do Ocidente ao curso dos eventos globais, concebendo à história de todas as culturas uma sequência de fases constituídas ou diretamente articuladas com eventos ocorridos na Europa (Carvalho et al, 2021, p.265-266).

Esse olhar europeu sobre o Egito, não o deixou em África, por ser considerado evoluído em sua ciência e tecnologia para aquela Antiguidade, não se encaixando na divulgação de uma África pobre, cuja premissa era infiltrar uma subalternidade em relação ao Velho Mundo. Também não se encaixou no Ocidente, reforçando os estereótipos de um exotismo sem igual, que atrai os jovens pelos meios de comunicação, fascinando-os através de “aspectos ligados ao poder, à religiosidade e à beleza feminina. Não é à toa, portanto, o predomínio, nos livros didáticos, na mídia e na sociedade em geral, das imagens do Egito ligadas a pirâmides e às grandes beldades do mundo antigo” (Funari, 2017, p.173).

Quanto ao terceiro e último livro que trago, trata-se de um material da mesma Editora Moderna, sendo que agora do 6º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais. Intitulado *Expedições da História: 6º ano*, dos autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, de 2022, apresenta 14 páginas sobre o Egito no *Capítulo 6: Egito antigo e Reino de Cuxe*. Contém textos, ilustrações e mapas; indicações de atividades lúdicas, pesquisas digitais e leituras especializadas de Egiptologia; além de atividades de sala e de casa, textos de aprofundamento (*box*) nos cantos das páginas e sugestões de trabalho ao professor.

Dessa maneira, concordo com o professor Luis Ernesto Barnabé quando explica que “o momento com mais possibilidades de abordagem de História Antiga, definido pela *Cultura Escolar*, localiza-se no 6º ano do Ensino Fundamental e atende a turmas com faixa etária ao redor dos 11 anos (Barnabé, 2014, p.37). De fato, o quantitativo de aulas, geralmente planejadas, para o cumprimento do conteúdo de Antigo Egito no 6º Ano é bem maior do que para o Ensino Médio, podendo variar de 4 a 8 aulas consecutivas. Para isso, esse LDH que dispõe de 4 páginas abarcando o subtópico *Sociedade egípcia*, procura explicar, na sequência: escravizados, camponeses, artesãos, funcionários do governo e, por último, o faraó.

Reparem que essa sequência já demonstra algo diferente do padrão dos livros apresentados anteriormente, assim como de muitos já produzidos e também dos que estão ainda em circulação no mercado, que é iniciar uma sequência narrativa a partir dos escravizados e terminar com o governante. Dos mais de 30 LDH analisados durante minha pesquisa de doutorado (edições de 2005 até 2025), quando se fala dos trabalhadores, a narrativa comum é de uma hierarquia descendente, ou seja, partindo do faraó aos camponeses, por vezes incluindo-se os escravizados.

Nesse exemplar do 6º Ano, o trabalho do escravizado é diferenciado daquele praticado pelos gregos e romanos, corroborando com Ciro Flamarion (2004), quando explica que “a economia egípcia, no entanto, nunca foi ‘escravista’ no sentido em que foi a da Grécia Clássica e helenística e a da Roma de fins da República e do Alto Império” (Cardoso, 2004 p. 47). E se “ao denominar que o Egito tem como base o trabalho comunitário, o livro descarta implicitamente a ideia de uma sociedade escravista, [...]. É o trabalho que cria o Egito, mas o trabalho organizado nas comunidades” (Borges, 2009, p.108), o trabalhador que construiu e que sustentou o Egito.

O LDH do 6º ano informa que os escravizados “realizavam desde tarefas domésticas até trabalhos em construções públicas, minas e pedreiras. (Cotrim; Rodrigues, 2022, p.104)”, o que atende à explicação de Cardoso (2004) quando informa que:

A escravidão teve certa importância econômica nas minas e pedreiras estatais e, no Reino Novo, também nas terras reais e dos templos. Houve igualmente tropas militares auxiliares constituídas de escravos, e existiam escravos domésticos, às vezes numerosos (Cardoso, 2004 p. 47).

Muito embora a ilustração correspondente a esse assunto no LDH do 6<sup>a</sup> ano analisado retrate, por meio de pequenas esculturas em madeira, o trabalho num provável ambiente doméstico, como não há nenhuma referência da fonte dessa imagem, os leitores podem questionar se realmente se trata de uma imagem com escravizados ou não escravizados.

A questão é que, para aqueles que têm o LDH como um veículo de informação histórica, uma imagem que ilustra um texto, pode “legitimar”, como prova científica, algo como uma “verdade” inquestionável. Nesse aspecto, obviamente, o papel do professor de História em sala de aula e tudo o que pode compor o repertório cultural e intelectual do estudante vai influenciar nas construções e desconstruções significativas para o entendimento do objeto de conhecimento tratado naquele tempo e espaço em específico.

Um bom exemplo dessas informações contidas nesse LDH é no subtópico *Camponeses*, que por sinal, o trabalhador é bem apresentado com suas características principais, como o tipo de trabalho que desenvolvia e os produtos cultivados, além de elucidar práticas de caça, pesca, alimentação animal restrita a dias especiais, sua *servidão coletiva* e o *trabalho compulsório* em obras públicas.

No entanto, ao propor uma atividade, apresenta um trecho de quatro linhas para leitura e interpretação de um texto extraído do paradidático “*Às margens do Nilo: os egípcios*”, de Viviane Koenig, de 1990. Um trecho de passagens da vida cotidiana, que sabemos ainda haver controvérsias entre os egiptólogos e as interpretações hieroglíficas. Afirma-se no trecho que os camponeses, com sua alimentação simples, mantinham-se magros, já os ricos engordavam e, por isso, eram elegantes. Será mesmo que para os antigos egípcios, ter barriga grande era sinal de elegância e causava inveja aos pobres, como propõe Koenig (1990)? Em nenhum momento essa questão é considerada uma hipótese interpretativa da autora, que poderia haver outro(s) significado(s) interpretado(s) por outros egiptólogos, mas como uma “verdade” pronta a ser aceita pelos estudantes.

Sobre os artesãos o LDH do 6<sup>o</sup> ano não traz novidades, procura apresentar algumas atividades consideradas como ofício do artesão e alguns materiais utilizados. É interessante o seu *Texto de aprofundamento*, extraído da dissertação de Aline Fernandes Sousa (2010), intitulada “*A mulher-faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – século XV a.C.)*”, onde explica que para os antigos egípcios não havia distinção entre artista e artesão, e que este poderia adquirir prestígio e até certa ascensão. Mas

não há nenhuma referência a alguma vila dos artesãos, a exemplo de Deir El Medina, em Luxor, com todas as suas recentes descobertas sobre esses trabalhadores.

Sobre as *Mulheres no antigo Egito*, esse livro do 6º ano aponta que havia igualdade juridicamente entre homens e mulheres. Cita Christiane Noblecourt (1994), no *Texto de aprofundamento*, sobre a igualdade jurídica entre os gêneros, entretanto, dessa mesma autora, não menciona as atribuições, ofícios e particularidades femininas, que poderiam ser muito apreciadas, principalmente, pelas estudantes atuais, e que o célebre *A mulher no tempo dos faraós*, da própria Noblecourt, poderia ter sido melhor explorado.

Enfim, o LDH do 6º ano continua com os subtópicos *Os funcionários do governo e sacerdotes; Faraó; Cultura e Religião; Expressões artísticas do Egito, Escrita egípcia* e, um texto que relaciona o passado ao presente: *Dos pairós ao texto digital*. Ou seja, embora manifeste alguma distinção na apresentação dos trabalhadores, ainda é *en passant*, até porque, acredito que uma ruptura na forma de explicar e aprofundar certos conteúdos, como o que defendo neste trabalho, provavelmente não seria aceita pela indústria mercadológica do livro didático pelos fatores concurseiros mencionados acima, e também por aqueles professores que ainda se mostram resistentes às mudanças.

Ainda assim, acredito que, com este e outros trabalhos que se somem, “um raio de luz penetra por uma pequena brecha na parede no laboratório do alquimista, fazendo resplandecer cristais, esferas e triângulos” (Benjamin, 2013, p. 19), assim como pessoas comuns.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao analisar esses LDH, que chegam ao público estudantil do Ensino Fundamental e Médio, percebi que há uma leve silhueta que situa o lugar social dos trabalhadores egípcios antigos, como os camponeses, os artesãos, os operários entre outros. No entanto, a visibilidade atribuída à classe dominante e tudo que a cerca chega a ofuscá-los, colocando-os na marginalidade e até silenciando-os, promovendo o que chamo de apagamento.

A obstinada persistência em revelar o maravilhoso Egito dos faraós, da corte, das grandes construções, da história dos “poderosos” e o fascínio pelo exótico, com impulso do colonialismo oitocentista, não permite aos leitores se autoidentificarem com a vida cotidiana popular, conduzindo leituras de distanciamento de suas realidades temporais, perpetuando a lógica eurocêntrica da história dos dominantes.

## FONTES

---

BRASIL. **Guia Digital PNLD 2026:** Obras Didáticas Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio.** João Pessoa: SEECT, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1q7hNWJL7ScfzW26dAjqXai9oUVpLs4Zf/view>> Acesso em 04 ago. 2025.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BARNABÉ, Luis Ernesto. **História Antiga e livros didáticos no século XXI:** inovações e permanências. *Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo*. V. 9/2. 2014, p. 31-40.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única:** Infância berlinense: 1900. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na Sala de Aula:** fundamentos e métodos. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2019.

BORGES, Cláudia C. do Lago; RODRIGUES, K. S. N. **Teoria, método e produção didático-pedagógica no ensino de pré-história.** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

BORGES, Jorgeval Andrade. **Ambígua África, memórias e representações da África no livro didático:** Egito, reinos e impérios africanos. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. Vitória da Conquista: BA, 2009.

BUENO, João Batista Gonçalves. **Imagens visuais nos livros didáticos:** permanências e rupturas nas propostas de leitura (Brasil, décadas de 1970 a 2000). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

BUENO, João Batista Gonçalves. **Imagens visuais em livros didáticos de História.** *Resgate*, vol. XIX, n<sup>o</sup>22 – jul./dez. 2011, p. 68-76.

CARVALHO, Alexandre G.; FIGUEIREDO, Carolina F.; GIRARDI, Lucas W. **Diálogos entre a História Antiga e o ensino de História:** a História Global no Currículo da BNCC do sexto ano. In **Dossiê: O futuro do passado:** Desafios para o Ensino da História nas escolas numa perspectiva global. *Revista Transversos*, n. 23. Rio de Janeiro: dez. 2021.

CARVALHO, Tânia. **A Rainha Faraó:** um mergulho no destino. Livro Eletrônico. João Pessoa: Ed. da Autora, 2025.

COTRIM, Jaime; RODRIGUES, Jaime. **Expedições da História:** 6<sup>o</sup> ano: manual do professor. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Moderna, 2022.

FUNARI, Raquel dos Santos. **O Egito no espelho da modernidade brasileira.** In FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna; GRALHA, Júlio; RUFINO, Rafael; SILVA, Glaydson José

da (orgs). **Antiguidade como presença**: antigos, modernos e os usos do passado. 1. Ed. Curitiba: Prismas, 2017, p. 162-176.

HALL, Stuart: **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2009.

LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações**. Volume I – Os impérios do bronze. Título original: *Les Premières Civilisations, Tome I: Des Despotismes Orientaux a la2 Cité Grecque*. Tradução de Antônio José Pinto Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições 70 LTDA, 1987.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós**. São Paulo: Papirus, 1994.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da; VIANA, Bruno Jorge Abdul Massih. **Invisibilização da África**: apagamento da história e da cultura do negro na educação formal brasileira. *Revista da ABPN*, v. 2, n. 5, jul.-out. 2011, p. 115-138.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SAS, Sistema Ari de Sá. **Pré-Universitário**: História. Livro do professor, livros 1 e 2. Fortaleza: 2024.

SILVA, Wanderson Alberto da. **História, a gente aprende vivendo**: o ensino da história egípcia entre a prática em sala de aula e a proposta curricular do novo ensino médio da Paraíba (9016-1021). Dissertação, PPGH/UFPB. João Pessoa, 2023.

SILVA, Wanderson Alberto da. **O ensino do Antigo Egito na Paraíba**: uma perspectiva do professor de História sob as lentes da proposta curricular. II Encontro Ensina História UFPE. 2024, p.193-200).

SILVA, Wanderson Alberto da. **A produção audiovisual sobre o Antigo Egito no livro didático de História**. In Anais do XI Encontro Estadual de História ANPUH-RN, 20 anos de História: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade (2024). *Revista Espacialidade* (online). V. 1, n. 1. Natal: UFRN, 2025, p. 227-231.

SILVA, Wanderson Alberto da. **A desafrikanização e a reafrikanização do Antigo Egito nos livros didáticos de História**. I Encontro Discente PPGH/UFPB: ensino, saberes históricos e regionalidades. *Anais Eletrônicos*. 07 e 08 de out. 2024, p.630-638.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Deuses do Egito (2016)**: uma narrativa fílmica da civilização branca. *Transversos*: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 16, Agosto, 2019.

THOMPSON E. P. **Costumes em Comum**; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TYLDESLEY, Joyce. **Pirâmides**: a verdadeira história por trás dos antigos monumentos do Egito. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2005.

VIEIRA, Felipe de Paula Góis; BACKX, Isabela; FERNANDES, Luis Estevam de oliveira; ABREU, Marcelo. **Moderna Plus História**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2024.

# Sobre os Autores

## **Alexandre Araújo da Silva**

Doutorando em História pela UFPB – João Pessoa. Membro do Grupo de Trabalho da ANPUH/PB Estudos de Gênero, Interseccionalidades e Feminismos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8091-4168>.

E-mail: alexandrefelixds@gmail.com.

## **Alexandro dos Santos**

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Substituto do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III – Guarabira. Membro do Grupo de Pesquisa História, Memória e Educação - UFPB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1137-2902>.

E-mail: alexandrodossantos09@gmail.com.

## **Ana Elizabete Moreira de Farias**

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH - da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Bolsista CAPES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0007-5478-9321>.

E-mail: anaelizabete82@gmail.com.

## **Gutierre Farias Alves**

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande, professor efetivo do Estado da Paraíba e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5000-3124>.

E-mail: gutierrefariasalves@gmail.com

## **Luís Felipe Gonçalves do Nascimento**

Doutorando do curso de História. Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8458-3228>.

E-mail: felipe.gcn@hotmail.com

## **Manuela Aguiar Damião de Araújo**

Doutora em Literatura e Interculturalidade pelo Programa de Pós-graduação de Letras pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Membro do Corpus: Grupo de Estudos e Pesquisas em História dos Corpos e das Sensibilidades pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: aguiarmnmanuela4@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5885-5835>

## **Paula Tamyres Veríssimo da Silva**

Doutoranda em História. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Bolsista Fapesq/PB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho – UFPB.

E-mail: paulatamyres20@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1531-7452>.

### **Pedro de Farias Leite e Silva**

Doutorando em História, na linha de História e Regionalidades. Universidade Federal da Paraíba– UFPB.

E-mail: pedrodefariasleite@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6131-6429>.

### **Thiago Brandão da Silva**

Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas NEABI/UFPB. Professor do Estado da Paraíba. Doutorando em História junto ao PPGH/UFPB, onde desenvolve projeto de pesquisa sobre a produção artística e intelectual do afro-paraibano Tomás Santa Rosa (1909-1956).

Email: [tsb.brandao88@gmail.com](mailto:tsb.brandao88@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5822-7246>

### **Wanderson Alberto da Silva**

Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFPB; coordenador do ANKH – Grupo de Pesquisa do Antigo Egito (UFPB/CNPq); membro do GPSCNO – Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (UFPB/CNPq); membro do Grupo de estudos “História, memória e educação na Paraíba - RASTROS-PB (UEPB/CNPq).

E-mail: [wanderson.silva@academico.ufpb.br](mailto:wanderson.silva@academico.ufpb.br).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0035-9327>.

